



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS CULTURAIS, MEMÓRIA E
PATRIMÔNIO**

MESTRADO PROFISSIONAL

LORRANY RIBEIRO DE SOUZA

**O CENTRO HISTÓRICO E AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS: PATRIMÔNIO
CULTURAL E OS CONFLITOS NO DISCURSO DOS MORADORES DA CIDADE
DE GOIÁS**

**CIDADE DE GOIÁS – GO
2024**

LORRANY RIBEIRO DE SOUZA

**O CENTRO HISTÓRICO E AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS: PATRIMÔNIO
CULTURAL E OS CONFLITOS NO DISCURSO DOS MORADORES DA CIDADE
DE GOIÁS**

Relatório técnico para apresentação à banca de defesa do Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio, Mestrado Profissional, da Universidade Estadual de Goiás - Câmpus Cora Coralina (PROMEP/UEG), como requisito para a obtenção do título de Mestre em História.
Orientador(a): Prof. Dr. Cristiano Alexandre dos Santos.

**CIDADE DE GOIÁS – GO
2024**

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DE TESES E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL (BDTD)

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Estadual de Goiás a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UEG), regulamentada pela Resolução, CsA nº 1.087/2019 sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9.610/1998, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data¹. Estando ciente que o conteúdo disponibilizado é de inteira responsabilidade do(a) autor(a).

Dados do autor (a)

Nome completo: Lorrany Ribeiro de Souza

Email: psicologalorranyribeiro@gmail.com

Dados do trabalho

Título: O centro histórico e as representações sociais: patrimônio cultural e os conflitos no discurso dos moradores da Cidade de Goiás

Tipo:

Tese Dissertação Relatório Técnico

Curso/Programa: Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio – PROMEP.

Concorda com a liberação documento

SIM NÃO

¹Período de embargo é de até um ano a partir da data de defesa.

Cidade de Goiás, 20 de janeiro de 2025

Documento assinado digitalmente
 LORRANY RIBEIRO DE SOUZA
Data: 20/01/2025 22:39:20-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>



Assinatura autor(a)

Assinatura do orientador(a)

CATALOGAÇÃO NA FONTE

Biblioteca Frei Simão Dorvi – UEG Câmpus Cora Coralina

S729c Souza, Lorrany Ribeiro de.

O centro histórico e as representações sociais : patrimônio cultural e os conflitos no discurso dos moradores da Cidade de Goiás [manuscrito] / Lorrany Ribeiro de Souza. – Goiás, GO, 2024.

118f. ; il.

Orientador: Prof. Dr. Cristiano Alexandre dos Santos.

Relatório técnico (Mestrado em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio,) – Câmpus Cora Coralina, Universidade Estadual de Goiás, 2024.

1. Patrimônio - Goiás, GO. 1.1. Representações sociais.
1.2. Identidade. I. Título. II. Universidade Estadual de Goiás, Câmpus Cora Coralina.

CDU: 719:316.75(817.3)

Bibliotecária responsável: Marília Linhares Dias – CRB 1/2971

LORRANY RIBEIRO DE SOUZA

**O CENTRO HISTÓRICO E AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS: PATRIMÔNIO
CULTURAL E OS CONFLITOS NO DISCURSO DOS MORADORES DA CIDADE DE
GOIÁS**

Relatório Técnico submetido ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio (PROMEP/UEG), Mestrado Profissional, para fins Defesa como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em História. Aprovada em ____ de _____ de _____, pela Banca Examinadora composta pelos seguintes docentes:

Prof. Dr. Cristiano Alexandre dos Santos – (UEG)
Orientador

Prof. Dra. Deusa Maria Rodrigues Boaventura – (PUC/GO)
Membro Externo

Prof. Dr. Raul Amaro de Oliveira Lanari – (UEG)
Membro Interno

Prof. Dr. Renato Fagundes Pereira – (UEG)
Suplente Externo

Prof. Dr. Eduardo Gusmão de Quadros - (UEG)
Suplente Interno

Goiás, _____ de _____ de _____.

Epígrafe

Minha cidade

Goiás, minha cidade...
Eu sou aquela amorosa
de tuas ruas estreitas,
curtas,
indecisas,
entrando,
saindo
uma das outras.
Eu sou aquela menina feia da ponte da Lapa.
Eu sou Aninha.

Eu sou aquela mulher
que ficou velha,
esquecida,
nos teus larguinhos e nos teus becos tristes,
contando estórias,
fazendo adivinhação.
Cantando teu passado.
Cantando teu futuro.

Eu vivo nas tuas igrejas
e sobrados
e telhados
e paredes.

Eu sou aquele teu velho muro
verde de avencas
onde se debruça
um antigo jasmineiro,
cheiroso
na ruinha pobre e suja.

[...]

Autora: Cora Coralina

Agradecimentos

Ao concluir este trabalho, reconheço que ele é resultado não apenas do meu esforço pessoal, mas também do apoio, incentivo e colaboração de muitas pessoas que contribuíram para esta realização.

Em primeiro lugar, agradeço ao meu pai, que desde a minha primeira infância me ensinou que o conhecimento é a única coisa que jamais poderia ser tirada de mim, e hoje, e de onde quer que esteja, sei que está feliz com a minha conquista.

Agradeço à minha mãe e ao meu marido, que sempre me apoiaram em todas as minhas decisões profissionais e acadêmicas, me motivaram e se orgulharam de cada passo que foi dado nessa jornada.

Agradeço a todos os professores que compartilharam os seus conhecimentos, colaborando com a melhora do meu desempenho acadêmico, especialmente ao meu orientador, Dr. Cristiano Alexandre, que acolheu a mim e ao meu projeto e me orientou com muita paciência e sabedoria durante esses dois anos. Agradeço ao professor da minha primeira especialização em psicologia, Samuel Vaz que motivou meu ingresso no mestrado e me guiou com os primeiros passos para que este objetivo pudesse ser alcançado.

Agradeço ao Jorlan e a Tayná, que me acolheram na Cidade de Goiás durante a minha pesquisa e me fizeram companhia em vários momentos durante as entrevistas. Também sou grata a todos os moradores da cidade que permitiram serem entrevistados, enriquecendo o trabalho com seus relatos e percepções sobre a representação do centro histórico da cidade.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa da localização da Cidade de Goiás	12
Figura 2 - Mapa do percurso realizado por Bartolomeu Bueno de São Paulo até a atual Cidade de Goiás	30
Figura 3 - Índios Caiapó – o jovem Catarino e o chefe Pacaranty – expedição de Henri Coudreau ao Araguaia em 1896	31
Figura 4 – Mapa da Capitania de Goiás em 1809	34
Figura 5 - Foto do museu das bandeiras	39
Figura 6 – Foto da igreja Santa Bárbara	40
Figura 7 – Foto do Centro Histórico da Cidade de Goiás vista da torre da Igreja do Rosário	41
Figura 8 – Foto da estátua de Cora Coralina	41
Figura 9 – Foto da igreja Santa Bárbara	42
Figura 10 - Foto da igreja do Rosário	42
Figura 11 - Foto do prédio do ministério público do estado de Goiás localizado na rua Luís do Couto	43
Figura 12 - Proposta de tombamento	45
Figura 13 – Bens Tombados em 1950	46
Figura 14 - Bens Tombados em 1951	47
Figura 15 – Mapa da localização dos bens tombados na década de 1950 na Cidade de Goiás	48
Figura 16 – Foto da imagem de São Joaquim esculpido por Veiga Valle no século XIX	51
Figura 17 – Foto da imagem de Nossa Senhora do Bom Parto esculpido por Veiga Valle no século XIX	52
Figura 18 – Foto da Procissão do Fogaréu	53
Figura 19 – Mapa da Cidade de Goiás e os locais do 25º Festival Internacional de cinema e vídeo ambiental - FICA	54
Figura 20 – Imagem de Cora Coralina	56
Figura 21 - Mercado Municipal	59
Figura 22 - Mercado Municipal atualmente	59
Figura 23 – Igreja N. Sra. da Abadia	60
Figura 24 – Igreja N. Sra do Carmo atualmente	60
Figura 25 – Igreja N. Sra do Carmo	60
Figura 26 - Igreja N. Sra. da Abadia atualmente	60
Figura 27 – Chafariz de Cauda	60
Figura 28 - Chafariz de Cauda atualmente	60
Figura 29 - Igreja da Boa Morte atualmente	61
Figura 30 - Igreja da Boa Morte	61
Figura 31 - Casa de Cora Coralina atualmente	61
Figura 32 - Casa de Cora Coralina	61
Figura 33 - Mapa urbano da Cidade De Goiás	64
Figura 34 – Plano urbanístico de Villa Boa em meados dos anos 1770	65
Figura 35 – Villa Boa no início dos anos 1800	65
Figura 36 – Estrutura urbana da cidade no período da inscrição do Centro Histórico como patrimônio da humanidade	66

Figura 37 – Foto da entrada da Cidade de Goiás.....	70
Figura 38 – Foto da rua 05, que dá acesso a rua Dário de Paiva	70
Figura 39 – Foto da Rua Dom Cândido - Centro Histórico da Cidade de Goiás.....	71
Figura 40 – Foto da rua 02, Vila Lions.....	71
Figura 41 – Foto da rua Santos Dumont - bairro João Francisco	72
Figura 42 - Mapa do Centro Histórico e região periférica da Cidade de Goiás.....	73
Figura 43 - Classificação das zonas propostas no Dossiê de Proposição de Goiás	79

TABELA

Tabela 1 - Construção e Restauração dos Bens Culturais da Cidade de Goiás.....	58
---	----

LISTA DE SIGLAS

DPHAN - Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

FECIGO – Fundação Educacional da Cidade de Goiás

FICA – Festival Internacional de Cinema e Vídeo Ambiental

ICOMOS – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios

IPHAN – Instituto do Patrimônio e Histórico e Artístico Nacional

OVAT – Organização Vilaboense de Artes e Tradições

PROMEP – Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio

SPHAN - Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TRS - Teoria das Representações Sociais

UEG – Universidade Estadual de Goiás

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

RESUMO

O tema deste trabalho é a representação social dos moradores da Cidade de Goiás na relação com o centro histórico patrimonializado. O objetivo da pesquisa foi identificar se os moradores da Cidade de Goiás, da região central e periférica se sentem representados pelo centro histórico tombado e reconhecido como patrimônio mundial da UNESCO desde 2001. Para isso, buscou-se investigar como os moradores da cidade se sentem na relação com o patrimônio e como interagem com este espaço. Diante do reconhecimento pelas instituições oficiais, foi questionado se os moradores da cidade percebem o centro histórico como representação da cultura e da história local. Como metodologia de pesquisa, foi realizada uma revisão bibliográfica e pesquisa de campo, com método qualitativo, onde 24 moradores da região central e periférica da cidade foram entrevistados com o objetivo de compreender suas percepções acerca deste tema. Concluiu-se que na Cidade de Goiás há moradores que se sentem representados pelo patrimônio, há moradores que não se sentem representados e há moradores que se sentem parcialmente representados, além disso, foi identificado que os conflitos na relação com o patrimônio não necessariamente estão relacionados ao fato de o morador residir no centro ou na região periférica da cidade. O produto final realizado foi um vídeo que mostra trechos de algumas entrevistas onde os moradores da cidade falam sobre suas percepções acerca do patrimônio do centro histórico.

Palavras-chave: patrimônio, representações sociais, Cidade de Goiás, identidade

ABSTRACT

The theme of this study is the social representation of the residents of the City of Goiás in relation to the patrimonialized historic center. The research aimed to identify whether the residents of the City of Goiás, both from central and peripheral regions, feel represented by the historic center, which has been listed as a UNESCO World Heritage Site since 2001. To this end, the study sought to investigate how the city's residents perceive their relationship with the heritage and how they interact with this space. Considering the recognition by official institutions, it was questioned whether the residents perceive the historic center as a representation of local culture and history. The research methodology included a bibliographic review and fieldwork using a qualitative approach, during which 24 residents from both central and peripheral regions were interviewed to understand their perceptions on the subject. The study concluded that in the City of Goiás, some residents feel represented by the heritage, some do not, and others feel partially represented. Additionally, it was identified that the conflicts in their relationship with the heritage are not necessarily related to whether the resident lives in the central or peripheral region of the city. The final product developed was a video featuring excerpts from interviews where residents share their perceptions of.

Keywords: heritage, social representations, City of Goiás, identity

Sumário

INTRODUÇÃO	12
1. A HISTÓRIA DA CIDADE DE GOIÁS E A PATRIMONIALIZAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO	27
1.1 A chegada dos Bandeirantes	27
1.2 A transferência da capital.....	35
1.3 Processo de patrimonialização do Centro Histórico da Cidade de Goiás	38
2. PATRIMÔNIO, PRESERVAÇÃO E CONSUMO: AS REPRESENTAÇÕES DO CENTRO HISTÓRICO DA CIDADE DE GOIÁS	66
2.1 Cidade patrimônio, Centro Histórico e a região periférica da Cidade de Goiás.....	67
2.2 Os conflitos do patrimônio da Cidade de Goiás, identidade e as relações de poder	82
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	95
4. PRODUTO FINAL	102
4.1 - O formato definido	102
4.2 - Público-alvo	102
4.3 - O impacto esperado sobre a comunidade	103
5. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DO PRODUTO	103
5.1 Manual de uso do Produto	103
5.2 Proposta de aplicação na comunidade participante e devolutiva.....	110
CONSIDERAÇÕES FINAIS	111
REFERÊNCIAS	112

INTRODUÇÃO

O bem cultural selecionado para esta pesquisa foi o Centro Histórico patrimonializado da Cidade de Goiás (Fig.1), antiga capital do estado, que está localizada a 144 km de Goiânia, na região Centro Oeste do país. Conhecida popularmente como Goiás Velho, a antiga Vila Boa possui um sítio histórico que é resultado da expansão colonial que explorava o ouro no interior do território brasileiro.

Figura 1 - Mapa da localização da Cidade de Goiás



Fonte: Dossiê (1999).

É onde se encontra o conjunto arquitetônico que recebeu o título de Patrimônio Cultural da Humanidade reconhecido pela UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, em 16 de dezembro de 2001. O título foi concedido em decorrência do reconhecimento da arquitetura colonial e da força dos elementos culturais estabelecidos no território goiano no século XVIII e está localizado em uma região de vasta beleza natural¹.

A proposta deste estudo foi investigar os conflitos que envolvem as representações sociais frente a patrimonialização do Centro Histórico da Cidade de Goiás, visto que há relevância acadêmica e social em entender como as pessoas da região compreendem e se relacionam com os bens patrimonializados e o seu espaço

¹ IPHAN – Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/362/>. Acesso em: 20 de janeiro de 2024.

de habitação depois do reconhecimento mundial no início dos anos 2000. De acordo com Motta (1987), o termo "centro histórico" refere-se a áreas que são institucionalmente protegidas contra ameaças que possam comprometer a integridade dos elementos preservados, essenciais para entender a sociedade que os criou.

Os processos de patrimonialização devem considerar os significados representativos associados às pessoas e a identidade daqueles que se relacionam e convivem com o bem (Chuva, 2012). No entanto, o descontentamento e o não reconhecimento, que reproduz o desinteresse por aquilo que não é entendido como pertencente, pode representar no imaginário coletivo a negação do patrimônio cultural, pelo qual as significações merecem maior exploração.

Isso significa que não basta o tombamento por meio da ação legalmente atribuída aos órgãos competentes do poder público, uma vez que a identificação ou definição de um bem material ou imaterial como patrimônio precisa, necessariamente, da participação daqueles que integram a comunidade local, na medida em que um certo bem é eleito coletivamente como depositário de significados históricos e culturais com os quais uma dada parcela das pessoas se identifica, se reconhece e se apropria (Tolentino, 2016).

O patrimônio cultural se refere ao legado vivo que é recebido do passado, capaz de gerar o sentimento de pertencimento nas pessoas, esta noção de pertença forma uma identidade cultural valiosa para a construção do sujeito. No entanto, as referências que fazem com que seja compartilhada história e memórias, podem também evidenciar diferenças culturais que demonstram a diversidade (Pelegrini, 2007).

Patrimonializar é selecionar um bem cultural, seja objetos ou práticas, de acordo com a atribuição de valor da referência cultural para um grupo, uma identidade (Chuva, 2012). Compreende-se, portanto que: "A afetividade entre o território e seus moradores pode ser explicada por meio do vínculo de identidade estabelecida com os diferentes lugares que o compõe e os grupos sociais que lhes atribuem valores" (Pereira, 2019, p.221).

O decreto-lei federal nº25/1937, no art. 1º descreve que o patrimônio consiste no conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país, cuja preservação seja de interesse público, devido à sua ligação com eventos memoráveis da história do Brasil e por seu notável valor arqueológico, bibliográfico ou artístico (Brasil, 1937). O

patrimônio pode ser identificado como um tipo de arquitetura, uma festa, culinária ou um tipo de artesanato, a medida em que seja reconhecido por um grupo ou pelo estado como algo que é associado à sua história, sendo capaz de definir sua identidade (Gonçalves, 2015).

Tolentino (2016) chama a atenção para o incentivo da participação social nas etapas de preservação do patrimônio, dando ao indivíduo o protagonismo para a construção e apropriação frente ao bem cultural. A relação com o patrimônio é conflituosa, não é suficiente apenas proteger e preservar, é necessário a reflexão crítica. A aceitação dos valores e reconhecimento do pertencimento não deve partir de uma imposição, os significados deverão ser concedidos pelo sujeito que atribui sentido ao seu patrimônio.

Precisa ser pensado em “para quem” a referência cultural faz sentido. Esta ideia tira o foco do bem cultural em sua monumentalidade e materialidade, e passa a ser voltada para os sentidos e os valores que este representa. Os valores podem ser históricos, artísticos e simbólicos, onde o sujeito é intérprete do seu próprio patrimônio (Fonseca, 2000). Desta forma, “é preciso desmistificar e “desfetichizar” o patrimônio, o que significa explicitar que os patrimônios não são objetos dados, cabendo ao poder público apenas a tarefa de reconhecer neles valores intrínsecos” (Scifoni, 2014. p.203).

Para que haja a proteção da referência cultural, é necessário conhecê-la, a referência precisa ser identificada pela comunidade. Assim, a dimensão simbólica do espaço será muito mais vivida do que somente conhecida (Fonseca, 2000). “As narrativas, ao mesmo tempo que nos conduzem ao passado, à saudade de um tempo antigo, direcionam às formas atuais de apropriação destes espaços e aos conflitos vividos por estes grupos sociais” (Pereira, 2019, p.221).

Esta pesquisa justifica-se pela carência de material científico atualizado que discute a representatividade do centro histórico da Cidade de Goiás na perspectiva dos moradores nas mais de duas décadas de seu reconhecimento como patrimônio da humanidade. A minha colaboração com o tema se dá pelo conhecimento adquirido na graduação em psicologia, na qual os estudos sobre a formação da subjetividade, identidade e as representações permitiram compreender a complexa relação entre o ser e a realidade histórica e cultural que o acompanha.

Essa formação abre à oportunidade para contribuir com o desenvolvimento de uma revisão não só temporal, mas que privilegia os sujeitos que efetivamente atribuem significados, envolvendo os agentes sociais que diariamente convivem com as referências culturais, representações identitárias e simbólicas, que são reconhecidas, ou não, pelas autoridades oficiais devido a um passado que recebe até hoje marcantes reflexos coloniais.

Sendo assim, surgiu a necessidade de investigação quanto ao que as pessoas que se relacionam e convivem com o bem cultural, pensam e esperam da ideia de patrimônio, buscando identificar o que este representa, considerando as implicações no cotidiano destes sujeitos e nas suas construções sociais.

O objetivo geral da pesquisa é avaliar se a população da Cidade de Goiás reconhece os bens tombados do Centro Histórico como parte de sua cultura e quais são os reflexos do título conferido na vida dessas pessoas, associando as percepções dos moradores do centro e dos setores mais afastados, identificando seus afetos e angústias e percebendo como se revela a representatividade cultural da comunidade local. Desta forma, buscou-se identificar os significados do patrimônio histórico na composição identitária dos membros da comunidade considerando os diferentes interesses e conflitos.

Como objetivos específicos foram traçados: 1) fazer o levantamento bibliográfico acerca do percurso histórico da Cidade de Goiás, do século XVIII até a patrimonialização e discutir o uso do conceito sobre as representações sociais e significados; 2) identificar se os moradores da Cidade de Goiás, tanto do centro histórico como das regiões periféricas, se sentem representados pelo sítio patrimonializado buscando compreender se os moradores da região central sentem-se mais representados do que os demais por residirem naquele espaço; 3) verificar as emoções e sentimentos envolvidos na noção de representatividade dos moradores da cidade na relação com o centro histórico.

Os aspectos conflituosos existentes na relação do patrimônio com a comunidade, devem ser problematizados, já que os processos de patrimonialização nem sempre apresentam coerência com o desejo da comunidade de preservação daqueles bens culturais. O patrimônio não existe apenas para ser contemplado, representar valores e ideias abstratas, existe para construir e formar pessoas. Os seres humanos usam a linguagem simbólica para “ser”, assim: “O patrimônio é usado

não apenas para simbolizar, representar ou comunicar: é bom para agir” (Gonçalves, 2003, p.27).

Scifoni (2014) chama a atenção para a importância da compreensão do significado do patrimônio com base nas percepções dos moradores da região em que o patrimônio está localizado, não se tratando apenas do reconhecimento do Estado, em uma relação de poder onde as autoridades locais determinam os valores que ali são atribuídos. Segundo Florêncio (2014) há um campo de conflito entre os envolvidos, ao se tratar das políticas de patrimonialização. A percepção da autora é baseada na perspectiva das diferenças socioeconômicas, que contribuem para a baixa identificação da comunidade com o bem patrimonial oficialmente reconhecido.

Neste sentido, a problematização deste estudo levanta as seguintes questões: como a preservação do centro histórico da Cidade de Goiás como patrimônio da humanidade influencia na vivência da população local? Estas pessoas se reconhecem com a identidade cultural que a preservação deste patrimônio representa, considerando o cenário conflituoso que o acompanha?

O estudo sobre as formas subjetivadas de apropriação dos bens culturais patrimonializados exige uma reflexão sobre as representações como categoria de análise, o que aponta para a necessária compreensão da chamada Teoria das Representações. Esta evoluiu historicamente provocando debates em diferentes campos do pensamento. No universo da antropologia foi especialmente fecunda junto a linguística e a semiótica, com destaque para os trabalhos de Charles Sanders Peirce; na psicologia são destacadas as contribuições de Serge Moscovici; e na sociologia contemporânea podem ser ressaltados os trabalhos de Stuart Hall.

A semiótica faz parte do amplo estudo desenvolvido por Charles S. Peirce e é fundamentada nos princípios da fenomenologia. É chamado de fenômeno qualquer coisa ou evento que se manifesta na percepção e na mente. A fenomenologia tem como propósito apresentar as categorias formais e universais que descrevem a maneira como a mente humana apreende esses fenômenos (Santaella, 2005).

A teoria da semiótica é um método analítico que busca abordar as diversas formas que as mensagens podem assumir, seja verbal, visual, auditiva, e suas combinações, as palavras e imagens, ou imagem e som, por exemplo. Além disso, ela se propõe a compreender os processos de referência e aplicação dessas mensagens, assim como os modos como os receptores as percebem, sentem, entendem e reagem

a elas. A semiótica desempenha o papel de um guia lógico que delinea as abordagens necessárias para conduzir uma análise, mas ela não fornece conhecimento específico sobre a história, teoria e prática de um determinado sistema de signos (Santaella, 2005).

Sem compreender a história desse sistema de signos e o contexto sociocultural ao qual ele pertence, não se pode detectar as marcas que são deixadas. Se o conhecimento do receptor sobre o assunto for limitado, a semiótica não consegue realizar o "milagre" de induzi-lo a produzir interpretações que ultrapassem o senso comum. As pesquisas realizadas por Peirce o levaram à conclusão de que existem três elementos formais e universais presentes em todos os fenômenos percebidos pela mente. Em um nível de generalização máxima, esses elementos foram identificados como primeiridade, secundidade e terceiridade, é a forma com que Peirce encontrou para categorizar os signos (Santaella, 2005).

Primeiridade se refere a originalidade das coisas, Peirce (2005) ensina que se trata de algo que existe por si só, é a mais primitiva e original das categorias, corresponde a percepção inicial e precedente a qualquer representação. A secundidade evolui reação, vem depois do primeiro, é a ação e a existência do fato em sua corporificação. A terceiridade completa o contexto do signo, na medida que existe a primeiridade e a secundidade, dando forma a terceiridade, é o que completa a categoria universal do pensamento, envolvendo elaboração cognitiva através do qual o mundo é interpretado, é aproximado o primeiro do segundo formando uma síntese intelectual, o terceiro (Santaella, 1983).

Em outras palavras: a cor azul, de forma simples e direta, representa um primeiro. O céu, considerado como um local e um momento específico, onde a cor azul se manifesta, representa um segundo. A síntese intelectual, a compreensão cognitiva - como o azul no céu ou o azul do céu - representa um terceiro (Santaella, 1983).

Em função do pensamento lógico, Peirce trabalha com as tríades de modo a pensar nas dinâmicas combinatórias para a compreensão dos signos. Segundo o autor, a mais importante das classes das relações triádicas, se refere as relações dos signos ou *representamens*, com seus objetos e interpretantes. Há o signo propriamente dito, o primeiro, que se remete ao objeto corporificado, o segundo, e por fim, o interpretante, o terceiro, que se trata dos efeitos da representação nos

receptores, nos intérpretes (PEIRCE, 2005). Segundo Santaella (2005), o que define signo, objeto e o interpretante é a posição lógica que este ocupa no processo representativo da tríade, ou seja, se este está posicionado em primeiro, segundo ou terceiro.

Um signo [...] é aquilo que, sob certo aspecto ou modo, representa algo para alguém. Dirige-se a alguém, isto é, cria, na mente dessa pessoa, um signo equivalente, ou talvez um signo mais desenvolvido. Ao signo assim criado denomino interpretante do primeiro signo. O signo representa alguma coisa, seu objeto. Representa esse objeto não em todos os seus aspectos, mas com referência a um tipo de ideia [...] (Peirce, 2005, p.46).

Para que algo possa ser um signo, esse algo deve “representar”. Um signo pode ser qualquer coisa que representa uma outra coisa, que produza uma interpretação em uma mente, essa interpretação é chamada de interpretante do signo (PEIRCE, 2005). Com base na natureza da referência do signo, que pode estar relacionada ao cuidado, ao sofrimento ou à felicidade de alguém, por exemplo, desencadeará em um receptor uma resposta interpretativa específica, como correr para ajudar, ignorar, gritar em solidariedade, entre outras reações. Essa resposta ou este efeito é chamada de interpretante (Santaella, 2005).

Estudando a obra de Peirce, John Lechte (2006), explica que um signo é o que representa alguma coisa para alguém. “O signo A denota um fato (ou objeto) B, para um interpretante, C” (p.167). Desta forma, um signo não é uma entidade isolada, conforme o autor, ele é sempre constituído por três dimensões. “Um signo propriamente dito, diz Peirce, é uma instância da primeiridade, seu objeto, uma instância da secundidade, e o interpretante – o elemento mediador – uma instância da terceiridade” (John Lechte, 2006, p.167).

Um signo pode ter mais de um objeto, ou seja, mais de uma representação. Assim, este se torna um objeto complexo, um conjunto de objetos. Se um signo é algo diferente do que ele representa, é necessário que, no pensamento ou na expressão, haja alguma explicação, argumentação ou contexto que indique de que maneira, por qual sistema ou por que razão o signo está representando o objeto ou conjunto de objetos (Peirce, 2005).

É importante notar que, quando um signo representa um objeto, não é necessária nenhuma inteligência ou raciocínio específico por parte do intérprete. Para compreender um signo e diferenciá-lo de outros, o que é necessário são percepções sensíveis e familiaridade com as características habituais associadas, além do

entendimento dos padrões compartilhados entre indivíduos, do sistema de signos. Para compreender o objeto, é necessário ter uma experiência anterior com esse objeto específico. Já para entender o interpretante, que é o significado expresso pelo próprio signo, pode ser algo que demanda uma capacidade elevada de raciocínio (Peirce, 2005).

A relação triádica é autêntica, genuína, significando que seus três elementos estão conectados de tal maneira que não se reduz a um conjunto de relações de dois elementos. Isso explica por que o interpretante, ou terceiro elemento, não pode estar em uma simples relação de dois com o objeto (Peirce, 2005). Com relação a noção de interpretante, é importante esclarecer que este não se refere ao intérprete, e sim, ao processo criado na sua mente, assim como o objeto não se trata do signo, e sim, da representação que o signo é capaz de criar (Santaella, 1983). E ainda “Representação não se confunde com *representamen* ou signo, uma vez que este é apenas o primeiro correlato de uma relação que se arma em três termos ou correlatos” (Santaella, 1995, p.29).

Para esclarecer a definição de signo, Peirce (2005) destaca que ele possui dois objetos: imediato e dinâmico; e três interpretantes: imediato, dinâmico e final. O objeto imediato é a própria forma do signo, sua aparência imediata.

Isto é, temos que distinguir o Objeto Imediato, que é o Objeto tal como o próprio signo representa, e cujo Ser depende assim de sua Representação no Signo, e o Objeto Dinâmico, que é a realidade que, de alguma forma, realiza a atribuição do Signo à sua Representação (Peirce, 2005, p.177).

Já o interpretante imediato refere-se ao interpretante, comumente conhecido como o significado do signo. Aquilo que o signo realmente produz na mente do receptor, se refere ao interpretante dinâmico, que corresponde ao efeito real que o signo, enquanto signo, efetivamente causa ou determina. Há um terceiro tipo de interpretante denominado interpretante final, “[...] porque é aquilo que finalmente se decidiria ser a interpretação verdadeira se se considerasse o assunto de um modo tão profundo que se pudesse chegar a uma opinião definitiva” (Peirce, 2005, p.164). Isso diz respeito a maneira pelo qual o signo tende a representar-se na sua relação com o objeto, mas que até aquele momento, era uma noção confusa até mesmo para ele.

Nesse contexto, Santaella (1995) explica que o interpretante atua como um mediador, tanto em relação ao objeto quanto em relação aos futuros interpretantes. Ele está localizado entre o signo anterior e o seu objeto, introduzindo novos signos para esse objeto. Além disso, o interpretante também se posiciona entre o signo

anterior e o interpretante subsequente, desempenhando o papel de uma regra para a transformação de um para o outro.

A partir dessas classificações, Peirce desenvolveu mais tricotomias dos signos e suas combinatórias geraram classes que resultaram em milhares tipos de signos, que evidentemente não buscou explorar, dedicou seus esforços apenas as 10 divisões baseadas na tríade – signo, objeto e representações e interpretante. Peirce vem de uma formação marcada pelas influências das ciências exatas, o que o faz se dedicar a lógica das ciências, era uma paixão pelo qual não podia desviar-se (Santaella, 1983).

Segundo a autora, Peirce inova ao não dissociar a filosofia e as ciências modernas das ciências exatas, que é sua base na elaboração das suas teorias. É como o próprio autor pronuncia [...] “a lógica é, como acredito ter mostrado, apenas um outro nome para semiótica, a quase-necessária, ou formal, doutrina dos signos” (Peirce, 2005, p.45).

A semiótica de Peirce, em primeiro lugar, é uma teoria sígnica. Ela esboça, por meio de um diagrama lógico, o plano de uma nova base para reconsiderar as perguntas antigas e duradouras sobre a realidade e a verdade (Santaella, 1995).

Peirce re-absorve, dentro da semiótica, parâmetros fenomenológicos que dilatam e ampliam a concepção de signo, invadindo territórios que subvertem as tradicionais camisas-de-força logocêntricas e racionalistas. A integração da fenomenologia à semiótica, por outro lado, rompe também com as costumeiras separações dicotômicas entre pensar e sentir, entender e agir, espírito e matéria, alma e corpo etc (Santaella, 1995, p.120).

O pensamento ocorre por meio de signos, cada pensamento é uma continuação de outro, para depois se desenvolver em um novo. É essencialmente um diálogo, portanto, a semiose, ou autogeração, é sinônimo de pensamento, inteligência, mente, crescimento, aprendizado e vida (Santaella, 1995).

As representações surgem da necessidade do ser humano de se reconhecer e compreender o mundo no qual pertence. Nessa busca, faz-se necessário um conjunto de análises e interpretações dos signos pelos quais se reconhecem. Uma vez que vivemos em sociedade, dividindo o mundo com outras pessoas, nem tudo pode ser totalmente feito com autonomia, construímos, em meio à vida cotidiana, representações também sociais. É a partir delas que as interpretações sígnicas e definições feitas em conjunto ajudam a diferenciar melhor os aspectos diariamente manifestados, facilitando assim a forma de encará-los.

Serge Moscovici, psicólogo social e teórico pioneiro na elaboração da TRS - Teoria das Representações Sociais, buscou compreender o que contribui para construção da realidade social e dos fenômenos que reproduzem pensamentos e comportamentos comuns em um grupo. Teve como objetivo explorar o que as pessoas pensam acerca dos objetos representativos, bem como os processos envolvidos no “como” e “porquê” dessas percepções, entendendo que as representações sociais dizem respeito as crenças e ideias compartilhadas que resultam em interação entre os indivíduos (Moraes et al, 2014).

Foi nesta perspectiva que o senso comum adquiriu valor como objeto de estudo nos trabalhos de Moscovici, pois este percebeu que as representações são o elo que liga o indivíduo à sua cultura e sua linguagem, tornando o mundo ao redor familiar a partir das próprias interpretações (Almeida e Santos, 2011). “Sem dúvida, cada fato, cada lugar comum esconde dentro de sua própria banalidade um mundo de conhecimento, determinada dose de cultura e um mistério que o fazem ao mesmo tempo compulsivo e fascinante” (Moscovici, 2007, p.60).

A utilização da Teoria das Representações Sociais como um guia teórico de análise oferece um grande potencial interpretativo ao objeto de estudo, permitindo esclarecer os sistemas de significados que são gerados e compartilhados pelos moradores da Cidade de Goiás na relação com o Centro Histórico.

As representações sociais interagem entre si, são dinâmicas e expressam maneiras específicas de compreender o mundo (Moraes et al, 2014). São criadas pelos homens, baseadas em experiências pré-existentes capazes de gerar tantas outras em um movimento cíclico e sem fim. É resultado das interpretações das sucessivas gerações que ao longo do tempo criam sequências de elaborações, como descreve o autor: “Nenhuma mente está livre dos efeitos de condicionamentos anteriores que lhe são impostos por suas representações, linguagem ou cultura” (Moscovici, 2007, p.35).

Se trata de construções sociais que se comunicam, se opõem e desaparecem com o passar dos anos para ressurgir com novas formas, possuindo existência própria e sendo capazes de influenciar os sujeitos que interagem coletivamente, pois estas não são, portanto, produzidas por um indivíduo isoladamente. Os estudos sobre representações percebem o ser humano à medida que ele procura entender as coisas que o circundam, esforçando-se para compreender questões fundamentais sobre si.

A representação social é um tipo de conhecimento que busca tornar o que é desconhecido em algo familiar, incorporando a novidade às estruturas de conhecimento já existentes que promovem uma certa estabilidade (Moscovici, 2007).

Este processo é denominado pelo autor como “ancoragem”, se trata do mecanismo que busca “[...] tentar ancorar ideias estranhas, reduzi-las a categorias e a imagens comuns, colocá-las em um contexto familiar” (Moscovici, 2007, p.60). Ancorar, nesse contexto, envolve categorizar e atribuir um nome a algo. Coisas que não são classificadas e não possuem um nome, são consideradas estranhas, inexistentes e, ao mesmo tempo, podem ser percebidas como ameaçadoras.

Além da ancoragem, a objetivação também compõe este processo e ambas são responsáveis por criar a representação social. Ancoragem e objetivação são conceitos fundamentais que esclarecem os processos essenciais para compreender como as representações sociais são formadas e o que elas constituem. O propósito do segundo mecanismo, a objetivação, de acordo a TRS, é tornar esses objetos mais concretos, ou seja, transformar algo abstrato em algo mais próximo possível do palpável, transferindo o que está na mente para algo que exista no mundo físico. “Trata-se de privilegiar certas informações em detrimento de outras, simplificando-as, dissociando-as de seu contexto original de produção e associando-as ao contexto do conhecimento imagético do sujeito ou do grupo” (Trindade, Santos e Almeida, 2014, p.147).

Partindo do princípio inicial da ancoragem, ao atribuir um nome a algo que anteriormente não o possuía, tornamo-nos capazes de imaginá-lo e representá-lo em nossa mente, o objeto deixa de ser algo estranho. Essencialmente, uma representação consiste em um sistema de classificação e categorização, pois assim, as coisas passam a ser nomeadas e identificadas. “Categorizar alguém ou alguma coisa significa escolher um dos paradigmas estocados em nossa memória e estabelecer uma relação positiva ou negativa com ele” (Moscovici, 2007, p.63).

Sendo assim, dar nomes não é apenas uma atividade intelectual para alcançar clareza ou lógica coerente. É, na verdade, uma ação vinculada a uma postura social. Este é o modo de funcionamento existente no senso comum e é importante não ignorá-lo, pois se aplica a todos os casos, não sendo válida apenas em situações excepcionais. Classificar e nomear faz parte da ancoragem das representações (Moscovici, 2007).

De fato, o que é anônimo, o que não pode ser nomeado, não se pode tornar uma imagem comunicável ou ser facilmente ligado a outras imagens. É relegado ao mundo da confusão, incerteza e inarticulação, mesmo quando nós somos capazes de classificá-lo aproximadamente como normal ou anormal (Moscovici, 2007, p.66).

À medida que os sentidos se manifestam, nós os tornamos concretos e visíveis, assemelhando-os a ideias e seres que já fazem parte do nosso cotidiano. Dessa maneira, as representações pré-existentes são de certa forma alteradas, e os elementos que precisam ser representados sofrem mudanças adicionais, adquirindo assim uma nova forma de existência.

Os aspectos que se tornaram familiares e desenvolve-se para a concretização real, como dito anteriormente, é chamado objetivação. Trata-se da transformação da ideia na realidade palpável, ultrapassando o limiar da nomeação e classificação. Inicialmente, objetivar significa identificar a qualidade representativa de uma ideia, ou seja, algo que é abstrato, e reproduzir um conceito por meio de uma imagem. As imagens escolhidas, por sua habilidade em serem representadas, se combinam ou, mais precisamente, são incorporadas ao que foi chamado “núcleo figurativo”. Esse conjunto de imagens reproduz visualmente um conjunto de ideias (Moscovici, 2007).

A partir disso, compreende-se que as representações sociais seguem uma lógica peculiar, aspectos racionais e irracionais são combinados, e é dada grande importância às conclusões disseminadas através da interação entre membros da sociedade, que ocorrem nas práticas de comunicação do dia a dia. São uma forma de conhecimento, têm uma finalidade em certa medida oposta à do conhecimento científico, visto que a ciência percorre o caminho contrário, procurando “estranhar” fenômenos que à primeira vista são familiares ou compreensíveis, a fim de obter conhecimentos válidos sobre a realidade (Moscovici, 2007).

A interação estabelecida pelo ser humano entre os elementos individuais e sociais é a fundação teórica do conceito de representação social. Isso significa que o indivíduo incorpora a realidade social, de modo que os elementos sociais e externos se tornam parte interna da sua compreensão e percepção. Segundo Almeida e Santos (2011) as representações sociais também têm o propósito de situar tanto indivíduos quanto grupos no âmbito social, possibilitando que eles construam uma identidade, além de permitir justificar determinados comportamentos.

Segundo Hall (2016) objetos, sujeitos, acontecimentos são correlacionados ao conjunto de representações mentais pré-existentes, tornando possível que o indivíduo

faça a interpretação do que está ao redor, neste sentido, os significados dependem dos conceitos e imagens que foram internalizados anteriormente, esta concepção diz respeito ao primeiro sistema de representação apresentado pelo autor. O segundo sistema de representação envolvido no processo de construção de sentido se refere a linguagem, usada para comunicar e expressar os pensamentos.

A linguagem se refere a “tradução comum” através de palavras, imagens ou sons, que quando são carregadas de sentidos é denominado “signos”. Dito isso, pertencer a mesma cultura quer dizer compartilhar mais ou menos os mesmos conceitos e formas de interpretar os signos e expressar a linguagem. “Somos nós - na sociedade, dentro das culturas humanas - que fazemos as coisas terem sentido, que lhes damos significado. Sentidos, conseqüentemente, sempre mudarão, de uma cultura ou período para outro” (Hall, 2016, p.108).

Contudo, a característica essencial do significado não é totalmente clara, é no significado que a reflexão e a expressão verbal se entrelaçam, é no significado que podemos buscar as respostas para nossas indagações sobre a conexão entre o pensamento e a comunicação verbal, “[...] o significado é uma parte inalienável da palavra enquanto tal, pertencendo, portanto, tanto ao domínio da linguagem como ao do pensamento.” (Vygotsky, 1996, p.13).

O significado das palavras, segundo Vygotsky (1996) tem caráter mais estável e preciso, diferente dos sentidos, que é fluído e dinâmico, podendo ser variável quando há mudanças no contexto, quando esse contexto se modifica, o sentido da palavra também se altera. No entanto, o significado permanece constante através de todas as variações de sentido.

Segundo Vygotsky (1996) uma palavra desprovida de significado é apenas um som vazio, perdendo sua relevância no âmbito da comunicação humana. Dado que o significado das palavras é simultaneamente tanto pensamento quanto linguagem, representam, desta forma, a integração do pensamento verbal.

O sentido das palavras, para Costas e Ferreira (2011) possui uma natureza simbólica. O simbólico desempenha o papel de intermediário na conexão entre o ser humano e o mundo. Assim, o sentido atua como facilitador dessa relação. Destaca-se aqui a relevância do aspecto social, pois, o indivíduo se desenvolve absorvendo significados a partir do contexto social. Assim, o sentido é um momento específico, não tem a estabilidade fixa de um significado, pois varia sempre que os interlocutores

ou eventos mudam. Ele é temporário e é reinterpretado, tornando-se um novo sentido em situações diferentes.

O processo de representação social possibilita que as pessoas interpretem aspectos da realidade para agir em relação a ela. Isso ocorre porque a representação assume o lugar do objeto social ao qual se refere e se transforma em realidade para os atores sociais (Moscovici, 2007).

O que permite diferenciar uma representação da outra são os signos assimilados ao núcleo representativo. Ao afirmar que as representações são sociais, estamos indicando que elas são simbólicas, contendo elementos perceptivos e cognitivos. O propósito essencial das representações sociais é facilitar a comunicação dentro de um grupo, tornando-a relativamente “não-problemática”, favorecendo um certo nível de concordância entre os membros dos grupos (Moscovici, 2007).

As representações sociais são construídas por meio de influências mútuas e negociações implícitas durante as conversas, onde as pessoas se orientam por modelos simbólicos, imagens e valores compartilhados específicos. Durante esse processo, as pessoas desenvolvem um conjunto comum de interpretações, explicações, regras e procedimentos que podem ser aplicados à vida cotidiana, do mesmo modo em que as expressões linguísticas são acessíveis a todos (Moscovici, 2007).

[...] as representações evocam igualmente o que está ausente desse mundo, elas o constituem mais do que o simulam. Quando somos perguntados “com que objetos é construído nosso mundo?” deveríamos, por nossa vez, perguntar “dentro de que representação?”, antes de responder. Isso significa que representações compartilhadas, sua linguagem, penetram tão profundamente em todos os interstícios do que nós chamamos realidade que podemos dizer que elas o *constituem* (Moscovici, 2007, p.210).

Segundo Moraes et al (2014) cada forma de conhecimento está fundamentada em uma prática e em um contexto particular, cada pessoa atua como um conhecedor, fundamentando seu entendimento em observações acumuladas para expressar suas ideias. Este tema é um terreno propício que nos permite observar como um grupo percebe a sua realidade, dentro de um contexto social determinado.

Tendo em vista, os debates que acompanham a teoria das representações, é possível afirmar que as formas pelas quais as pessoas desenvolvem suas representações, sobre si ou sobre o mundo que a cerca, podem ser acompanhadas também por questões econômicas e por interesses de grupos ou indivíduos que

podem ser beneficiados com vantagens inclusive pecuniárias. Essas questões também podem ser identificadas junto aos processos de patrimonialização.

Há hipótese de que o centro histórico da Cidade de Goiás se encaixa na caracterização do conceito de “Fetichização do Patrimônio”, a que Veloso (2006) se refere, conceito compreendido pela espetacularização do patrimônio em prol dos interesses econômicos, tornando-se assim, um mercado de bens simbólicos. Diante desta ideia, entende-se que a representação das referências culturais da população periférica da cidade pode estar voltada para outros objetos que compartilham sentidos e transcende a condição mercantilizada, com significações que reúnem memórias e colaboram para a identidade coletiva do lugar. Os valores coletivos e o sentimento de pertencimento e representatividade, diante do universo compartilhado parte das próprias pessoas que definem os valores de interesse do grupo e não da imposição das autoridades políticas locais.

A partir de tais questões, procuro responder as indagações fazendo um levantamento bibliográfico da literatura e análise do Dossiê – Proposição da Cidade de Goiás na Lista do Patrimônio da Humanidade – 1999², além de realizar a pesquisa de campo com entrevistas semiestruturada com os moradores do centro e da periferia da Cidade de Goiás. Para composição do referencial teórico foram selecionados autores que discutem a história da cidade de Goiás, noções da relação centro e periferia dos espaços urbanos e conceituações acerca da representação social.

No item um do relatório apresento o histórico da cidade de Goiás percorrido até o reconhecimento mundial da UNESCO. Inicia-se com a fundação do Arraial de Sant’Anna em 1726, seguido do marco histórico da transferência da capital onde a cidade de Goiás perde a sede do poder político do estado para Goiânia, e isso interfere diretamente nos primeiros movimentos para os processos de patrimonialização do centro histórico.

No item dois é realizada uma discussão acerca dos conflitos envolvendo as noções de centro e periferia que evidenciam problemáticas da cidade-patrimônio, utilizando as entrevistas feitas na pesquisa de campo com os moradores da Cidade de Goiás que apresentam suas perspectivas acerca das representações do centro histórico. Por fim, no item 3 e 4 foi feito o detalhamento do produto final, considerando

² O Dossiê – Proposição da Cidade e Goiás na Lista do Patrimônio da Humanidade é o documento utilizado para realizar a candidatura ao título de Patrimônio Mundial da Humanidade da Cidade de Goiás em 1999.

a proposta da sua produção, o formato definido, o público-alvo que se pretende alcançar e os impactos esperados para a comunidade a partir da sua aplicação.

1. A HISTÓRIA DA CIDADE DE GOIÁS E A PATRIMONIALIZAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO

Esta seção tem a intenção de traçar a trajetória da fundação da Cidade de Goiás, iniciando com a chegada dos bandeirantes, seguida pela transferência da capital em 1937 até o reconhecimento do Centro Histórico da cidade, apresentando como o centro alcançou o título de patrimônio mundial. É explorado o percurso até o troféu recebido em 2001, descrevendo os agentes envolvidos neste processo, os primeiros tombamentos da cidade, além dos esforços direcionados ao reconhecimento da arquitetura colonial.

1.1 A chegada dos Bandeirantes

Existem cartografias que apontam que o início da colonização de Goiás ocorreu com a "descoberta" de uma região já habitada pelos índios Goyazes, que, por sua vez, foram explorados e dizimados (Carneiro, 2023). Os registros que indicam a fundação da Cidade de Goiás, inicialmente Arraial de Sant'Anna, datam 1726. Foi um núcleo de colonização que atraiu a atenção da metrópole portuguesa. O desenvolvimento da cidade ocorreu como resultado da busca pelo ouro nas margens do rio Vermelho. Naquela época os padres jesuítas denunciavam a decadência moral e o descaso dos aventureiros bandeirantes que aterrorizavam e violentavam os indígenas (Brasil, 1980). Os paulistas estavam entre os pioneiros na exploração dessa região, fazendo percorrer as bandeiras, conduzindo expedições que abrangeram desde as margens do Araguaia até as margens do Tocantins (Alencastre, 1979).

As expedições partiam da região litorânea, especialmente da capitania de São Vicente, hoje estado de São Paulo, com metas claras de explorar recursos minerais, escravizar e exterminar comunidades indígenas, além de destruir quilombos, entre outras conquistas "gloriosas" dos bandeirantes (Silva, 2019). Naquele período, enquanto as leis estavam focadas em supervisionar a extração de ouro para evitar

desvios, outros interesses de justiça eram frequentemente negligenciados. Isso é visto como um padrão que se aplica a muitos núcleos na colônia brasileira durante os primeiros governadores do século XIX e em Goiás não foi diferente (Brasil, 1980).

Algumas figuras pioneiras que exploraram essas terras, se destacaram pela progressão das expedições em direção ao centro. Entre eles, está Bartolomeu Bueno, que explorou as terras de Goiás, juntamente com o seu pai em um primeiro momento, e foi nessa época que colheu pequenas pepitas de ouro nas margens dos rios (Brasil, 1980).

É comum que a menção genérica ao Anhanguera, seja considerado um personagem mítico (Tamaso, 2007). Contudo, Quadros (2007) faz crítica a narrativa que conta a história da fundação de Goiás evidenciando somente as glórias, segundo ele o contexto apresentado sugere a ideia de que o Anhanguera teria arriscado a própria vida em benefício do Império português, porém, merece atenção a leitura de que o personagem em vários momentos não foi um herói benfeitor. Mas o que isso quer dizer?

Quando se aborda a figura dos Bandeirantes, a experiência das bandeiras, o Anhanguera e a mais recente Marcha para o Oeste, as contradições na representação destes grupos variam desde uma construção “heroica” e “mítica” de desbravadores corajosos e nobres conquistadores de terras, até a sombria captura, comércio, escravização e abuso físico e sexual de negros/os e povos indígenas. Isso inclui a destruição de quilombos, a busca desenfreada por metais preciosos e a exploração ambiental (Silva, 2019).

Com isso, a imagem dos bandeirantes, que entre 1930 e 1960 eram vistos como heróis no imaginário nacional, passaram a ser vistos como cruéis matadores de indígenas, bandidos sanguinários que violentavam e escravizavam os povos originários na exploração do ouro, além de colocá-los para trabalhar como guias nas expedições (Bertran, 2000).

O primeiro Anhanguera, ao ver as mulheres indígenas enfeitadas com o ouro, buscou descobrir onde elas encontravam tanta riqueza, no entanto, os originários não estavam dispostos a fornecer informações e nem mesmo permitir a entrada do homem branco em suas terras. Munido de uma vasilha de aguardente e fogo, o grande viajante simulava a queimada da água e ameaçava incendiar os rios com seu suposto poder mágico, desta forma, os indígenas cederam e mostraram a fonte do ouro,

cedendo às ameaças. Foi assim que Bartolomeu Bueno, o pai, recebeu o nome de Anhanguera. A origem tupi da palavra é anhangá, que significa "ser maligno", e uera, que significa "o velho, o que já foi": uma referência a uma figura diabólica (Silva, 2019).

Bartolomeu Bueno, o filho, nasceu em 1670 e vinha de uma família nobre, sendo descendente de Amador Bueno, rei da capitania de São Vicente. Sua primeira expedição às regiões do sertão despertou nele o interesse pelas viagens, e as experiências que encontrou motivaram-no a se envolver em novas empreitadas (Brasil, 1980).

Na sua primeira viagem, o filho do Anhanguera tinha 12 anos e em sua memória se mantiveram as experiências pela qual passou e se interessou. Anos depois, ao saber que estavam sendo feitas promessas atrativas e que recompensas eram oferecidas a quem se aventurasse em novas descobertas, ele se apresentou ao capitão-general de São Paulo. Expressou seu desejo de iniciar uma nova rota por terras previamente exploradas por seu pai (Alencastre, 1979).

Anhanguera provavelmente encontrava-se em situação de dívida quando se ofereceu ao governador Rodrigo César de Menezes para liderar uma expedição às terras dos nativos em Goiás (Quadros, 2007). Em 1721, Rodrigo Cezar de Menezes, o capitão general, que também tinha interesses na exploração das terras da região central do país, se anima com tal iniciativa, desta forma:

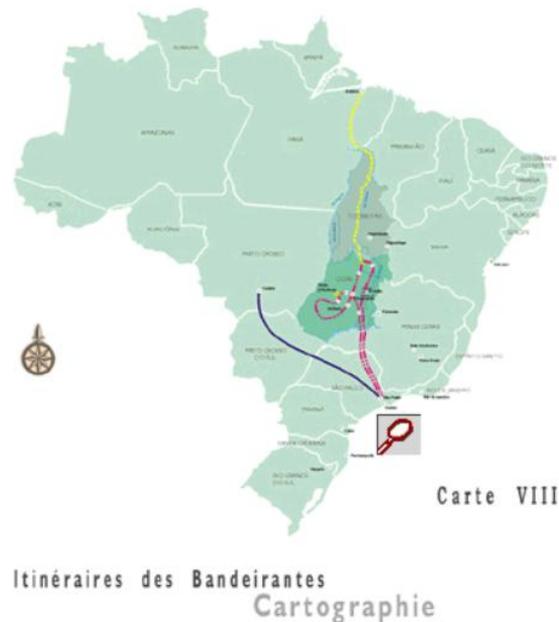
[...] concertou os planos de uma segunda viagem às longínquas terras de feracíssimas riquezas e cuja lembrança ficara na mente de todos após o empreendimento de Bartolomeu Bueno, pai, que, à custa do alvitre manhoso e heroico que passou para a história e que lhe valeu a alcunha de Anhanguera, trouxera evidentes notícias de ouro abundante e de superior qualidade (Brasil, 1980, p.29).

Em 30 de junho de 1722, Bartolomeu Bueno recebeu as últimas instruções do governador de São Paulo, Cezar de Menezes, que lhe desejou prosperidade na nova jornada. Em julho do mesmo ano, chegou sem incidente à margem do Paraíba. “[...] atravessando este rio mais ou menos no meridiano de Catalão, enfrentou uma longa Chapada, indo ter as proximidades do Tocantins, onde deu-se a cisão da bandeira” (Brasil, 1980, p.30).

A cisão aconteceu porque Silva Braga e outros parceiros decidiram continuar a trajetória que estavam seguindo (Fig. 2), enquanto Bartolomeu Bueno percebia que aquele não era o caminho em que percorreu junto ao pai, a trinta e sete anos antes, sendo assim, direcionou-se para o oeste com outro grupo de pessoas (Brasil, 1980).

Assim, quando já era insustentável a explosão da rebelião dos comandos de Bartolomeu, eis que a bandeira descobre o famoso lugar em que pelo mesmo tempo, havia estado o sertanista em companhia do primeiro Anhanguera, localidade que se supõe ser o Ferreiro, segundo uns, e Barra segundo outros e cuja fundação marca o início do povoamento de Goiás (Brasil, 1980, p.30).

Figura 2 - Mapa do percurso realizado por Bartolomeu Bueno de São Paulo até a atual Cidade de Goiás



Fonte: Dossiê 1999.

A primeira expedição de Bartolomeu Bueno em busca do ouro durou quatro anos. Ao entrar em Goiás em 1722, o Anhanguera II já sabia o que poderia encontrar: “[...] índios Caiapó, Carajapitanguá, Araxá, Quirixá, Goiás, Bareri e Carajaúna, como mostra um seu requerimento a respeito, de 13 de janeiro de 1720. E ouro, e prata, e pedras preciosas” (Bertran, 2000, 67). A previsão era baseada tanto na experiência que teve na viagem com o pai, quanto pelos relatos fundamentados pelas expedições anteriores de outras bandeiras (fig.3). Portanto, tinha mão de obra escrava e muita riqueza das terras para explorar, paralelo a prática de violência, abuso sexual e destruição da população indígena.

Figura 3 - Índios Caiapó – o jovem Catarino e o chefe Pacaranty – expedição de Henri Coudreau ao Araguaia em 1896



Fonte: Bertran (2000, p.31).

O estado de Goiás foi nomeado com tal devido a referência dos nativos da região, o índio Goiás, que habitava as terras em torno do rio vermelho, onde foi fundada a Cidade de Goiás. Os índios Goiás eram numerosos, ocupavam o norte de Minas e de Goiás, mas com a expansão no século XVIII segundo Bertran (2000), os viajantes teriam reduzido-os a uma centena de pessoas.

A saúde de Bartolomeu Bueno foi fragilizada após longa viagem, com isso decidiu voltar para São Paulo em 1725. Em 1726 já estava retornando para Goiás, fundou definitivamente um povoado, ali nascia Vila Boa, naquele momento denominado Arraial de Sant'Anna e, em 1727 a maior parte dos habitantes de Ferreiro já havia sido transferida para a nova morada (Brasil, 1980). A localização entre morros e próximos as nascentes do Rio Vermelho, doze anos depois tornou-se vila (Palacín, 1994).

A notícia do ouro se espalhou e atraiu pessoas de outras regiões do Brasil, com isso, os arraiais de Meia Ponte, Ouro Fino, Traíras e outros foram fundados (Alencastre, 1979). Bartolomeu foi nomeado capitão regente e superintendente das minas de Goiás, em seguida, com o estabelecimento de Vila Boa, foi designado capitão-mor, assumindo a administração de uma extensa porção da Capitania de São Vicente, que já estava sob a sua supervisão há algum tempo (Brasil, 1980).

Se Bartolomeu Bueno conquistou tantos títulos e reconhecimento como continuador do trabalho de seu pai, e se o seu nome é digno da estima, como capitão-regente ou administrador, ele deixou a desejar, pois o seu governo, em pouco tempo, desapontou seus governados, apesar de empreender grandes esforços, revelou-se inapto na arte de governar pessoas. Isso pode ter ocorrido devido à sua fragilidade decorrente da idade e dos esforços passados, ou pela falta de instrução (Alencastre, 1979).

Segundo Assis (2009) com a criação da capitania de Goiás, foi enviado como primeiro governador Dom Marcos de Noronha, o Conde dos Arcos, em 1749. O Arraial de Sant'Anna era caracterizado pela pouca ventilação e rigorosa exposição ao sol, diferente do Arraial Meia ponte, atual Pirenópolis, que tinha um clima melhor estava situado em um local mais centralizado, logo se tornou rival do Arraial de Sant'Anna (Palacín, 1994).

O governo português chegou a solicitar mais informações ao Dom Marcos de Noronha, se não era mais viável transferir a Casa de Fundação de Vila Boa para Meia Ponte por ser mais acessível e ele retorna informando que sugeria a transferência não só da Casa da Fundação, como também de todo o governo (Palacín, 1994). A escolha do Arraial que deveria ser transformada em sede administrativa desencadeou uma disputa entre o Arraial de Meia Ponte, e o Arraial de Sant' Anna, que saiu vitoriosa passando a ser chamada Vila Boa, sendo o centro do poder político da capital de Goiás até a década de 1930, quando ocorreu a transferência da capital para Goiânia (Assis, 2009).

Segundo Brasil (1980) os conflitos ocorridos em Meia Ponte resultaram na divisão de Goiás em dois distritos, Meia Ponte foi confiado a Antônio de Souza Bastos, e Vila Boa, atribuído a Bartolomeu Bueno. “Manoel Rodrigues Tomaz, que, tendo fundado o arraial de Meia Ponte, para ali fora residir, não querendo em nada obedecer às ordens que emanavam do capitão-regente” (Alencastre, 1979, p.46). Assim, as consideráveis responsabilidades concedidas a ele estavam sendo gradualmente limitadas, devido à sua falta de habilidade como administrador (Brasil, 1980).

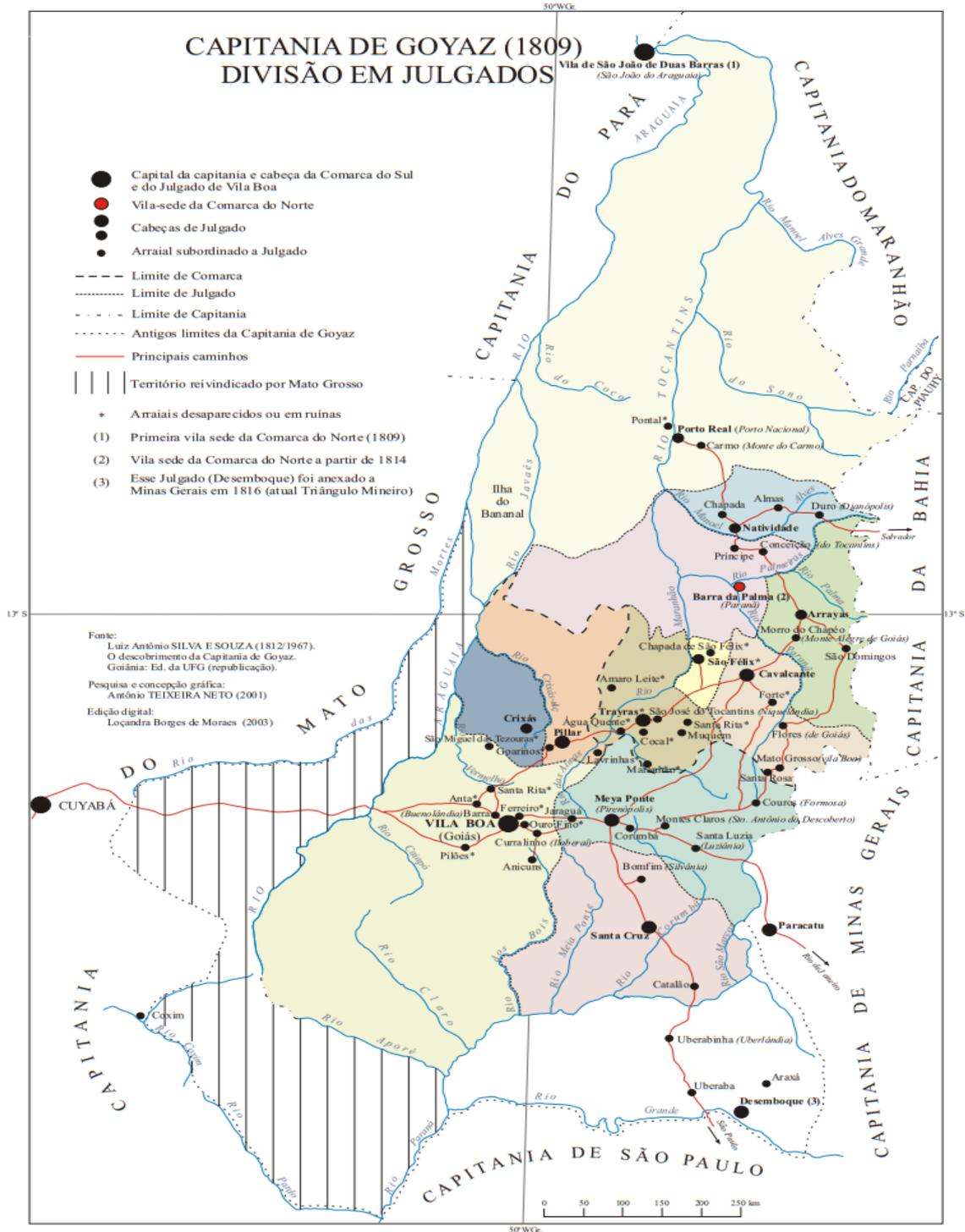
Por fim, o Conde Serzedas, ao tomar conhecimento, por meio das informações fornecidas pelo próprio Bueno, de que a situação do capitão-mor estava se complicando cada vez mais, enviou Gregório Dias de Souza a Goiás com a função de superintendente das minas (Brasil, 1980). Segundo Quadros (2007), a história de

Bartolomeu Bueno foi marcada pelo nascimento nobre, a aventura além do conforto do lar, a prova ou desafio na busca por ouro, a vitória momentânea e a administração que foi um desafio e que recebeu críticas e questionamentos

Goiás foi elevada a capitania independente em 1735, e Bartolomeu Bueno passou os últimos anos da sua vida em Barra, faleceu aos 70 anos, em 19 de setembro de 1740. Os sérios problemas durante sua gestão, a perda de uma reputação que parecia inabalável, trouxeram amargura nos seus últimos dias de vida. Somente no governo de D. Luiz de Mascarenhas em 1739 ocorreu a instalação da Vila Boa de Goiás. “Sua história é um apêndice em miniatura dos famosos relatos de conquista das terras interiores para onde a exuberância aurífera atraiu por dois ou três séculos a cupidez dos aventureiros do ouro e do sangue do escravo.” (Brasil, 1980, p.25).

Durante anos os bandeirantes abriram estradas a procura do ouro, desmataram, mataram índios, exploraram terras, escravos e se instalaram em mais da metade do estado de Goiás (fig. 4) e não é possível calcular quantos homens estiveram envolvidas no processo de extração nas minas (Palacín, 1994, p.29).

Figura 4 – Mapa da Capitania de Goiás em 1809



Fonte: IESA - Observatório Geográfico de Goiás³

³ Disponível em: <https://observatoriogeogoiias.iesa.ufg.br/p/2343-mapas>. Acesso em: 16 de novembro de 2024.

1.2 A transferência da capital

Em novembro de 1930 o médico Pedro Ludovico Teixeira foi nomeado por Getúlio Vargas como o Interventor Federal em Goiás, formado em medicina, conduziu uma estratégia política utilizada com o intuito de favorecer a sua permanência no poder. No entanto, devido a inviabilidade de aplicação do seu plano que até então favorecia as políticas de saúde pública, por falta de recursos, outra tática deveria ser implantada para manter a sua permanência como líder político de Goiás, considerando as disputas acirradas pelo poder no estado, provocado pela oposição (Campos, 2002).

Tal estratégia diz respeito a transferência da capital, a problemática voltada para a saúde pública é retomada somente anos mais tarde (Campos, 2002). Segundo Chaul (1988), esta não era uma ideia nova, sendo que tal hipótese já havia sido considerada nos séculos XVIII e XIX. A justificativa expressada pelo segundo governador de Goiás no império, Miguel Lino de Moraes, em 1830 para a mudança da capital foi pautada pelas condições de insalubridades e moléstias em que Goiás se encontrava na época, comprometendo a saúde das pessoas que ali habitavam.

Além disso, o cenário do comércio era desfavorável aos olhos dos políticos que criticavam também os meios de transportes e a localização da cidade que se encontra entre serras, dificultando o trânsito das estradas (Chaul, 1988). Campos (1994) aponta que a explicação que reprova a cidade de Goiás enquanto capital inicia com o discurso de que a localização é considerada imprópria. Outra problemática diz respeito ao abastecimento de água visto como inviável, a dificuldade em implementar a rede de esgoto devido o terreno da cidade ser rochoso e as condições de higiene básicas que não eram obedecidas.

O saber médico utilizado como estratégia pelo interventor, é claramente expressado em seus documentos que destaca complicações relacionadas as inconveniências sanitárias, mas não somente isso, com o intuito de concretizar a ideia da transferência da capital, chamou atenção para os aspectos econômicos. “Goiás é examinado como a um doente: trabalhador rural e suas condições miseráveis e suas verminoses; a economia, a fartura e a indolência; o saneamento urbano e rural a viação as atividades escolares o exercício das profissões [...]” (Campos, 2002, p.170).

Discurso semelhante aconteceu em Ouro Preto, quando em 1800, viajantes frequentemente descreviam a cidade como decadente, terra que se tornou estérea após a extração do ouro, a cidade ficou marcada pela referência voltada pela noção de atraso em um contexto de insalubridade, desprezo, com casas mal conservadas e ruas estreitas. A cidade recebeu muitas críticas de intelectuais da época e políticos, que resultou na transferência da capital para a região de Curral Del Rei, onde Belo Horizonte, a nova sede do estado de Minas Gerais foi construída e passou a ser o símbolo da modernização, com ruas largas e grandes planejamentos urbanos no fim do século XIX (Aguiar, 2013).

A mudança da capital da cidade de Goiás para Goiânia, foi anunciada em 1933 e concretizada no ano de 1937, sendo transferida para o município de Campinas, especificamente no dia 23 de março, onde o governador assinou o decreto nº 1.816 firmando a transferência, o que resultou em dificuldade econômicas para a Cidade de Goiás e déficit populacional. Pedro Ludovico, que depois se tornou governador, tinha como propósito administrar o estado de forma em que pudesse diminuir o atraso que ali predominava (Borba, 1998). O que resulta na cidade de Goiás perdendo a centralidade política regional.

A transição ocorreu em um intervalo de nove anos, Tamasso (2007) chama este intervalo de “período limiar”, onde decisões e decretos retiram gradativamente da Cidade de Goiás o seu título. O período limiar é definido pela fase em que a cidade não era mais a capital, mas também não deixava de ser completamente, pois por um momento abrigou repartições públicas, gerando sentimentos de incertezas e angústia nos vilaboenses.

Havia o discurso de que era inviável recuperar a capital, isso porque o preço para realizar este empreendimento seria muito alto e o estado não poderia beneficiar uma pequena minoria vilaboense (Campos, 2002). Segundo Borba (1998), Pedro Ludovico tinha como meta fundamental promover o progresso, orientado pela ideologia de Getúlio Vargas, presidente da época. Sendo assim, a principal medida para combater o regresso, foi efetivar o plano da mudança da capital do estado para uma nova localização, após 200 anos da sede na cidade de Goiás.

Aos progressistas, também chamados mudancistas, se refere a aqueles que via a mudança como uma forma de evolução, a capital passaria a ser um núcleo da

representação do avanço e crescimento. A transferência estava diretamente relacionada a disputa de poder político.

Dentro desta “nova” estratégia Pedro Ludovico resumia seus ataques às deficiências e marasmos à Cidade de Goiás. Assim os ataques contra Goiás não simbolizavam apenas à cidade decadente, mas sim ao centro de poder da oligarquia que se desejava apear, de uma vez por todas, da liderança política do Estado. Atacar Goiás era uma forma de atacar os Caiados; era uma maneira de atacar o núcleo de poder da Primeira República (Chaul, 1988, p.77).

Pedro Ludovico, apoiado pelo presidente Getúlio Vargas, direcionou seus esforços para conseguir autorização para realizar empréstimos que pudessem custear a construção da nova capital. Uma subcomissão foi organizada para definir o local onde seria construída Goiânia, embora tenha sido realizado protestos dos vilaboenses na tentativa de impedir a transferência da sede capital, e da campanha feita população de Bonfim para que a nova sede fosse em seu território, a subcomissão optou por eleger o município de Campinas (Borba, 1998).

A população vilaboense não apoiava de forma alguma a transferência, havia o temor pela desvalorização das propriedades, prejuízo econômico, havia preocupação por parte dos fazendeiros, pequenos comerciantes e funcionários públicos, “A cidade de Goiás perderia o seu maior valor simbólico que era o de ser a capital” (Tamaso, 2007, p.91). A preocupação era realmente válida, já que de acordo com o Dossiê – Proposição da Cidade de Goiás na Lista do Patrimônio da Humanidade - 1999, a cidade sofreu um período de estagnação econômica até 1960.

Foi um trauma, muitos ficaram inconformados com a mudança, foi uma perda do *status* de capital do estado, juntamente com a sede política, os órgãos públicos precisaram mudar para o novo centro administrativo. Parentes e amigos também se mudaram na busca por melhorias de vida, enfim, atendendo aos desejos dos progressistas, e para os que ficaram, restou o ressentimento. “Por culpa dos outros: “decadência”, “atraso”, mudancistas ou progressistas e transferência da capital” (Carneiro, 2023, p.37).

[...] a população que permaneceu na antiga capital se sentiu magoada. Muitas casas foram abandonadas, [...] já que muitas pessoas ocupavam cargos ligados ao governo do Estado de Goiás. Nos depoimentos obtidos há alguns anos atrás muitas pessoas falaram da sensação de morte e vazio, de mágoa e abandono (Gomide, 2005, p.95).

O progresso para Pedro Ludovico era sinônimo de desenvolvimento, enquanto a Cidade de Goiás era a expressão do atraso (Campos, 2002).

Após o fato consumado, a cidade de Goiás passa a ser chamada de “Goiás Velho”, no entanto, esta nomeação não é bem aceita pelos moradores da cidade, isso porque a expressão está associada a perda que tiveram e ao que é “velho” e “atrasado” (Carneiro, 2023). No primeiro momento, além do trauma, o que resultou da mudança da capital foi a crise financeira para aqueles que decidiram ficar na cidade (BORBA, 1998). Não tinha volta, Goiânia já era a capital, foi projetada por Attilio Correia Lima e Armando Augusto de Godoy para 50 mil pessoas (Silva, 2019).

Segundo Carneiro (2023), em se tratando da estrutura arquitetônica, Goiânia era realmente moderna para a época, no entanto, para a autora, a ideia da nova capital ser o inverso de Goiás foi um exagero, as diferenças não eram grandes como evidenciava o discurso político, que pregavam a ideia de que Goiânia seria o símbolo da modernidade. No entanto, não era essa a visão dos mudancistas.

Segundo Tamaso (2007), o veículo de comunicação utilizado pelos políticos e artistas locais para favorecer a reconstrução da cidade foi o jornal, onde era trabalhado a elevação da autoestima dos vilaboenses. “Octo Marques, Nice Monteiro Daher, Luiz do Couto, Goiás do Couto, João Perillo, José Saddi, Garibaldi Rizzo, dentre outros, se unem na luta por — reconstruir Goiás” (TAMASO, 2007, p.97). “Apesar de todas as dificuldades passadas ao longo de todo o processo de sua estruturação, a Cidade de Goiás representa muito para a história do Estado, tudo que se diz da história de Goiás passa, inevitavelmente, pela velha Vila Boa” (Borba, 1998, p.68).

1.3 Processo de patrimonialização do Centro Histórico da Cidade de Goiás

O histórico do atraso e do ócio que sustentou o discurso do movimento da transferência da capital da Cidade de Goiás para Goiânia, foi também o que deu sustentação para os primeiros tombamentos nos anos 1950, sendo que a arquitetura colonial contribuiu com de respaldo para a "sobrevivência" da cidade, demonstrando a sua importância regional e nacional (Gomide, 2005).

Processo semelhante aconteceu após a mudança da capital no estado de Minas Gerais, com a transferência da sede do poder político de Ouro Preto para Belo Horizonte, na segunda metade do século XX. Ouro Preto se tornou a primeira cidade brasileira a ser declarada Monumento Nacional e em 1938 a cidade foi inscrita no Livro de Tombos de Belas Artes do SPHAN. Assim, surgiram as primeiras discussões que

favoreceram a preservação dos monumentos históricos em outras regiões do país (Aguiar, 2013).

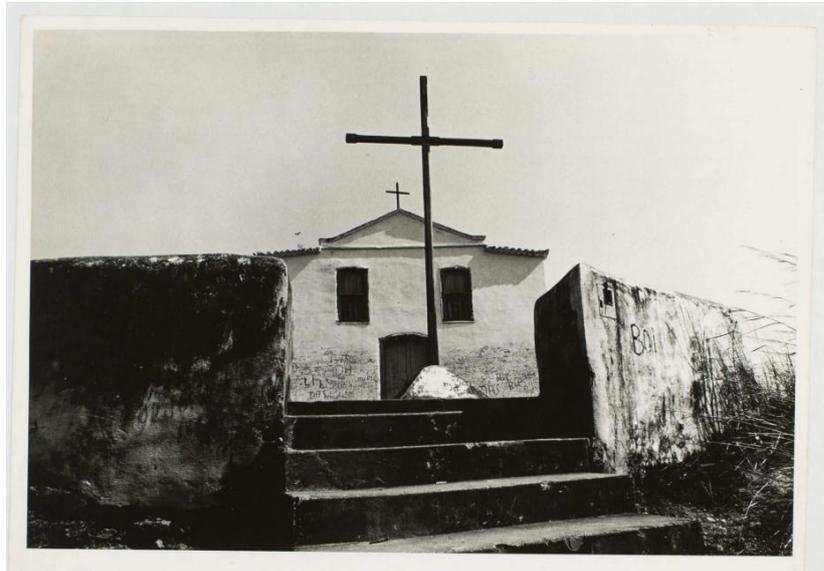
Segundo Carneiro (2023) a partir da transferência da sede política, Goiás deixou de ser a capital e passou a ser um repositório de tradições. Após a transferência, foi percebido que era muito presente a memória da época em que a cidade de Goiás era a sede administrativa do estado e isso era atribuído ao valor que o lugar usufruía por ser a capital. Foi observado que havia interesses de pessoas de outros locais em conhecer e estudar seu espaço urbano, chamavam a atenção os museus (fig.5), igrejas (fig.6) e outros pontos com potencial turístico que favoreciam tais visitas (Borba, 1998). “Ela se ressignificava como uma cidade turística visando a preservação de suas características arquitetônicas e aspectos culturais” (Santos e Silva, 2019, p.25).

Figura 5 - Foto do museu das bandeiras



Fonte: Arquivo do processo de tombamento – anexo IV.

Figura 6 – Foto da igreja Santa Bárbara



Fonte: Arquivo do processo de tombamento – anexo II.

Passou a ser compreendido que mesmo com a transferência da capital, a cidade poderia se destacar a partir de outras perspectivas, o que apontava para as discussões acerca da preservação do patrimônio histórico (Borba, 1998). Para os vilaboenses, Pedro Ludovico não agiu de forma em que a cidade fosse preservada, no entanto, ainda assim ela foi, “poque assim o quiseram os vilaboenses” (Tamaso, 2007, p.92). Diante disso, entende-se que Pedro Ludovico contribuiu, mesmo que de forma indireta com o processo de patrimonialização do centro histórico e em como as edificações se encontram atualmente (fig.7), (fig.8), (fig.9), (fig.10), (fig.11)⁴.

⁴ Fotos mostrando alguns bens patrimonializados no ano da pesquisa – 2024.

Figura 7 – Foto do Centro Histórico da Cidade de Goiás vista da torre da Igreja do Rosário



Fonte: Acervo da autora.

Figura 8 – Foto da estátua de Cora Coralina



Fonte: Acervo da autora.

Figura 9 – Foto da igreja Santa Bárbara



Fonte: Acervo da autora.

Figura 10 - Foto da igreja do Rosário



Fonte: Acervo da autora.

Figura 11 - Foto do prédio do ministério público do estado de Goiás localizado na rua Luís do Couto



Fonte: Acervo da autora.

Visando defender a cidade e suas tradições, um grupo manifestou a sua insatisfação com a transferência da capital fundando Comitê Pró-Goiás (Câmara apud Tamaso, 2007). O Comitê Pró-Goiás não alcança o seu propósito de recuperar a atenção desejada para a cidade naquele momento e o grupo se desfez, contudo, tal iniciativa não foi a única com a finalidade de recuperar a visibilidade para a cidade, lideranças políticas e a elite local se uniram com objetivo comum décadas depois e se mobilizaram para que fosse realizada a candidatura ao título de patrimônio da humanidade, determinados a reparar as perdas decorrentes da transferência da capital e outros movimentos foram se desenvolvendo ao longo do tempo (Tamaso, 2007).

Segundo Tamaso (2007) em 1942, o membro do Departamento Administrativo do Estado de Goyas, Moisés Costa Gomes, fez um parecer sugerindo ao Presidente da República elevar Goiás à Monumento Histórico. No entanto, a visita de um funcionário do SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional não ocorreu de imediato, levou alguns anos até que Edgar Jacintho da Silva se direcionou até Goiás para fazer um levantamento, registros fotográficos e o relatório que resultou no parecer que concluiu que havia elementos suficientes que justificavam a preservação dos monumentos.

A partir da visita de Edgard Jacintho em 1948, conforme processo de tombamento dos bens históricos da Cidade de Goiás (2016), nas avaliações coletadas

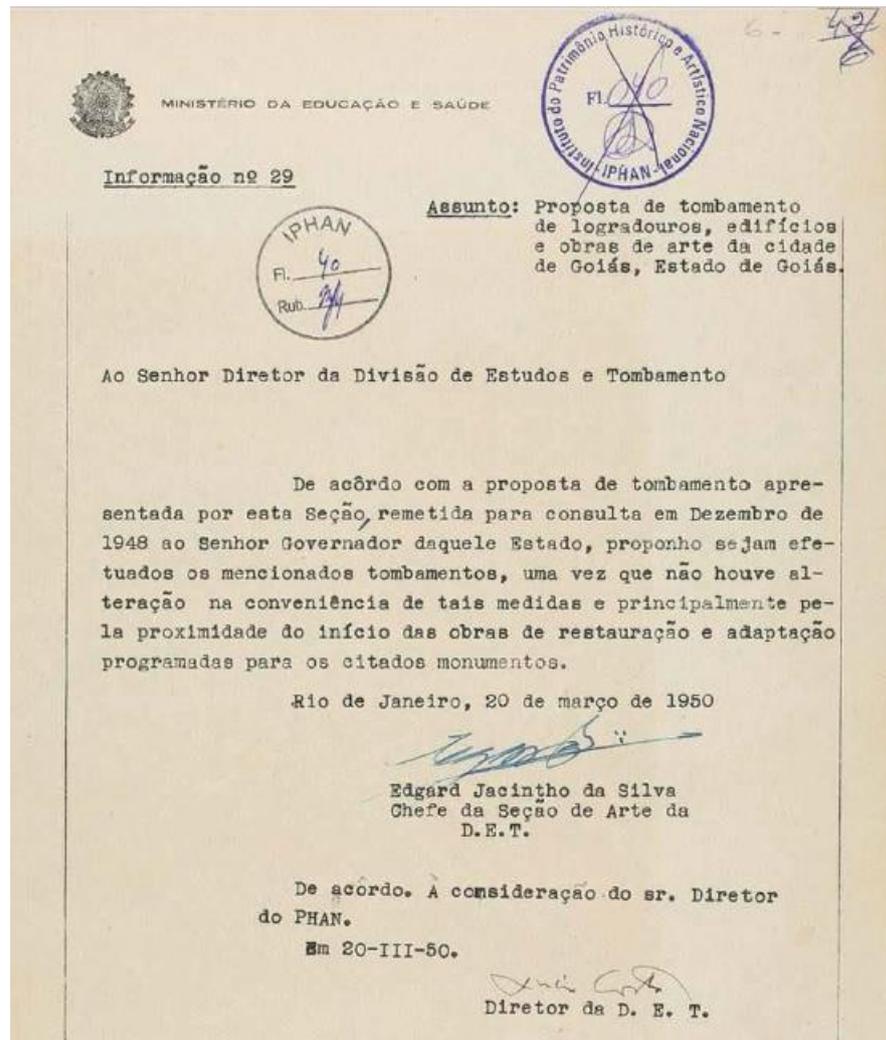
foi apontado que 65% das edificações não apresentavam alterações, enquanto 30% não eram originais e 5% eram construções totalmente novas e as casas tinham aspectos bastante rústicos. Além disso, havia edificações que foram demolidas ou estavam prestes a serem derrubadas. Neste momento, as edificações destacadas foram "Chafariz da Boa Morte, antiga Casa de Câmara e Cadeia, Igreja Nossa Senhora da Abadia, Igreja de Nossa Senhora da Boa Morte e o antigo Palácio dos Governadores" (Oliveira, 2016, p.78). Edgard Jacintho Silva, em seu parecer, sugere que estes bens sejam preservados. O arquiteto recomenda que o SPHAN fiscalize e acompanhe de perto e faça um trabalho de restauração (Oliveira, 2016).

À vista do exposto e baseado na documentação apresentada, além da já existentes no arquivo, julgamos ter proporcionado elementos suficientes para que esta Diretoria empreenda um estudo objetivo, tanto para a preservação desses valiosos monumentos como no aproveitamento do rico acervo existentes na região. Entretanto, permitimo-nos, com a antecipação, sugerir o estabelecimento de uma representação desta Diretoria naquela região (Goiás e Mato Grosso). Julgamos que tal medida não acarretaria maior onus que a soma de benefícios dela decorrentes, como seriam: fiscalização permanente aos monumentos já restaurados e por restaurar, melhor assistência e eficiência nas obras a realizar e ainda a possibilidade de uma coleta de material documentário que viria enriquecer nosso arquivo.⁵

Assim, a proposta de tombamento foi elaborada conforme o documento a seguir (fig.12):

⁵ Conclusão de Edgard Jacintho dos estudos preliminares do tombamento da Cidade de Goiás em 1948. Documento disponível Arquivo Central – Seção RJ, volume 1 do Processo nº 0345-T-42, folha 27, disponível no IPHAN - Goiânia.

Figura 12 - Proposta de tombamento

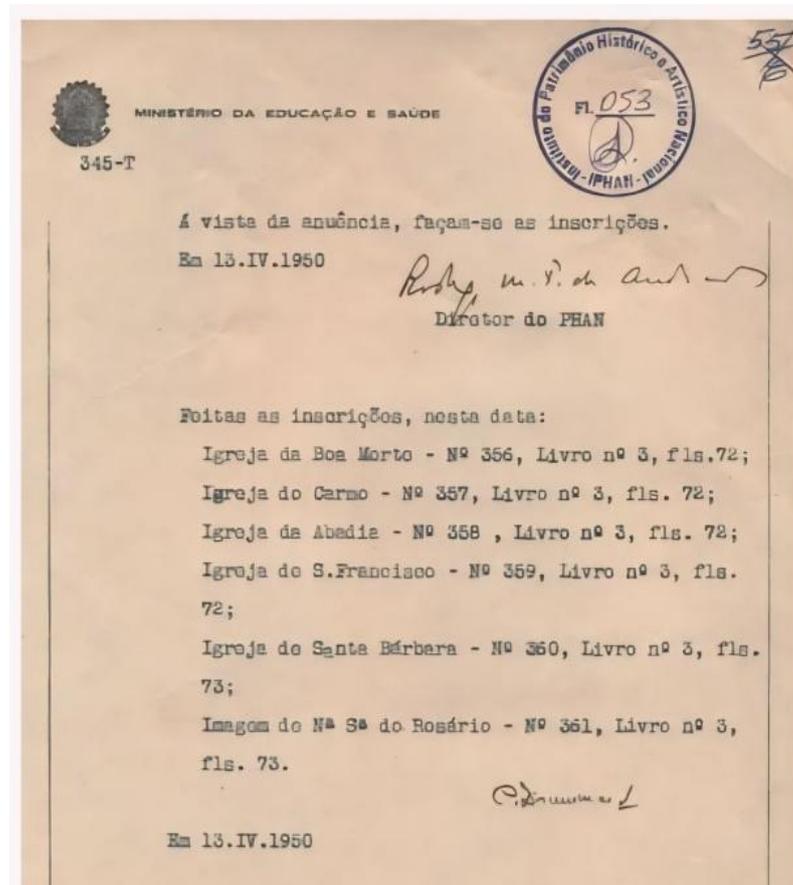


Fonte: Processo de Tombamento da Cidade de Goiás, volume I ⁶

A inscrição dos bens culturais no Livro do Tombo, assim como a publicação no diário oficial ocorreu em 1950 (Tamaso, 2007). Em 1950 e 1951 foi quando houve os primeiros tombamentos na cidade pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (fig.13) e (fig.14).

⁶ Parecer com sugestão de Edgard Jacintho que favoreceu o tombamento dos primeiros bens do Centro histórico da Cidade de Goiás. Arquivo Central – Seção RJ, volume 1, folha 40 do Processo nº 0345-T-42, disponível no IPHAN - Goiânia.

Figura 13 – Bens Tombados em 1950

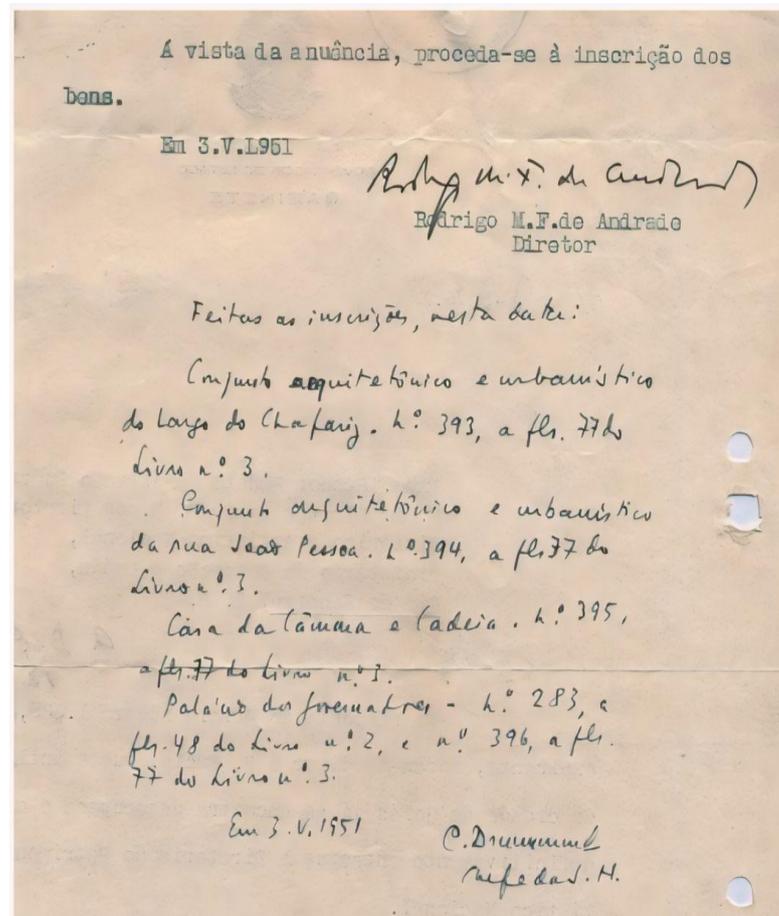


Fonte: Processo de Tombamento da Cidade de Goiás, volume I (2016)⁷

Em 1950, a então Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional tombou, por meio da inscrição no *Livro do Tombo das Belas-Artes*, a Igreja de Nossa Senhora da Boa Morte (construída em 1779), a Igreja de São Francisco de Paula (1761), a Igreja de Nossa Senhora do Carmo (1786), a Igreja de Nossa Senhora da Abadia (1790), a Igreja de Santa Bárbara (1780). No *Livro do Tombo Histórico*, foi registrado o Quartel do Vinte (1747). Em 1951, no *Livro do Tombo das Belas-Artes*, ocorreu a inscrição da Casa de Câmara e Cadeia (1761); do Chafariz de Cauda da Boa Morte (1778), da Casa de Fundação e do Palácio Conde dos Arcos (construções contíguas que resultam de adaptações realizadas em cinco edifícios residenciais, datadas do início do século XVIII) (Delgado, 2005, p. 118).

⁷ Bens tombados em 1950. Processo de tombamento da Cidade de Goiás digitalizado, volume 1, folha 53 do Processo nº 0345-T-42, disponível no IPHAN – Goiânia (2016).

Figura 14 - Bens Tombados em 1951



Processo de Tombamento da Cidade de Goiás, volume I (2016)⁸

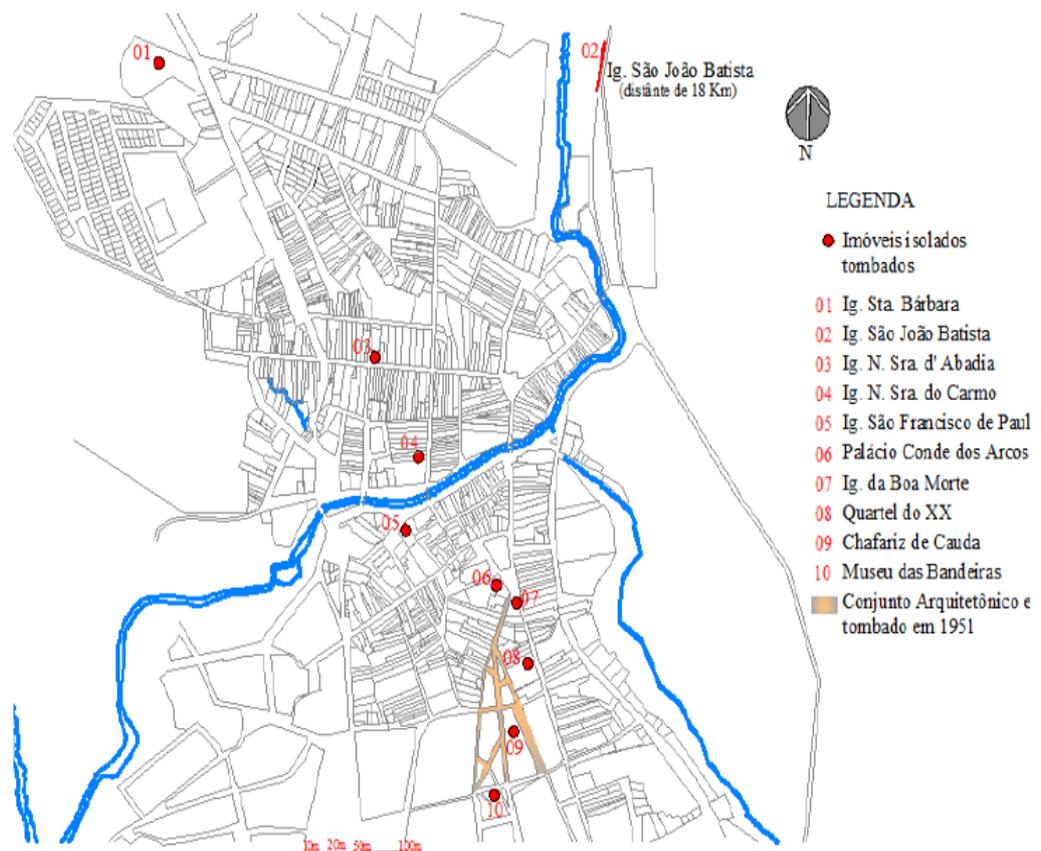
Quando a Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN), chegou à cidade, no início da década de 1950, para realizar o tombamento dos edifícios religiosos e principais prédios públicos, foram recebidos na cidade com desconfiança. Havia moradores que associavam a ideia de tombamento ao significado literal do termo “tombar”, relacionando ao ato de declínio e queda, interpretando como sinônimo de atraso e estagnação e constituindo a condenação da cidade a morte, levando a mesma à deterioração, lugar que hoje também é nomeado como berço da cultura goiana (Delgado, 2005).

Primeiro perdeu o título de capital para Goiânia, com o discurso de que seria a oportunidade de trazer o moderno para o estado, o que gerou muitos traumas para

⁸ Bens registrados em 1951 - Conjunto arquitetônico e urbanístico do Largo do Chafariz; Conjunto Arquitetônico e urbanístico da rua João Pessoa; Casa de Câmara e cadeia; Palácio dos governadores. Processo de tombamento da Cidade de Goiás digitalizado, volume 1 do Processo nº 0345-T-42, IPHAN – Goiânia (2016).

grande parte dos moradores da região, em seguida, o tombamento iria ressaltar o que há de antigo, além disso, acreditavam que tal prática tiraria a liberdade de modificarem as casas da região preservada sem autorização. “Tudo isso seria atraso para Goiás e não progresso” (Carneiro, 2023, p.41). No entanto, isso não impediu o reconhecimento do patrimônio a nível nacional pelo IPHAN. Pode ser observado a localização dos bens tombados na década de 1950, as igrejas, o conjunto arquitetônico e urbanístico e os prédios públicos (fig.15).

Figura 15 – Mapa da localização dos bens tombados na década de 1950 na Cidade de Goiás



Fonte: IPHAN (2004)

Inicialmente, de acordo com Oliveira (2016), os técnicos do SPHAN não consideraram que a Cidade de Goiás tinha valor tão excepcional para ser merecedora do título de patrimônio nacional. Até metade do século XX, a cidade era vista como inexpressiva, onde o legado colonial era pobre comparado a Ouro Preto ou Diamantina, em Minas Gerais, por exemplo.

A partir da década de 60, por intermédio do então Governador Mauro Borges, a movimentação pela preservação do patrimônio histórico da cidade tomou maior vulto. Inicialmente decidiu-se pelo tombamento do patrimônio histórico e da restauração dos prédios tombados (Borba, 1998, p.89).

No entanto, foi nos anos 1970, em um novo cenário político, que o IPHAN começou a ampliar o tombamento de vários centros urbanos, incluindo Goiás, que até então tinha apenas bens isolados reconhecidos nos anos 1950 e 1951. O centro histórico foi inserido na lista do patrimônio nacional em 1978 (Oliveira, 2016). O turismo passou a ser visto como forma de gerar riqueza para a cidade. A visão dos vilaboenses a respeito da patrimonialização começou a mudar na década de 1970 (Carneiro, 2023).

Alguns grupos, especialmente os elitizados, começaram a reconhecer o valor do tombamento e do patrimônio para a cidade. São os membros destes grupos que compõem a OVAT - Organização Vilaboense de Artes e Tradições e a FECIGO – Fundação Educacional da Cidade de Goiás (Carneiro, 2023). O IPHAN atuou na Cidade de Goiás desde os anos 1950, colaborando com as organizações locais para desenvolver e produzir uma política cultural (Delgado, 2005).

Após o reconhecimento nacional do patrimônio do centro histórico, começou a surgir os primeiros sinais de interesse em transformar a cidade em patrimônio mundial (Oliveira, 2016). Foi no final dos anos 1990 que a representante do ICOMOS – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios fez uma visita a Goiás e sugeriu a diretoria do IPHAN, que fizesse uma campanha que pudesse favorecer o reconhecimento da cidade como Patrimônio da Humanidade (Carneiro, 2023).

O Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da Cidade de Goiás foi tombado pelo IPHAN em 1978. Em 1983, a Câmara Municipal aprovou a legislação urbana, destacando a Zona de Preservação Histórica e Ambiental. Em 1996, foi elaborado o Plano Diretor. Em 1998, decreto estadual ampliou a Área de Proteção Ambiental da Serra Dourada, assegurando a preservação da paisagem desde o centro até o cume da serra. No mesmo ano, a candidatura da cidade ao título de Patrimônio Mundial promoveu o significativo crescimento dos investimentos privados direcionados à preservação.⁹

Em 1997, pela primeira vez o cargo da diretoria do IPHAN foi ocupado por uma vilaboense, Salma Saddi Wares de Paiva, uma historiadora ativa nos movimentos culturais da cidade que teve atuação na campanha para que a Goiás se tornasse patrimônio mundial (Delgado, 2005). Em 1998 que o governador da época, Marconi

⁹ Processo de tombamento da Cidade de Goiás digitalizado, volume 4, folha 419. Documento disponível no IPHAN – Goiânia. Processo nº 0345-T-42, 2016.

Ferreira Perillo Júnior fez a solicitação formal da candidatura ao ministro da cultura, para que Goiás se tornasse reconhecida pela UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Carneiro, 2023).

[...] em 1998, é formado o Movimento Pro-Cidade de Goiás, para escrever o Dossiê de propositura da cidade para o reconhecimento como Patrimônio Mundial, que nessa época teve o apoio de muitas instituições, dentre elas a Organização Vilaboense de Artes e Tradições – OVAT que teve papel fundamental na oferta de informações, documentos e pesquisas sobre seu passado e suas referências culturais que foram precisas na recomendação da cidade (Santos e Silva, 2019, p.25).

De acordo com Carneiro (2023), o movimento Pró-Cidade de Goiás foi composto por pessoas que tinham o interesse em transformar Goiás em patrimônio cultural, formado por cerca de 40 entidades. Segundo Delgado (2005) a elaboração do Dossiê de Goiás e do Plano Diretor da cidade, caracterizou-se pela aliança entre IPHAN, entidades culturais e prefeitura. “Os planos de intervenção no espaço urbano apresentados no Dossiê organizam-se tendo como referência os “Programas de preservação da zona tombada como monumento histórico”” (p.132). Tais lideranças se comprometeram e colaboram para obras de restauração e medidas que contribuem para adequar a cidade de Goiás às normas da Unesco. Mas somente após alguns anos, veio o reconhecimento da UNESCO como patrimônio cultural mundial em 2001 (Tamaso, 2007).

A estruturação da cidade histórica e turística da cidade de Goiás não foi um processo rápido e não pode deixar de ser analisada sem a observação das práticas e do discurso da OVAT, que propôs o resgate das tradições para favorecer o futuro da cidade. “Categorias como tradição, arte, cultura e história são arroladas para compor o passado que esse discurso propõe que seja “resgatado” para construir o futuro da cidade de Goiás” (Delgado, 2005, p. 121).

A fundação da OVAT como instituição mantenedora as artes, cultura e tradições, se deu em abril de 1965, nomes como Altair Camargo, Goiandira Ayres do Couto, as irmãs Amorim – Darcília, Dinah e Laila, foram algumas das responsáveis pela preservação das referências culturais da Semana Santa vilaboense. “Essas mulheres representam a força feminina na década de 1960 nos diversos bastidores e nos palcos da vida política, religiosa e social vilaboense ao atuarem como guardiãs de costumes, fazeres e saberes” (Santos e Silva, 2019, p.33).

Outros nomes como Elder Camargo de Passos, Joiza Pereira de Oliveira, Joice Pereira de Oliveira, Neuza Maria Velasco, jovens, intelectuais e artistas, também

participaram da organização do grupo fundador de iniciativas que impulsionaram as manifestações culturais (Santos e Silva, 2019).

Desde 1965, percebe-se a importância da OVAT como instituição de preservação e manutenção da cultura e das tradições que a consagra na difusão do turismo local. É através da OVAT quem inicia o processo de reconhecimento da cidade de Goiás e a impulsiona como estância histórica e turística local (Santos e Silva, 2019, p.38).

A OVAT - liderada por Elder Camargo de Passos, atuou como presidente - com o discurso de que "O futuro de Goiás é o passado", promoveu e incentivou diversas atividades culturais: o Gabinete Literário, que havia sido fundado em 1864, foi reinaugurado; os saraus foram revitalizados; as expressões folclóricas e musicais foram investigadas e documentadas; a coleção de arte sacra (fig.16) e (fig.17) foi reunida no Museu da Cúria e, mais tarde, transferida para o atual Museu de Arte Sacra da Boa Morte; foram feitas alterações na celebração da Semana Santa, que passou a incluir a Procissão do Fogaréu (Delgado, 2005).

Figura 16 – Foto da imagem de São Joaquim esculpido por Veiga Valle no século XIX



Fonte: Acervo da autora.

Figura 17– Foto da imagem de Nossa Senhora do Bom Parto esculpido por Veiga Valle no século XIX



Fonte: Acervo da autora.

O escritório da Diretoria Regional do IPHAN foi implantado na cidade de Goiás em 1983. A atuação do IPHAN na cidade logo foi associada ao grupo que dirigia a OVAT (Delgado, 2005). Percebe-se o quanto foi realizado esforços para que a cidade patrimônio pudesse ser vista e reconhecida [...] “para atenuar os ressentimentos e para vingar a humilhação experimentada, grupos elitizados da cidade partiram para a ação, buscaram valorizar o passado histórico e as tradições da antiga capital” (Carneiro, 2023, p.26).

Segundo Delgado (2005), o exemplo mais significativo da imposição dos signos estabelecidos para representar a memória coletiva na cidade de Goiás, é a Procissão do Fogaréu (fig.18). Trata-se do evento de grande repercussão e que leva o maior número de turistas para a cidade de Goiás e foi inserida pela OVAT nas celebrações da Semana Santa ainda na década de 1960.

Elder Camargo de Passos ao contar sobre a Procissão do Fogaréu, descreve: “[...] foi idealizada em 1745 pelo Padre Perestelo que veio da Espanha, contava com apenas um farricoco que entrava pela porta central das igrejas e saía pela porta lateral”. Desde 1965, a Procissão do Fogaréu é organizada e realizada pela OVAT” (Santos e Silva, 2019, p.84).

Figura 18 – Foto da Procissão do Fogaréu



Fonte: IPHAN (2016)¹⁰

É evidente que, com a introdução do novo estilo de procissão a partir da década de 1960, a Cidade de Goiás experimentou o surgimento de um novo fluxo de turistas, o que resultou em mudanças nas suas bases econômicas e culturais. Este desenvolvimento segue um ritmo próprio, impulsionado tanto pelos interesses turísticos e econômicos quanto pelo apoio da OVAT. Novos elementos foram adicionados ao ritual, onde diversos interesses, incluindo os da OVAT, estavam em jogo, e buscavam não apenas preservar as tradições, mas também gerar lucro e renda para a cidade (Carneiro, 2023).

Vale ressaltar que alguns membros da OVAT são proprietários de pousadas, restaurantes, entre outros estabelecimentos, sendo empresários locais (Carneiro, 2023). A narrativa relacionada a mágoa e o ressentimento na imprensa local acerca da transferência da capital perdurou até os anos 1990. “Em 1999, diante de um governo estadual que priorizou o Patrimônio Cultural de Goiás e o estabelecimento de

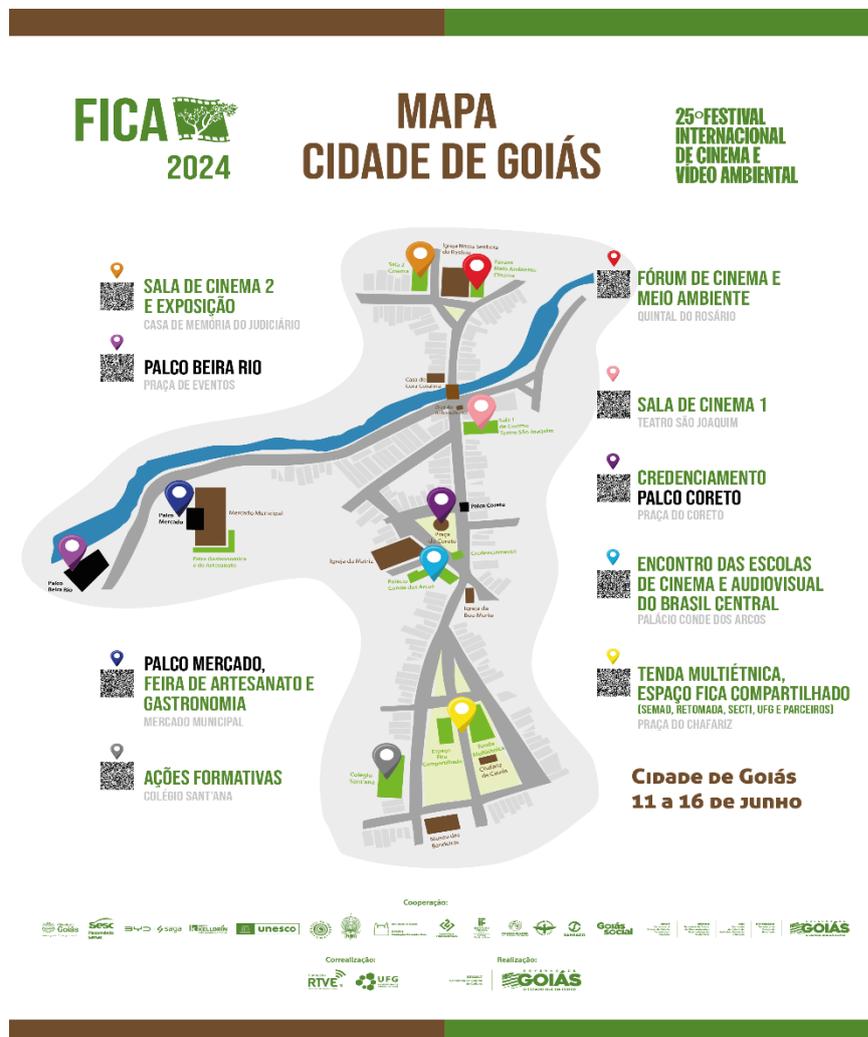
¹⁰ Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/3517/procissao-do-fogareu-em-goias-atrai-devotos>. Acesso em: 22 de julho de 2024.

uma política turística, a antiga Capital começou a sediar um festival: o Festival Internacional de Cinema Ambiental - O primeiro FICA” (Gomide, 2005, p. 96).

Segundo Carneiro (2023), para atender exigências determinadas pela UNESCO para que houvesse o reconhecimento do Centro Histórico a nível mundial, foi decido que o FICA aconteceria na cidade para atrair maior número de turistas, pois para obter o título, era necessário o Dossiê e outras condições, e entre elas estava uma quantidade de turistas considerável visitando a cidade.

O evento acontece na cidade todos os anos desde então há 25 anos e no ano de 2024 não foi diferente¹¹ (fig.19).

Figura 19 – Mapa da Cidade de Goiás e os locais do 25º Festival Internacional de cinema e vídeo ambiental - FICA



¹¹ Disponível em: <https://fica.go.gov.br/mapa-do-evento/>. Acesso em 04 de novembro de 2024.

Com o título, a mudança dos sentimentos com relação ao passado relacionado a transferência da capital não deixa de existir, no entanto, o processo de valorização da cidade aparentemente amenizou o mal-estar, passando a ser um lugar de história, patrimônio e referência cultural (Gomide, 2005).

Além do FICA, outra representação que faz parte da construção de Goiás enquanto cidade cultural e nacional é a poeta e doceira Cora Coralina (fig.20): "[...] ela torna-se artífice de significados para o passado e compõe um mapa da memória que é peça estratégica na consagração de Goiás enquanto cidade histórica e turística" (Delgado, 2005, p. 115). Segundo a autora, a invenção das tradições locais e a elevação de Cora Coralina como símbolo representativo faz parte da narrativa para destacar Goiás como um lugar de memória, contribuindo para a construção do patrimônio material e imaterial da região.

O atual Câmpus Cora Coralina que inicialmente foi chamado Faculdade de Filosofia da Cidade de Goiás, em 26 de junho de 1968 foi criado pela Lei Estadual nº 7.031. Dez anos depois foi transformado em Fundação Faculdade de Filosofia da Cidade de Goiás e, a partir do Decreto Estadual nº 2.559 de 7 fevereiro de 1986, a denominação foi alterada para Faculdade de Filosofia Cora Coralina, em homenagem a poetisa. Hoje o Câmpus é denominado Câmpus Cora Coralina - Universidade Estadual de Goiás - UEG¹². Compreende-se que esta foi mais uma forma de reforçar o esforço para favorecer o nome da poeta a favor do patrimônio histórico da cidade, que já havia recebido ampliação no reconhecimento pelo IPHAN na lista do patrimônio nacional em 1978.

Cora Coralina se torna um ícone da cidade [...] "o ofício da doceira que institui a comida-signo com o ofício da literata que inscreve determinado passado" (Delgado, 2005, p. 133). A autora se refere a expressão "invenção da cidade" para demonstrar o processo de produção e imposição de memórias que torna Goiás um símbolo do patrimônio nacional.

A doçaria, por sua vez, é divulgada em folhetos, guias, jornais, revistas e programas de televisão sobre a Cidade de Goiás. A transformação de Cora Coralina em um ícone monumental se revela como uma estratégia fundamental no processo de transformar a Cidade de Goiás em um local de destaque histórico e turístico

¹² UEG - Disponível em: https://www.ueg.br/campuscoracoralina/conteudo/4689_apresentacao. Acesso em: 20 de julho de 2024.

(Delgado, 2005). Foi a poeta que associou a atividade de doceira ao turismo da Cidade de Goiás, atribuindo grande valor simbólico aos doces de frutas da região. "Sacralizados pelo ambiente museológico, os doces tornam-se alimentos-signos da tradicional arte da doçaria, constituindo um apelo irresistível para o turista" (Delgado, 2002, p.72).

Figura 20 – Imagem de Cora Coralina



Fonte: Dossiê (1999)

A figura de Cora Coralina como doceira levou reconhecimento para a Cidade de Goiás "nos circuitos culturais em nível nacional, popularizando a literatura e a culinária regional" (Neto, Barbosa e Collaço, 2021, p.128). De acordo com os autores, o reconhecimento do patrimônio mundial da Cidade de Goiás se deu pela arquitetura colonial que ocupa uma posição de destaque, mas o processo considerou também outros aspectos e uma delas foi a gastronomia. Foi retomado e reforçado movimentos que favoreceram a ideia da tradição doceira da região, associada a um saber-fazer feminino, incorporada ao mercado turístico que ocupa um lugar no discurso do patrimônio do Centro Histórico.

E isso foi bem percebido pelas doceiras, cuja produção vai cada vez mais para as mãos dos turistas, que, ao voltarem para casa, acreditam estar levando tradição e autenticidade, reforçando esse imaginário, na maioria das vezes, urbano – já que muitos dos visitantes são oriundos de cidades maiores e de capitais. Entre as interlocutoras, o que ficou evidente é o uso da ideia de tradição como um patrimônio, aproveitando os novos significados sociais produzidos em torno do conceito, desde que a cidade obteve o reconhecimento pela UNESCO em 2001 (Neto, Barbosa e Collaço, 2021, p. 133).

O reconhecimento do patrimônio cultural pode promover união entre patrimônio e mercado, atraindo visitantes através do turismo cultural. Isso também realça as ideias da diversidade e tradição, permitindo que a alimentação, em suas diversas formas, seja considerada patrimônio. O registro do patrimônio não depende apenas a trajetória histórica e sim de interesses políticos e econômicos que se relacionam e está associado a cultura (Neto, Barbosa e Collaço, 2021).

No caso do ofício das doceiras da Cidade de Goiás, não foi registrado pelo IPHAN e não está em processo. "Subentende-se uma referência ao "tradicional" no sentido de um patrimônio não oficial ou patrimônio latente" (Neto, Barbosa e Collaço, 2021, p. 133), pois, de acordo com os autores, os motivos reais que levaram essas mulheres a assumirem o ofício está relacionado a sobrevivência e luta pela independência financeira.

De acordo com Rodrigues (1982), após a abolição do regime escravocrata, as famílias de elite goianas começaram a buscar novas maneiras de aumentar sua renda, temendo o empobrecimento. Nesse contexto, as mulheres passaram a utilizar suas habilidades como um recurso para alcançar emancipação e independência financeira, mesmo em uma época de grande discriminação. Dentre essas habilidades encontra-se a indústria caseira. Nota-se que essa busca continua ativa até hoje refletida na atuação das mulheres na gastronomia da cidade. Os pratos típicos não se resumem aos doces, o pastelinho, empadão goiano, guariroba, pequi, gueroba e bolo de arroz, são receitas e ingredientes regionais (Neto, Barbosa e Collaço, 2021), que servem como uma importante fonte de renda a partir do patrimônio não oficial apreciado pelos turistas.

Segundo Oliveira (2016), para que um bem cultural seja incluído na lista do patrimônio mundial, é necessário que seja feita uma Lista Indicativa, além da elaboração de um Dossiê de apresentação, assim é proposto a candidatura de um bem cultural ao título de patrimônio da humanidade. No Brasil, os Dossiês são elaborados por especialistas e funcionários do IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, juntamente com grupos de profissionais que trabalham ou convivem com o bem que está sendo proposto a candidatura. O Dossiê de Proposição, geralmente é avaliado pelo Conselho do Patrimônio Mundial e em seguida, é encaminhado ao Comitê do Patrimônio Mundial, onde a solicitação poderá ser deferida.

Segundo Borba (1998) em geral, a solicitação do tombamento nas cidades históricas tem o objetivo de movimentar o turismo local com o intuito de fortalecer as atividades econômicas. Segundo a autora: “As categorias história e turismo, entremeadas pela categoria patrimônio, que lhes faz a necessária ligação, começam a surgir como nova ideologia, ao menos na elite cultural formada por vilaboenses ou filhos de Goiás” (Tamasso, 2007, p.127).

Os pontos turísticos que chamam a atenção dos visitantes para o chamado “berço da cultura goiana” são as várias igrejas, o mercado municipal, o chafariz da carioca, casa da fundição, teatro São Joaquim, casa de Goiandira do Couto e Cora Coralina, além da praça do Coreto. Juntamente com a paisagem urbana, alguns conhecem a cidade como “museu aberto” (Borba, 1998). “Esta honraria a nível internacional resultou em transformações, por vezes sutis e por vezes gritantes, tanto de dimensão física e espacial, quanto de dimensões subjetivas e simbólicas nas práticas cotidianas do povo vilaboense” (Silva, 2021, p.35).

No dossiê de Goiás, é usado a justificativa que os monumentos mantiveram a estrutura original das construções do século XVIII até final do século XX. Nos anos 1970, 1980 e 1990, foram realizadas diversas restaurações executadas pelo IPHAN, na Casa da Fundição, Quartel do Vinte e as igrejas Santa Bárbara, São Francisco e Boa Morte (Delgado, 2005). Além destes bens isolados e em conjuntos, outros prédios passaram por processos de restauração e reparos, conforme descrito nos exemplos da tabela 1:

Tabela 1 - Construção e Restauração dos Bens Culturais da Cidade de Goiás

Bem cultural	Data da construção	Data da restauração
Igreja Nossa Senhora do Carmo	1786	1995
Igreja Santa Bárbara	Entre 1775 e 1780	1999
Igreja Nossa Senhora de Abadia	Por volta de 1790	1995
Museu das Bandeiras	1761	2005
Igreja de Nossa Senhora da Boa Morte	1779	1999
Palácio Conde dos Arcos	1755 e 1759	2005
Largo do Chafariz	1778	2005
Igreja São Francisco de Paula	1761	—
Igreja Matriz de Sant’Anna	Iniciada em 1729 e recuperada em 1759	1929 a 1967

Igreja do Rosário	1734	Reconstruída em 1942
Mercado Municipal	1857	2016
Praça do Coreto	1930	—
Quartel do XXº batalhão de infantaria	Entre 1747 e 1756	1983
Casa de Cora Coralina	Período anterior a 1782	1989

Tabela realizada pela autora com base nas informações disponíveis na Secretaria do Estado de Goiás (2012)¹³ e Oliveira (2016)

Com relação a autenticidade no contexto da preservação, segundo Oliveira (2016) há diferentes vertentes na reflexão acerca do patrimônio. Uma delas aponta que um objeto para ser ou não autêntico, não precisa necessariamente manter-se original, visto que as transformações ao longo do tempo tornam o objeto como documento da história. “Recuperar” o modelo original não agrega mais autenticidade do que o próprio objeto em transformação ao longo dos anos. “Na maioria dos casos, o objeto modificado no devir do tempo, pode-se dizer, é mais "honesto" do que o retorno a um estado anterior, que já não existe mais" (Oliveira, 2016, p.88-89).

As imagens a seguir apresentam alguns exemplos dos bens patrimonializados do centro histórico da Cidade de Goiás que passaram por mudanças no processo de restauração e reformas (fig.21) a (fig.32). À esquerda, são exibidos os bens antes das reformas, e à direita, os mesmos bens após as intervenções:

Figura 21 - Mercado Municipal



Fonte: Dossiê (1999)

Figura 22- Mercado Municipal atualmente



Fonte: IPHAN (2016)

¹³ Secretaria do Estado de Goiás disponíveis em: <https://goias.gov.br/cultura/monumentos/>. Acesso em: 20 de junho de 2024.

Figura 25 – Igreja N. Sra do Carmo



Fonte: Dossiê (1999)

Figura 24 – Igreja N. Sra do Carmo atualmente



Fonte: Google Street View (2024)

Figura 23 – Igreja N. Sra. da Abadia



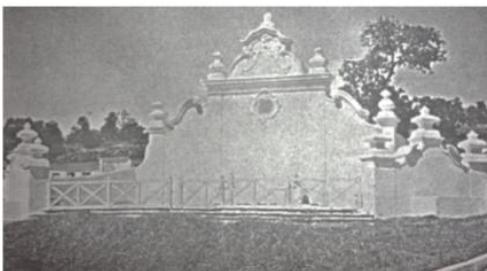
Fonte: Dossiê (1999)

Figura 26 - Igreja N. Sra. da Abadia atualmente



Fonte: Google Street View (2024)

Figura 27– Chafariz de Cauda

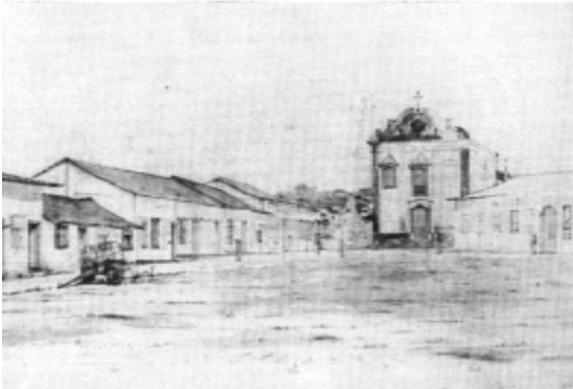


Fonte: Dossiê (1999)

Figura 28 - Chafariz de Cauda atualmente



Fonte: Acervo da autora

Figura 30- Igreja da Boa Morte

Fonte: Burchell, (1828) apud Bertran (2000).

Figura 29 - Igreja da Boa Morte atualmente

Fonte: Acervo da autora

Figura 32 - Casa de Cora Coralina

Fonte: Processo de tombamento – anexo I.

Figura 31 - Casa de Cora Coralina atualmente

Fonte: Acervo da autora.

O chafariz de cauda passou por mudança na cor, pois na década de 1980 era inteiramente branco (Oliveira, 2016). A alteração da cor pode ser observada também na igreja da Abadia e Nossa Senhora do Carmo.

O motivo pelo qual o SPHAN não reconheceu inicialmente os bens culturais da cidade como patrimônio no pedido enviado na década de 1940, tratava justamente desta problemática, pois havia elementos considerados “desfigurados das características estéticas coloniais” (Oliveira, 2016, p.100). Essa percepção evidencia uma clara preferência pelo que era considerado originalmente colonial, visto como o autêntico naquele período.

A recuperação e a restauração de partes das edificações tombadas já causaram muitas discussões, dúvidas e reflexões. Na década de 1970, a autenticidade foi adotada como critério para a seleção dos bens a serem patrimonializados “[...] o principal objetivo da UNESCO era garantir a autenticidade dos bens culturais em termos históricos e materiais, evitando que reconstruções ou cópias fossem incluídas à Lista do Patrimônio Mundial [...]” (Oliveira, 2016, p.113).

Há um consenso acerca da complexidade desta visão, tanto no campo teórico quanto operacional. Não existe uma definição única e exata para autenticidade. No entanto, é possível fazer uma avaliação levando em consideração o contexto espacial e temporal no qual a autenticidade está sendo avaliada. Cidades no mundo inteiro investem na recuperação de áreas de valor histórico que está em processo de degradação (Oliveira, 2016).

Nos diferentes pontos de vista acerca desta temática, há aqueles que argumentam que a restauração prejudica a autenticidade do objeto, visto que apaga as marcas deixadas pelo tempo. Segundo a autora, essa é uma visão romântica da restauração, pois tem uma abordagem mais afetiva do objeto. Este pensamento surge para criticar o modelo intervencionista do século XIX, que valoriza o "melhoramento" do objeto original e não a preservação já existente em sua composição. Outra perspectiva mais moderna, chama a atenção para que as restaurações sempre levem em consideração o tempo presente, visto que o tempo não é reversível. "Todavia, é muito comum ainda nos dias de hoje o entendimento de que é necessário garantir as feições primitivas de um bem para que a identidade e a autenticidade estejam garantidas" (Oliveira, 2016, p.208).

De um lado, na França, sobressaia Viollet-le-Duc, que atuava a partir de "complementos", procurando, inclusive, melhorar a arquitetura das obras que restaurava, refazendo partes inteiras dos edifícios com base num suposto estado original. De outro lado, na Inglaterra, John Ruskin seguido de William Morris, por exemplo, condenava qualquer tipo de refazimento, pois considerava isso um atentado à autenticidade histórica e material do monumento. Ruskin admitia que a restauração poderia ser necessária, mas chegava a implorar que a mesma seja feita honradamente e minimamente, sem que o edifício restaurado desse lugar se torne uma "mentira" (Oliveira, 2016, p.210).

Além dos prédios, algumas ruas e becos da Cidade de Goiás também se tornaram patrimônio. A preocupação com a preservação do patrimônio histórico, teve a finalidade de utilizar a herança como atrativo turístico. Após a transferência da

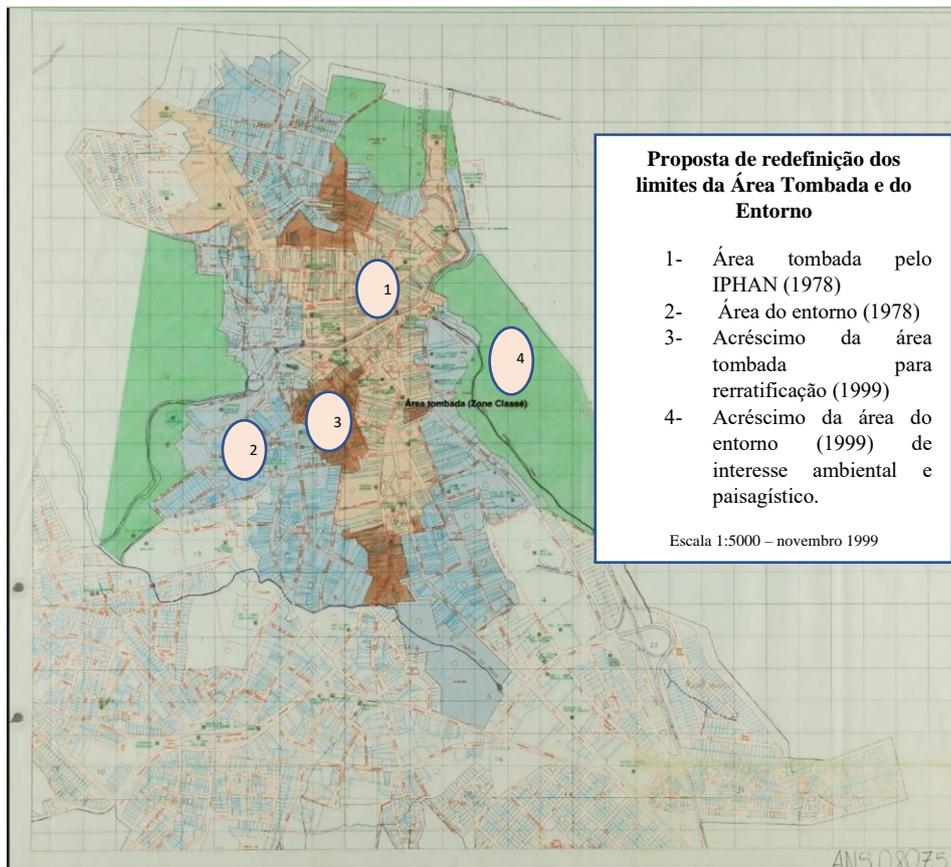
capital, os prédios públicos passaram e ter novas funções que favoreciam o patrimônio histórico (Borba, 1998).

As casas da Cidade de Goiás representam a arquitetura e o modo de vida do passado; são casas de formas simples com grandes janelas de madeira que se abrem para fora, encaixadas em pares de larga espessura. Essas casas ainda persistem na paisagem urbana da cidade e são hoje fundamentais no complexo arquitetônico que forma o patrimônio urbanístico do Estado de Goiás (Borba, 1998, p.60).

Nota-se que o centro histórico da Cidade de Goiás passou a ser mais cobiçado, com o intuito de patrimonializar, após a transferência da capital. Surgiu o desejo de recuperar a visibilidade perdida e, com a consciência de que a perda do título de capital do estado era irreversível, foi adotada uma nova estratégia: a elevação de um centro cultural onde reformas e restaurações foram realizadas. As ações de valorização e restauração do patrimônio buscam incluir esses espaços no circuito mundial para favorecer a economia e o turismo, “[...] destacando-os como produtos culturais, a serem consumidos dentro de uma lógica de espetacularização das cidades” (Oliveira, 2016, p.118).

O reconhecimento nacional deste patrimônio é o ponto de partida para visibilidade mundial dada em 2001, todos os esforços são finalmente recompensados, justificando-se pela conservação da estrutura urbana e arquitetônica que remontam ao século XVIII. O Dossiê de Goiás (1999) descreve que o patrimônio da cidade é a última testemunha do momento histórico do Brasil, em que os bandeirantes paulistas adentraram o país em busca do ouro, ocupando as regiões do centro oeste. O documento propõe para inscrição na lista do patrimônio mundial essencialmente a mesma área que já havia sido tombada em 1978 pelo IPHAN, acrescentando algumas ruas características do século XIX, pois indicavam ser muito importante para compreensão da evolução da cidade. Pode ser visto a área tombada em 1978 e a ampliação solicitada que resultou no reconhecimento mundial pela UNESCO, conforme descrito Processo de Tombamento da Cidade de Goiás (fig.33).

Figura 33 - Mapa urbano da Cidade De Goiás

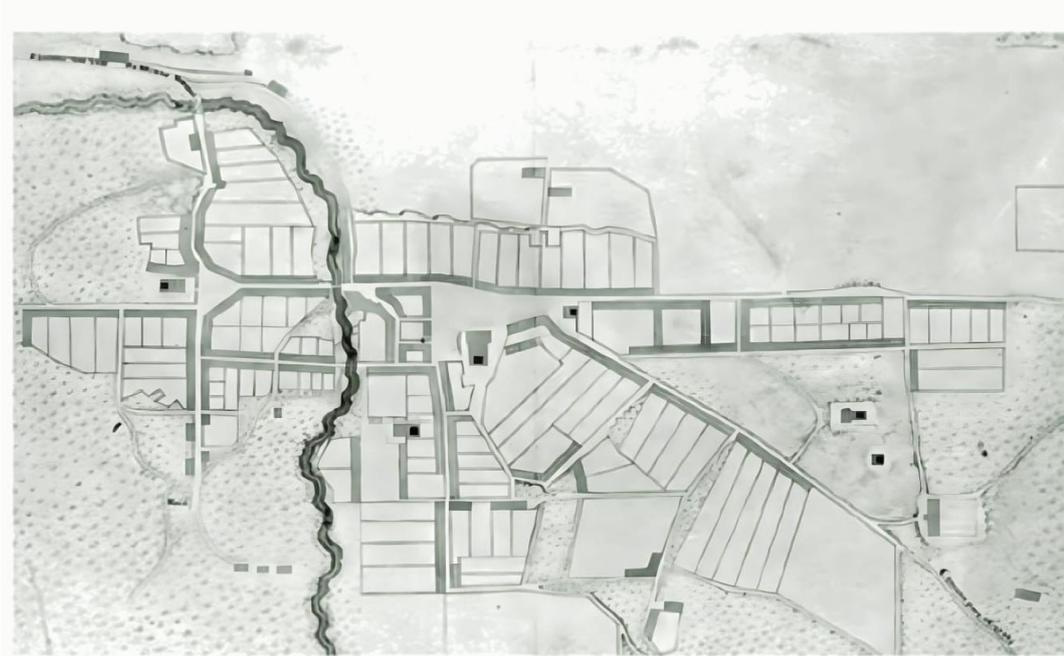


Processo de Tombamento da Cidade de Goiás, volume I (2016)¹⁴

O Dossiê de proposição utilizado para realização da candidatura da cidade de Goiás para o reconhecimento do Centro Histórico como patrimônio mundial da humanidade contém fotos que torna possível acompanhar o percurso histórico através de imagens, que demonstram as mudanças que aconteceram no plano urbanístico de Villa Boa. Pôde ser observado que por volta dos anos 1770 a Cidade de Goiás já ganhava características que se assemelham com as que podem ser vistas atualmente (fig.34).

¹⁴ Processo de tombamento da Cidade de Goiás digitalizado, volume 4 do Processo n° 0345-T-42, IPHAN – Goiânia (2016).

Figura 34 – Plano urbanístico de Villa Boa em meados dos anos 1770



Fonte: Dossiê 1999

Em 1803, Villa Boa apresentava a seguinte perspectiva, que por sua vez, o dossiê de proposição aponta para a predominância das características coloniais herdadas e mantida em sua arquitetura (fig.35).

Figura 35 – Villa Boa no início dos anos 1800



Fonte: Dossiê 1999

Figura 36 – Estrutura urbana da cidade no período da inscrição do Centro Histórico como patrimônio da humanidade



Fonte: Dossiê 1999

Por fim, uma visão mais atual e utilizada no processo de solicitação do reconhecimento do centro histórico como patrimônio mundial, confere detalhes de como a cidade se encontra nos últimos anos pela perspectiva da organização urbana, podendo ser observado que o núcleo habitado embora tenha se expandido, mantém a caracterização da paisagem natural (fig.36).

2. PATRIMÔNIO, PRESERVAÇÃO E CONSUMO: AS REPRESENTAÇÕES DO CENTRO HISTÓRICO DA CIDADE DE GOIÁS

Nesta seção são discutidas as problemáticas envolvendo as cidades enquanto patrimônio cultural, os lugares de consumo e a relação centro e região periférica diante do cenário espetacularizado no palco das representações patrimoniais do Centro Histórico da Cidade de Goiás. Além disso, foi feita análise das entrevistas realizadas com os moradores da cidade que mostram as suas percepções acerca do patrimônio e as suas representações, que mostraram as diferentes opiniões acerca do Centro Histórico e os conflitos enraizados no discurso dos moradores da cidade patrimônio.

2.1 Cidade patrimônio, Centro Histórico e a região periférica da Cidade de Goiás

Segundo Sant'Anna (2017) a concepção de cidade patrimônio no Brasil surgiu com o propósito educativo e de representação, pois havia uma demanda política nos anos 1930 com o objetivo de afirmar uma identidade nacional e construir uma ideia de arte e arquitetura brasileira. "As cidades tombadas assinalavam o momento de construção da brasilidade como forma de ser, viver e construir, e funcionavam, ainda, como testemunhos vivos desse momento [...]" (Sant'Anna, 2017, p.140). De acordo com a autora, o objetivo foi proporcionar aos cidadãos brasileiros a compreensão da formação da sua identidade, sua história e arte.

Segundo Gonçalves (1996) as práticas de preservação nacional foram associadas ao risco do desaparecimento dos valores culturais brasileiros e a preocupação dos intelectuais foram baseadas na proteção da herança europeia que diante da percepção deles, o que representava a identidade nacional e autêntica estava ameaçada, e foi o que buscaram defender por meio da política de Estado. Gonçalves (1996) ressalta que a perda é parte dos processos de apropriação de uma cultura e que a patrimonialização ou a objetificação do patrimônio ao existir, faz surgir o medo da perda e do desaparecimento daquilo que foi patrimonializado. "Nesse contexto, a identidade nacional existe enquanto uma resposta positiva à possibilidade de sua irreparável perda" (Gonçalves, 1996, p.90).

A maioria das iniciativas para preservação do patrimônio e da cultura brasileira se deu pelos membros da elite intelectual e as justificativas estavam associadas ao medo do desaparecimento das referências coloniais. Um dos nomes que marcaram esse movimento foi Rodrigo Melo de Franco, que argumentava sobre o comércio clandestino das relíquias e obras de arte que em decorrência da "ignorância" da população, tais objetos estavam se perdendo e por isso havia a necessidade de preservar. Havia ainda no seu discurso o medo da perda devido a destruição de monumentos devido ao crescimento urbano e a industrialização brasileira que causava a destruição de monumentos históricos e arquitetônico nos anos 1950, e assim, o processo civilizatório no contexto brasileiro na percepção dele encontrava-se em situação de perigo e a ideia da continuidade poderia ser perdida.

Diante da atuação do IPHAN a partir de 1930, o tombamento urbano foi voltado para a valorização da arquitetura colonial, assim surge uma reflexão acerca da cidade-

monumento, noção marcada pela visão da cidade como o monumento, berço da cultura brasileira, que era visto como uma obra de arte que deveria ser conservada em sua integridade. “Embora o seu uso corrente tenha sido abandonado nos documentos do Iphan já nos anos 1950, a noção de cidade-monumento permaneceu vigente, ainda que de modo não exclusivo, na prática de preservação até hoje em dia”. (Sant’Anna, 2017, p.141).

Sendo assim, as primeiras iniciativas de preservação do patrimônio tombado nas cidades-monumento não tinham valores que levavam em consideração a sua função documental, pois a história e os diversos componentes da expressão cultural socialmente construído eram menosprezados. “Essa perspectiva levou a uma prática de conservação focada na manutenção de conjuntos tombados como objetos idealizados, afastando-se das realidades práticas necessárias para a preservação desse tipo de bem” (Motta, 1987, p.108).

A partir dos anos 1950, com o avanço da industrialização novas dinâmicas foram se estabelecendo. Após a Segunda Guerra mundial, a gestão do patrimônio nos países europeus passou a ser vinculadas ao turismo e ao planejamento urbano e isso é refletido no Brasil no final da década de 1960, quando o IPHAN implanta mudanças significativas na forma de gerir o patrimônio. Novas funções foram atribuídas as cidades-patrimônio, passaram a atuar como impulsionadoras do desenvolvimento e da economia urbana através do turismo cultural, além de gerar recursos próprios para sua conservação (Sant’Anna, 2017).

Com isso, era considerado o potencial turístico e econômico na seleção das cidades para o tombamento e unidas a localidades que contavam com a beleza natural eram reconhecidas como patrimônio ambiental “[...] a conservação dessa paisagem urbana adquiriu objetivos cada vez mais pictóricos e menos vinculados a momentos históricos” (Sant’Anna, 2017, p. 144).

Uma nova concepção de patrimônio foi estabelecida na Constituição de 1988 e mudanças foram feitas com relação ao que foi praticado desde os anos 1930, com relação a visão do patrimônio focado no monumento. Foi neste momento que houve a redefinição do patrimônio nas dimensões material e imaterial. No campo conceitual, houve avanço na concepção de cidade-documento, contrapondo a perspectiva unificada da cidade-monumento (Sant’Anna, 2017).

Entre as principais mudanças correspondente ao conceito de cidade-documento, está o fato de que a seleção das cidades tombadas passaria a ter como base os elementos que faziam parte dos processos históricos das cidades, em vez serem atribuídos apenas aos valores estéticos, estilísticos e paisagísticos. Conceitualmente este foi um momento muito rico, pois a noção de patrimônio passaria ter maior participação social (Sant'Anna, 2017). A mudança se direcionou principalmente aos critérios de seleção que estavam mais fundamentados pelos valores históricos do bem, e o fator estético já não tinha o mesmo protagonismo, influenciando a decisão de parte dos tombamentos das cidades-patrimônio entre 1981 e 2000 (Pereira, 2016).

“Essa concepção, entretanto, logo perdeu espaço para outra que se instalou no começo dos anos 1990, quando novos agentes públicos e privados ganharam espaço na produção do patrimônio urbano no Brasil” (Sant'Anna, 2017, p.147). Ou seja, nos anos 1990, o Iphan demonstrou uma incapacidade de manter os progressos alcançados na década anterior, recaindo na seleção de bens culturais conforme as preferências dos arquitetos (Pereira, 2016). Foi um período marcado pela perspectiva da preservação voltada para o mercado, e com a participação do setor privado nas políticas de patrimônio isso envolveu uma alteração da ideia de "bem simbólico" para "mercado cultural" (Leite, 2005).

Essas práticas de seleção se intensificaram com o fortalecimento dos valores neoliberais, focados no capital e no lucro, levando não apenas as cidades-patrimônio, mas a maioria das cidades brasileiras, a entrarem em disputas no mercado global. Assim, consolidou-se a apropriação do patrimônio como mercadoria, aplicando critérios para sua transformação em produto, visando o consumo visual, orientados pelos padrões de beleza ditados pelo mercado (Pereira, 2016).

Este momento foi caracterizado pela expressão “cidade atração”, que foi uma fase implantação de políticas de apropriação onde o patrimônio foi gerido de forma em que pudesse favorecer sua disponibilidade do mercado de consumo nos anos 1990 nas áreas centrais das grandes metrópoles. Foi realizado divulgações das áreas patrimonializadas para atrair turistas através do laser urbano e este modelo seguiu ativo nas primeiras décadas do século XXI (Sant'Anna, 2017).

De acordo com Borba (1998) a entrada da cidade de Goiás não demonstra necessariamente uma cidade histórica (fig.37) e (fig.38), as ruas são largas e asfaltadas, há casa simples e outras maiores.

Figura 37– Foto da entrada da Cidade de Goiás



Fonte: Acervo da autora.

Figura 38 – Foto da rua 05, que dá acesso a rua Dário de Paiva



Fonte: Acervo da autora.

Casas com características antigas começam a aparecer a partir da direção do centro da cidade. O centro é composto por residências no estilo colonial e prédios comerciais. A paisagem é composta por ruas de pedra, casas conjugadas, becos, igrejas e praças (fig.39). Diferentes das ruas das regiões periféricas da cidade, que possuem ruas mais largas, casas em estilos mais modernos e comércios sem padronização das fachadas (fig.40) e (fig.41).

Figura 39 – Foto da Rua Dom Cândido - Centro Histórico da Cidade de Goiás



Fonte: Acervo da autora.

Figura 40 – Foto da rua 02, Vila Lions



Fonte: Acervo da autora.

Figura 41– Foto da rua Santos Dumont - Bairro João Francisco



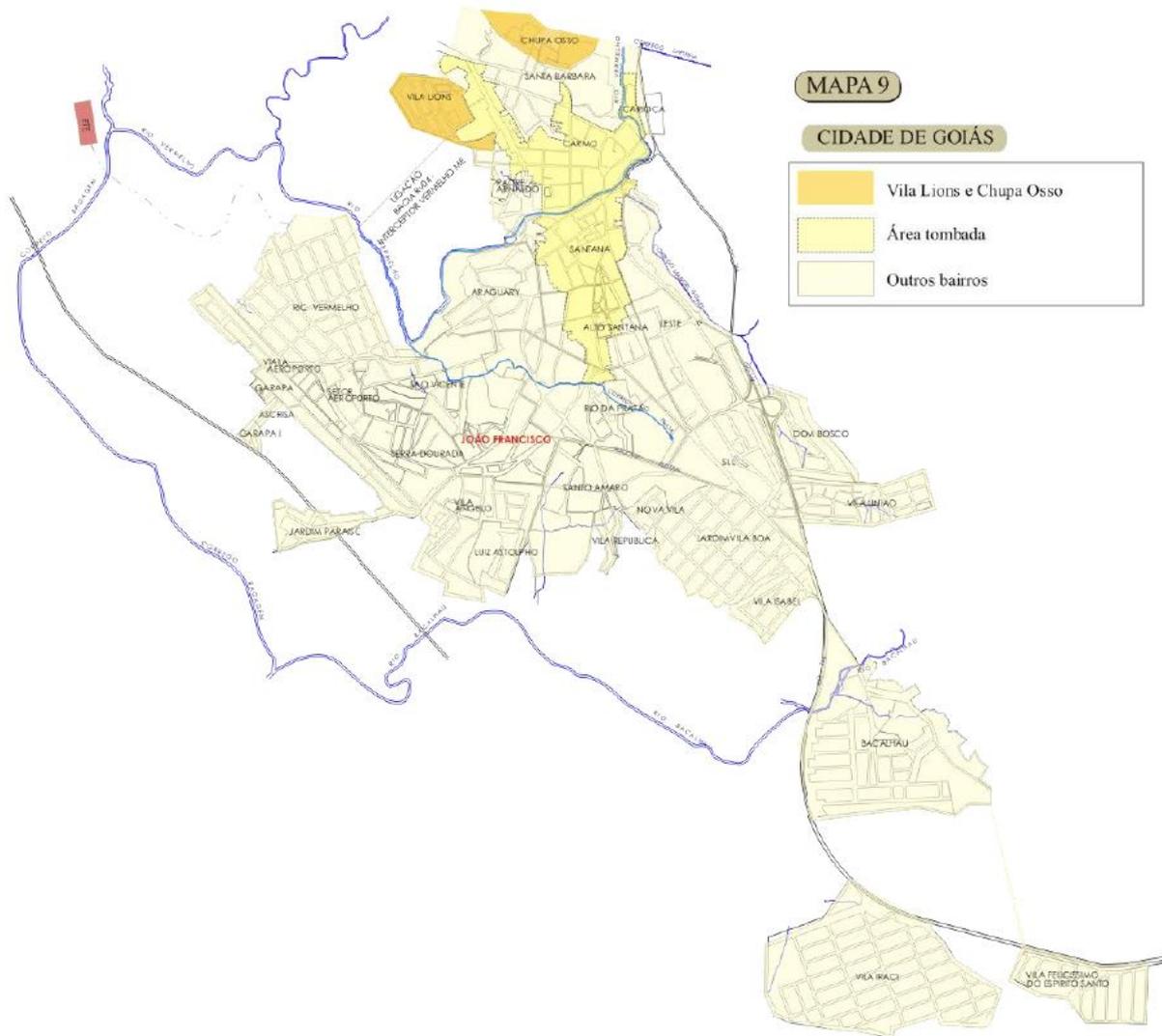
Fonte: Acervo da autora.

Segundo Tamasso (2007), a periferia na cidade de Goiás a partir perspectiva do senso comum de muitos vilaboenses, é formada por todos os espaços que são desprovidos de características da estética colonial e histórica, ou seja, tudo o que não é centro histórico é periferia. Estes espaços se referem aos locais habitados pelos migrantes de outras cidades e estados, bem como da zona rural do próprio município.

A partir deste olhar, a composição da periferia inclui setores, independentemente de ser ou não um setor com boas condições socioeconômicas, mas que não são especificamente o centro histórico. É como diz a autora “[...] em Goiás a periferia diz respeito também aos bairros, não distantes do centro, com bons equipamentos urbanos e boa qualidade de vida; como é o caso do Jardim Vila Boa” (Tamasso, 2007, p.330).

De acordo com o Dossiê de Goiás (1999), mesmo com a estagnação econômica da cidade até 1960, acontecia uma lenta expansão das áreas urbanas periféricas que ocorria desde o início do século por migrantes. Desta forma, os primeiros bairros que foram constituídos são: João Francisco, Boa Vista, Chapéu do Padre e o Bacalhau (fig.42).

Figura 42 - Mapa do Centro Histórico e região periférica da Cidade de Goiás



Fonte: Tamaso (2007).

Segundo Delgado (2005) o desenvolvimento da cidade de Goiás foi planejado com base no centro histórico, na visão da autora os outros espaços são desconsiderados, visto que o Dossiê e o Plano Diretor da cidade não problematizam as condições das regiões periféricas da cidade, caracterizando invisibilidade e exclusão das demandas de parte considerável da população.

O futuro e o desenvolvimento da cidade são planejados a partir do centro histórico, demonstrando a eficácia da prática, tanto do Iphan quanto da Ovat, que circunscreve Goiás a um determinado espaço instituído como “histórico” que, metonimicamente, representaria toda a cidade (Delgado, 2005, p.132).

A elite cultural bem sabia que para solicitação do título de patrimônio cultural para o centro histórico da cidade de Goiás, a UNESCO exigia que partisse da comunidade a iniciativa do pedido de patrimonialização e não apenas das instituições públicas como prefeitura e IPHAN. "Estavam também cientes os agentes do patrimônio que a periferia impunha restrições à ideia de patrimônio mundial, por não se sentir parte do centro e por entender que somente o centro seria beneficiado" (Tamaso, 2007, p.344).

Com isso, foi realizada uma campanha com o objetivo de convencer todos os moradores da cidade de que o título seria positivo e que levaria para a cidade prosperidade econômica e geração de empregos e o resultado foi favorável à campanha (Tamaso, 2007). O que aconteceu na verdade, de acordo com Carneiro (2023), foi que as pessoas da região periférica e até mesmo algumas que estavam no centro, nem mesmo sabiam o que estava se passando pela cidade naquele período. Ainda assim, os grupos organizadores formalizaram o pedido para a obtenção do título de Patrimônio Histórico e Cultural da Humanidade em junho de 1999.

Cerca de 90 pessoas da cidade de Goiás foram entrevistadas no centro histórico e em povoados, para coleta de dados e composição do Dossiê de Proposição. Chama a atenção o fato de não ser citado outros bairros da cidade. "Com isso, delimita-se a "comunidade" da cidade, desconsiderando-se aqueles que habitam outros bairros" (Delgado, 2005, p.130).

Embora Maria Cristina Portugal, diretora do IPHAN no período do reconhecimento mundial do Centro Histórico da Cidade de Goiás, apresentasse um discurso de que a comunidade da cidade de Goiás estava colaborando e preocupando-se com o patrimônio cultural, na verdade não foi exatamente o que aconteceu, visto que a "[...] comunidade pressupõe toda a sociedade que tem a mesma identidade e que comunga as mesmas ideais" (Carneiro, 2023, p.46).

No Dossiê de Proposição não consta informações sobre os critérios de seleção dos moradores que participaram das entrevistas, o que pôde ser conferido é que: "Na análise das entrevistas, os coordenadores da pesquisa arrolam bens culturais intangíveis e apontam a produção de "um texto cultural particular" que distingue Goiás e a consagra como uma depositária do passado regional" (Delgado, 2005, p.130).

Segundo Tamaso (2007), muitos moradores do bairro João Francisco reclamavam que as autoridades políticas, estaduais e federais nunca visitavam a área,

concentravam-se apenas no centro histórico da cidade. "Está clara uma demanda para o reconhecimento da cidade inteira e não apenas do centro histórico" (Tamaso, 2007, p.344). Pôde ser analisado que essa é uma queixa presente até então no discurso dos moradores da cidade de Goiás, conforme descrito pela entrevistada a seguir, de 44 anos:

[...] é uma identidade, mas o que quero dizer com a minha fala é que o poder público se preocupa muito com o centro histórico e os bairros periféricos ficam sempre em terceiro plano, então se eles incluísssem toda a cidade como patrimônio aí eu acredito que seria uma aceitação maior por parte dos moradores. Tem coisas que não chegam nas regiões periféricas, e eu moro a cerca de 10 minutos a pé do centro e eu já vejo essa diferença gritante, porque aqui sempre é o último lugar que eles vão olhar, eles não incluem as regiões periféricas ao centro histórico a questão do benefício do patrimônio, porque o patrimônio não é nem tanto o monumento, mas sim as pessoas [...] A gente vê os benefícios chegando só no centro e as regiões periféricas ficam a desejar (E12).¹⁵

Ao ser questionado se a entrevistada já estudou sobre patrimônio cultural, ela responde que não e que a sua fala é baseada em suas percepções e de colegas que convive no trabalho e no bairro. A sua função profissional na cidade é de educadora infantil. Arantes, Vainer e Maricato (2002) discutem uma perspectiva que critica a forma com que as cidades e o urbanismo são organizados para seguir o modelo de políticas para negócio. Trata-se da espetacularização e do favorecimento do comércio a partir de um modelo estratégico do planejamento urbano. Os autores questionam se a matriz identitária pode realmente ser planejada e se é possível calcular aquilo que é espontâneo, mantendo a integridade e autenticidade de forma racional, quando se trata de custos, benefícios e preços.

Segundo Leite (2007) a dimensão mercadológica se refere a práticas que agregam valor aos bens culturais, com a intenção de ter uma rentabilidade a partir dos investimentos feitos nos processos de patrimonialização com potencial lucrativo. O patrimônio como mercadoria cultural implica a redução do valor cultural, o problema não é necessariamente a existência da dimensão mercadológica da cultura, mas a diminuição do interesse cultural propriamente dito que resulta na fetichização do patrimônio.

Essa perspectiva se refere a uma estratégia que utiliza da espetacularização urbana a favor do capital, atraindo a visibilidade para o comércio. "O sentido do consumo cultural, portanto, deve ser entendido como uma prática que ultrapassa a

¹⁵ Entrevista cedida à autora no dia 28 de maio de 2024.

racionalidade instrumental do ato de comprar produtos, na direção que afirma usos e processos de apropriação de signos" (Leite, 2007, p.66). Arantes, Vainer e Maricato (2002) chamam esta noção de Culturalismo de Mercado. A partir dessa ideia, pode ser questionado se a cultura de identificação do indivíduo é baseada no consumismo, frente a produtos altamente lucrativos e espetacularizados.

Esta é a dita identidade imposta em nome do empreendedorismo urbano, que gera conflitos entre a região central da cidade e a região periférica que tende a se expandir, com recursos desproporcionais e de problemáticas que desfavorecem muitos e gera complexidades (Arantes, Vainer e Maricato, 2002). O entrevistado da pesquisa, de 46 anos relata que:

Antes do patrimônio eu achava Goiás uma coisa, eu achava ele mais "para todos", hoje eu acho que é para menos, você está entendendo? [...] Aí você pensa que iria melhorar, em alguns aspectos para alguns, alguns pequeno (minorias das pessoas) sim, mas para todos não. Porque na verdade ali, o que que acontece? Poucos estão conseguindo uma fatia do bolo, a maioria não, ou seja, a cidade deveria estar gozando da situação e não está entendendo? Então eu acho que é isso aí (E3).¹⁶

O entrevistado (E4), de 65 anos também se queixa dos direitos desiguais que ele percebe acontecendo, envolvendo as disputas de poder:

Ah, eu fico sentido só porque vale pra uns e pra outros não vale, por exemplo, eu posso montar um barzinho aqui aí eu não tenho direito de colocar uma cadeira ali porque é histórico, então isso é muito ruim e pra outras pessoas já pode, as pessoas de poder mais aquisitivo né, aí pra eles pode, não só na praça, mas em vários outros lugares, eu acho assim.¹⁷

Importante salientar que os processos excludentes não acontecem apenas em cidades grandes, pois não é algo que depende do porte da cidade (Araújo, 2009). "A cidade mesmo pequena, centraliza recursos e institucionaliza formas de controle sobre a população" (Campos, 1994, p.62). A Cidade de Goiás, na década de 1980, recebeu recursos federais, estaduais e privados para a restauração dos bens tombados (Carneiro, 2023). Neste sentido, é percebido que o lugar social ocupado pelas regiões periféricas é desfavorecido.

Percebe-se que os bens tombados, os monumentos que passaram a ser preservados em Goiás fazem parte da memória do estado: palácio, câmara e cadeia, centro da cidade, o qual era a sede administrativa do Estado; da Igreja Católica, enfim da "elite econômica", a conservação é de ordem simbólica que expressam uma ritualização do poder (Carneiro, 2023, p.43).

¹⁶ Entrevista cedida à autora no dia 22 de março de 2024.

¹⁷ Entrevista cedida à autora no dia 23 de março de 2024.

A desigualdade social na cidade pode ser percebida de forma muito clara, é necessário apenas sair do Centro Histórico e Cultural da “Cidade Patrimônio” e visitar os setores periféricos (Araújo, 2009). Os reflexos do patrimônio não alcançam todos os espaços, no sentido de proteger e preservar as condições básicas de quem não está no centro. “A distinção entre centro histórico e periferia não é somente formal e estética, no sentido de arquitetônica e urbanística; é acima de tudo social” (Tamaso, 2007, p.327).

A pesquisa demonstrou que o fato de o morador residir na região periférica da Cidade de Goiás, não quer dizer necessariamente que ele não se sinta representado pelo patrimônio, visto que algumas pessoas que moram nos bairros afastados disseram que amam muito a cidade e o patrimônio e se identificam com a representação. Em contrapartida, pessoas que moram no centro não necessariamente se sentem representadas, visto que houve pessoas que são moradores do centro histórico e disseram que não concordam e não se sentem pertencente a herança patrimonial. No entanto, os conflitos com relação a percepção do espaço central e periferia ficaram evidentes e não podem ser negados, embora o local de residência não seja o fator determinante.

Essa percepção foi identificada através das entrevistas, na opinião dos moradores que relataram que:

O centro histórico, ele não inclui né, quem mora no centro histórico, quem tem casa no centro histórico, tipo, eu não tenho nenhum aluno que mora no centro histórico, todos moram em outros bairros afastados, as vezes você ter a possibilidade dos estudantes morarem mais no centro histórico sabe (universitários) às vezes se você pegar mais aquela região ali no Bom Viver próximo ao Chafariz, ali você vai ver que a Diocese tem muitas casas, que estão fechadas a muito tempo, então eles acabam alugando essas casas com valor menor que talvez três ou quatro estudantes consigam pagar né (E21).¹⁸

[...] eu faria um questionamento se esse espaço de cultura é pra todos né, porque é bem claro que não é. É até um questionamento que vem de algum tempo, de centralizar as coisas só ali na praça do Coreto e do mercado, praça do Chafariz, praça do Aeroporto. Outros lugares que tem pessoas que gostariam de participar, mas não tem acesso, por exemplo, pessoas que moram no setor Tempo Novo, Goiás 2 e Papyrus, são setores afastados e a maioria das pessoas dependem do coletivo, então não tem coletivo 24 horas, então as pessoas não conseguem ter esse acesso com frequência, então tem algumas ações que levaram cultura pra esses outros espaços, para esses outros ambientes, mas assim, eu me sinto privilegiada de fazer parte desse centro, mas tenho esses questionamentos né, porque essas pessoas nem sempre tem acesso a isso (E19).¹⁹

¹⁸ Entrevista cedida à autora no dia 03 de junho de 2024.

¹⁹ Entrevista cedida à autora no dia 01 de junho de 2024.

Eu acho também que os governantes, eles dão uma atenção para aquele centro histórico e esquece que a comunidade toda do município, é uma coisa que eu queixo muito os governantes é isso, as vezes volta uma atenção pra lá e que se dane os outros bairros sabe, eu acho que não é só centro histórico que é importante no município né. É pouquíssimas pessoas, em vista da população da cidade ali mora pouquíssimos, são muitas casas fechadas que o povo só vem no tempo de eventos né? Aí fica aquela coisa, gastando aquela dinheirama toda cuidando daquilo e esquece também que tem uma população sofredora que fica nos arredores, com dificuldades, como desestrutura, então o que a gente sente na cidade de Goiás é isso sabe. Aí tem o que se houve falar, que vem muitas verbas, usam lá que a gente nem sabe e a população em si, que é o povo vilaboense que é do lugar, onde os turistas vão e olham, vão embora, muitas vezes nem sabem o quê que está acontecendo que as vezes a divulgação é tão pouca do que está acontecendo nos lugares, e fica aquela coisa, não importa né? Quem vem de fora acha lindo, mas se for em termos de vida e de convivência naquele lugar, não é tanto assim pra gente (20)²⁰.

[...] a gente não se sente muito “fazendo parte”, mas sendo usados pela própria cidade, a gente é só um brinquedinho. Antes a gente já não tinha muito recurso mesmo, mas a gente conseguia acessar com mais facilidade alguma coisas da cidade, os artistas da cidade. Só que aí vai aparecendo artista de fora, gente que tem mais recurso e que vão dar mais ibope e que vão atrair mais turistas, que gente de casa não dá ibope né? Então quando tombou a cidade como patrimônio, o que era pra ser um grande benefício pra nós, dificultou muito o acesso do povo da cidade na sua própria cidade (E15)²¹.

De acordo com Tamaso (2007) o IPHAN classifica a área da cidade de Goiás em: área de valor patrimonial, aqui a autora se refere a área tombada, ou seja, o centro histórico; área sem valor patrimonial e com importância para proteger os valores da área tombada, se referindo a área do entorno – ou a chamada zona tampão; e área sem nenhum valor patrimonial. “Assim o IPHAN hierarquiza o espaço urbano em regiões com maior, menor ou nenhum valor patrimonial. Ato de autoridade que circunscreve a região” (p.324).

²⁰ Entrevista cedida à autora no dia 01 de junho de 2024.

²¹ Entrevista cedida à autora no dia 31 de maio de 2024.

O mapa enviado na proposta de inscrição na lista de Patrimônio Mundial classificou as regiões como: zona de riqueza ambiental, zona tampão e zona de expansão do século XX (fig.43).

Figura 43 - Classificação das zonas propostas no Dossiê de Proposição de Goiás



Fonte: Dossiê (1999)

Contudo, os moradores da cidade de Goiás vivem no seu espaço utilizando das suas próprias percepções, representações e apropriações frente as delimitações do espaço, que não estão de acordo com as classificações apresentadas pelo IPHAN – área tombada, entorno e demais setores. Há vilaboenses que consideram que: “[...] o centro histórico pode ser compreendido, atualmente, por todo o núcleo urbano mais antigo, inclusive as ruas que já tenham sido parcialmente descaracterizadas; o que pode incluir o entorno ou parte do entorno” (Tamasso, 2007, 324). Ou seja, onde estiver características “antigas” é centro histórico, independentemente de estar ou não na área tombada.

A crítica nesta discussão trata-se do descaso que a periferia sofre em decorrência da precarização, em um cenário onde é exibido a representação de uma identidade que promove os interesses das relações de poder, onde todos os olhos se voltam para o centro e os subalternos são “apagados”. Arantes, Vainer e Maricato (2002) chama a atenção para o fato de a cultura não ser um instrumento neutro nas práticas mercadológicas urbanas, a cultura se tornou um negócio:

[...] obedecendo portanto a todos os requisitos de uma empresa gerida de acordo com os princípios da eficiência máxima, e prestação de serviços capaz de devolver aos seus moradores algo como uma sensação de

cidadania, sabiamente induzida através de atividades culturais que lhes estimulem a criatividade, lhes aumentem a autoestima, ou os capacitem do ponto de vista técnico e científico. Tais iniciativas, sejam elas grandes investimentos em equipamentos culturais ou preservação e restauração de algo que é alçado ao *status* de patrimônio, constituem, pois, uma dimensão associada à primeira, na condição de isca ou imagem publicitária (Arantes, Vainer e Maricato, 2002, p.47).

A maneira de se vestir, de se alimentar, de percorrer determinados trajetos urbanos, de ocupar certos espaços e de transformá-los em “lugares”, onde os indivíduos se reconhecem e afirmam suas diferenças, representam formas simbólicas de consumo e demarcam modos específicos de pertencimento. O autor faz uma diferenciação entre as noções de lugar e espaço. Os lugares são demarcações dentro do espaço, sejam físicas ou simbólicas, o lugar é mais abrangente e atribuem sentidos e pertencimento e são delimitados pelas ações sociais (Leite, 2007).

As representações reforçam o que há de diferente e semelhante e atribui sentido identitário aos lugares sociais. “[...] os lugares singularizam-se principalmente pelas representações e práticas construídas pelas pessoas que neles interagem” (Leite, 2007, p.39). E assim, quando é questionado para a Entrevistada (E2), de 25 anos, sobre como gostaria de descrever o Centro Histórico da Cidade de Goiás, ela responde de acordo com o que ela sente e percebe a representação:

Eu acho que, é exuberante, mas assim olha, não que eu esteja, é, criticando a minha cidade, que na TV eu acho lindo, inclusive uma vez eu estava pra Goiânia, numa consulta no médico, aí uma mulher, ela foi e perguntou né, da onde que a gente era, eu falei, ó, a gente é de Goiás, ela falou assim, nossa mas eu acho lá tão lindo, eu nunca fui lá, eu tenho tanta vontade de conhecer, aí eu falei para ela, olha é só na televisão mesmo, porque eu não sei se é porque eu estou aqui, então eu não vejo isso sabe, essa coisa, esse apego que as pessoas têm por Goiás, mas assim eu gosto de morar aqui, é tranquilo né, já estou acostumada.²²

Arantes, Vainer e Maricato (2002) acrescentam que diante do capitalismo, as cidades passaram a ser geridas e consumidas como mercadorias, a máquina urbana de propaganda possui força avassaladora, tornando possível a distorção da realidade para muitos que olham para este mercado, onde no centro há o consumo refinado da cultura e isso, politicamente falando indica que os modelos de negócio estão saudáveis, se tornando o que os autores chamam de cidade-empresa-cultural.

[...] uma incompatibilidade de princípio entre o caráter sistêmico-funcional da ideia de estratégia e a fragmentação, a ser respeitada ou induzida, inerente à valorização da diferença com a qual, por definição, a dimensão cultural se confunde enquanto esfera refratária à homogeneidade imposta ou requerida pela velha ideologia da ordem (Arantes, Vainer e Maricato, 2002 p.14).

²² Entrevista cedida à autora no dia 22 de março de 2024.

Monnet (1996) destaca que as políticas do patrimônio foram transformadas em peças essenciais diante das estratégias de imagem das cidades, estas viraram instrumentos de gestão, mesmo onde não pareça ser assim. “Sob consenso, as políticas do patrimônio podem, assim, esconder um projeto urbano conformado a interesses particulares” (Monnet, 1996, p.226). Tal perspectiva diz respeito a proteção do patrimônio com fins políticos que diz ser apolítica.

O patrimônio, quando tratado como uma demanda de mercado causa o distanciamento do sentido das tradições pelas empreendedoras políticas de restauração, que na tentativa de destacar a tradição, afastando-a do presente. “O patrimônio aliena-se justamente quando se dissocia das práticas sociais cotidianas [...]” (Leite, 2007, p.41-42). Tal distanciamento e dissociação pôde ser verificado no relato da entrevistada E15, que não sente que o patrimônio é acessível aos moradores da cidade.

Eu acho assim, a cidade de Goiás não é uma cidade feita pra nós que somos aqui da cidade, infelizmente, porque apesar de ter muitos pontos turísticos maravilhosos [...] mas não temos livre acesso aos nossos próprios recursos, tipo a gente não tem livre acesso pra usar o teatro pra fazer alguma manifestação cultural, você tem que seguir um monte de burocracia, tem que pagar uma taxa ... e antigamente eu lembro que esse acesso era um pouco mais facilitado, mas cada dia que passa é mais distante da nossa realidade, então acaba que as coisas da cidade são feitas muito para as pessoas de fora, então, nós não temos tanto acesso, as pessoas que moram no centro, a dificuldade que é pra você fazer uma mudança na sua própria casa, tudo precisa de autorização do IPHAN, disso e daquilo, isso em questões não só estruturais e externas, mas internas também, até o tipo de piso que você coloca na sua casa, que cor que você pinta o seu quarto, então a nossa cidade se tornou algo mais pra agradar os outros do que pra nós mesmos (E15)²³.

Segundo Tamasso (2007), quando se deu a ampliação da área tombada em 1978, destacando um centro de valor histórico ou o palco de interação social das famílias tradicionais, foi assimilado pelos moradores uma categoria de diferenciação social, pois paralelo ao reconhecimento do centro pelo IPHAN, acontecia a expansão urbana da cidade, os migrantes, chamados não filhos de Goiás, estavam construindo “outra cidade”.

Há, por parte dos moradores de fora do centro histórico, um ressentimento e, por vezes, uma recusa em serem referidos como periferia. No Fórum de Desenvolvimento do Município organizado pelo Sebrae na cidade, uma jovem indagou da possibilidade de substituir *áreas periféricas por área de entorno*. Nenhuma solução foi dada naquele momento (Tamasso, 2007, p.325).

²³ Entrevista cedida à autora no dia 31 de maio de 2024.

Além disso, Tamaso (2007) ressalta que a partir da construção de novos bairros na região periférica, o vilaboense tradicional sentiu a necessidade de contrair-se no centro histórico. Isso ocorreu devido ao receio de que houvesse uma “diluição da cultura goiana”, já que quem estava nestes bairros mais afastados eram os migrantes, os que vieram de fora. Portanto, é possível verificar que há conflitos por parte dos que estão na região periférica diante de quem está na região central e o contrário também ocorreu, o que muda são os motivos, embora o objeto conflituoso seja o mesmo.

2.2 Os conflitos do patrimônio da Cidade de Goiás, identidade e as relações de poder

Com a criação do instituto do tombamento, foi atribuído ao Estado o papel de selecionar e enquadrar os bens na categoria de patrimônio histórico e artístico nacional, bem como proteger e fiscalizar (Chuva, 2020). Conforme decreto de lei nº 25/1937, art. 1º, parágrafo §1º “só serão considerados parte integrante do patrimônio histórico o artístico nacional, depois de inscritos separada ou agrupadamente num dos quatro Livros do Tombo” (Brasil, 1937). Em 1934, a partir da Constituição Federal foi instituído a limitação ao direito de propriedade em decorrência do valor coletivo e social maior. Sendo assim, o tombamento de um bem cultural proíbe reformas sem autorização do poder público institucionalizado, bem como a sua destruição, conforme previsão do decreto (Chuva, 2012).

É necessário que haja um reconhecimento documental para que o patrimônio seja reconhecido nos órgãos oficiais como tal. Além disso, foi estabelecido que deve haver fiscalização com o objetivo de proteger o bem cultural, sendo assim, não é permitido fazer alterações que comprometa a integridade do bem cultural, conforme descrito. Parte dos moradores da cidade que participaram das entrevistas expressam seu descontentamento quanto a essa regra, chegam a questionar se são realmente os donos dos imóveis, já que não tem a autonomia que desejam.

[...] até que meu marido foi colocando as paredes né, colocou quase todo, só não colocou essa aqui (aponta para a parede) porque o IPHAN não deixa e eu já pelejei pra trocar por causa dessas goteiras, mas eles não quer deixar, e como é que eu faço? Eu não sei o que eu faço. [...] eles podia deixar tombado só as coisas histórica do município, como prefeitura, palácio, museu, igreja né, e deixasse as casas para o povo zelar né, mas não, nem pra trocar as telhas, onde que vou arrumar telha igual essas pra comprar? (E9).²⁴

²⁴ Entrevista cedida à autora no dia 23 de março de 2024.

[...] eu não gostei desse trem virar não (virar patrimônio), é muita lei por bobice, podia virar (patrimônio) mas evitar esses procedimentos, se você tem que pintar, tem que ir lá pedir pra eles pra ver qual tinta, aah você não é dono então não, pelo jeito não é, aí fiscal fica aí na sua porta enchendo seu saco querendo embargar a obra, isso é muito errado cara, o povo não gosta disso aí não. A menina foi pôr uma música ali ó, o som lá disse que estava danificando o telhado, um som de voz e violão, fazia todo dia, proibiram ela, é o trem é sinistro (E5).²⁵

A gente acha ruim porque não pode mudar a casa né, a gente quer mudar o jeito da nossa casa e não pode, então isso gera conflito entre os moradores e o pessoal que trabalha no IPHAN, mas eu falo assim, já que quer morar no centro histórico então tem que saber que não vai poder mudar né, então não vai poder discutir com a pessoa que sabe e que entende sobre o centro histórico né. Porque o pessoal que trabalha no IPHAN, por exemplo, se é presidente do IPHAN, sabe o que pode e o que que não pode né, então a pessoa que mora no centro tem que saber que não pode mudar, é um respeito, uma lei e não pode ser mudada, então isso gera conflito entre essas pessoas e os moradores (E11).²⁶

Eles precisava deixar a gente ter mais liberdade na casa da gente, quando eles vieram aqui pra falar que ia fazer tombamento das casa, aqui era chão batido, não tinha essa cerâmica, tanto que chefe lá era muito minha amiga, aí eu falei: não Salma, não pensa você que minha casa vai ficar chão assim não, não vai não, vocês mandam da porta da rua pra fora, vocês não vai me ajudar fazer nada, eu vou fazer com meu dinheiro, eu sou assim porque eu tenho o que eu tenho pra falar eu falo é pra vocês mesmo, aí meu marido faleceu e eu peguei falei assim, você quer ver? Eu vou colocar piso na casa inteirinha, e eles sabem, pinteí porta, troqueí porta, coloqueí madeira nova porque estava tudo buracada, eu pinteí de novo e agora precisa pintar outra vez, está com 12 anos eu fiz esse serviço, aí eles vieram, falei: não precisa cês vir aqui não porque eu não estou pedindo dinheiro pro cês, falaram: mas é mal criada, desse jeito não tem nem que falar nada (risos) aí eu falei, não precisa vocês falarem nada mesmo não (risos) ela me amolava demais e eu tomei conta dela sabe? Mas ela é uma boa pessoa. Mas foi um desafio (E9)²⁷.

No geral, os conflitos apresentados giram em torno da impossibilidade de fazer reformas e mudanças na estrutura dos imóveis de acordo com o que desejam, seja nas residências ou na região comercial. Parte daqueles que expressaram que se sentem parcialmente representadas pelo patrimônio local, demonstraram que se opõem as algumas regras e condições estabelecidas pelas leis de patrimonialização, sugerindo que algumas coisas não precisassem ser levados à risca, demonstrando contradições ou até mesmo falta de conhecimento acerca das condições necessárias para que um sítio histórico seja patrimônio da humanidade, visto que para que seja patrimônio, as regras determinadas precisam necessariamente ser seguidas, pois se trata das condições para que os bem seja considerado um patrimônio cultural e as

²⁵ Entrevista cedida à autora no dia 23 de março de 2024.

²⁶ Entrevista cedida à autora no dia 29 de maio de 2024.

²⁷ Entrevista cedida à autora no dia 23 de março de 2024.

divergências na forma de pensar e limitações que lhe são impostas, favorecem o campo de conflitos associados ao centro cultural.

O patrimônio deve ser compreendido como um campo de lutas pelo qual atores como o IPHAN, ONGs, poder político local ou associações constroem o discurso que seleciona, se apropria e expropria de práticas e objetos. "[...] o patrimônio cultural é fruto de relações sociais definidas, historicamente situadas e, ao mesmo tempo, é corporificado em alguma manifestação concreta, seja conceitualmente definida como material ou imaterial" (Veloso, 2006, p.439).

Fonseca (2003) ao falar sobre referência cultural, destaca a necessidade de criar formas de identificação sem congelar as manifestações culturais. O patrimônio, neste sentido, não deve levar em consideração somente o seu valor histórico e artístico, ou seja, deve ser considerado a maneira como os grupos sociais interagem e valorizam o bem patrimonializado. A referência cultural envolve olhar para as representações que configuram uma identidade local, seja referente a uma paisagem, edificações, fazeres e saberes, objetos ou hábitos. Não se trata apenas de armazenar bens ou informações e sim as representações coletivas pelo qual os membros dos grupos se identificam. Sendo assim, os sujeitos são os intérpretes do seu patrimônio.

Aguiar (2013) ao discutir o tema do congelamento do patrimônio, ressalta que no caso de Ouro Preto, a arquitetura com características do século XVIII colaborou para a construção da imagem da cidade enquanto atrativo turístico. Nos anos 1938, o SPHAN buscou restaurar parte do conjunto urbano, além de divulgar o patrimônio histórico com o objetivo de aumentar o turismo na cidade, com o apoio dos intelectuais da época que defendiam o discurso preservacionista. Desta forma, a cidade que recebia críticas dos viajantes foi transformada em patrimônio nacional no início do século XX e o congelamento para que as características coloniais prevalecessem foi um movimento intencional em prol da economia local.

No entanto, Fonseca (2003) relata que para proteger um patrimônio que é uma referência cultural, é necessário que os sujeitos envolvidos primeiro conheçam e identifiquem o bem, significa produzir e até mesmo consumir essas os bens de acordo com o que compreendem acerca da sua própria cultura, portanto, a ideia é que não seja algo imposto apenas em nome valor econômico e sim dos valores que o bem representa para as pessoas da região. Essa percepção se distancia da noção de cultura "morta" do patrimônio do passado e que não necessariamente deixam de ser

referências, porém, possui características estáticas e com representações distantes da comunidade. Com isso, compreende-se que o patrimônio estático, ou o seu “congelamento”, mais afasta a relação comunidade e patrimônio do que aproxima, quando este, na verdade, deveria ser a representação dinâmica e aproximada dos sujeitos locais (Fonseca, 2003).

“[...] trata-se de identificar, na dinâmica social em que se inserem bens e práticas culturais, sentidos e valores vivos, marcos de vivências e experiências que conformam uma cultura para os sujeitos que com ela se identificam. Valores e sentidos esses que estão sendo constantemente produzidos e reelaborados, e que evidenciam a inserção da atividade de preservação de bens culturais no campo das práticas simbólicas” (Fonseca, 2003, p.93).

No Dossiê – Proposição da Cidade de Goiás na Lista do Patrimônio da Humanidade (1999) é descrito que para a sua construção, foram realizadas 90 entrevistas no centro histórico e em povoados do seu entorno para compor o documento, tornando possível compreender a dinâmica cultural local e identificar qual era a percepção que os habitantes da cidade tinham sobre o seu patrimônio.

Nas entrevistas, foi relatado as vivências cotidianas de costumes, tradições, histórias das lendas compartilhadas na região e foi buscado identificar quais os sentimentos dessas pessoas diante da área que já era tombada e do patrimônio natural em torno da cidade. Das 90 entrevistas, apenas 13 foram transcritas no anexo IV – Inventário Nacional de Referências Culturais - do Dossiê, e todos eram membros de alguma entidade, associação ou instituição, como por exemplo, igrejas católicas, OVAT, associação dos artesãos, etc (Carneiro, 2023).

Foi observado nas entrevistas que compõem o Dossiê (1999), que os moradores esperavam que o título pudesse proporcionar benefícios para o povo de Goiás, como por exemplo, melhores condições de trabalho, educação e turismo, como esclarece Brasilete Caiado ao responder à pergunta sobre o reconhecimento do patrimônio cultural de Goiás pela UNESCO:

“[...] poderá constituir um artifício poderoso na preservação urbana sustentável do núcleo histórico, além de obter maior visibilidade mundial no campo do turismo cultural e ambiental. Como consequência deste título, poderá advir a geração de empregos. O setor de serviços e produtivo ligado ao turismo será profundamente ativado. Futuramente, em consequência disto, haverá o desenvolvimento educacional que se adequa à realidade histórica [...]”²⁸

²⁸ Entrevista n° 31 concedida à Maria de Fátima Sócrates do Nascimento para elaboração do Dossiê – Proposição da Cidade de Goiás na Lista do Patrimônio da Humanidade, no dia 24 de maio de 1999.

No entanto, de acordo com Carneiro (2023) nos primeiros quatro anos após o reconhecimento do Centro Histórico como patrimônio mundial, segundo os moradores da cidade, não houve grandes mudanças, as ofertas de emprego não aumentaram e os jovens precisavam mudar da cidade para conseguir emprego, ou para estudar em outros locais. “Os turistas diminuíram consideravelmente e os que visitam Goiás não consomem o suficiente para corresponder a expectativa dos comerciantes [...]” (Carneiro, 2023, p.103).

Após duas décadas de reconhecimento mundial do centro histórico, pôde ser verificado que essa opinião ainda prevalece para alguns moradores, enquanto, para outros, a preservação favorece a cidade. As percepções dos entrevistados são divididas, alguns acreditam que o turismo atualmente é benéfico para a cidade e que favorece a economia, enquanto outros acreditam que antes do tombamento a cidade tinha maior movimentação dos turistas: “[...] antes de ser patrimônio, Goiás tinha uma estrutura diferente, até turística era diferente, totalmente era melhor... era melhor, porque hoje é muito restrito, aí com essa questão de transformação ela ficou restrita [...]” (E3).²⁹ Compartilhando mesma linha de pensamento, a entrevistada (E16) relata:

[...] antigamente o turismo aqui era topíssimo, mas hoje em dia... a minha mãe mesmo ela já trabalhou como garçonete, o padrinho dela tinha um restaurante e ela fala que antigamente quando tinha festa aqui na cidade, era muito... muito lotado e hoje em dia, não (E16).³⁰

Em contrapartida, outra moradora relata uma opinião diferente:

[...] foi bom para a cidade, muita gente reclama que tudo é lá no centro, tudo é gerado lá no centro, mas eu concordo (com o tombamento) porque a cidade ficou mais procurada, os turistas vêm para conhecer o território, a cidade é gerada por causa disso, porque ela é conhecida mais pelo tombamento né, se não fosse o centro histórico, aqui seria uma cidade muito triste sabe [...] (E11).³¹

Esse era o objetivo da patrimonialização, conforme descreveu Jaime Costa sobre o futuro de Goiás, no Dossiê de Goiás (1999): “Deve mudar para melhor, conservar a parte histórica e melhorar a situação do povo”³². Aparentemente, na percepção da entrevistada (E11) essa ideia foi alcançada. Na mesma perspectiva, Alice Noronha descreveu no Dossiê de Goiás: “Espero que ela seja reconhecida como

²⁹ Entrevista cedida à autora no dia 22 de março de 2024.

³⁰ Entrevista cedida à autora no dia 31 de maio de 2024.

³¹ Entrevista cedida à autora no dia 29 de maio de 2024.

³² Entrevista n° 30 concedida à Maria de Fátima Sócrates do Nascimento para elaboração do Dossiê – Proposição da Cidade de Goiás na Lista do Patrimônio da Humanidade, no dia 28 de maio de 1999.

Patrimônio Mundial da UNESCO, que venha bastante turista e que aproveite as pessoas de Goiás, os jovens para trabalhar. Que não traga de fora mão de obra, a gente vê que aqui acontece muito isso [...]”³³. Ou seja, as expectativas dessas pessoas, em 1999, era que com a patrimonialização, teriam um futuro promissor e as gerações futuras se beneficiariam desses benefícios.

Na Cidade de Goiás atualmente, há pessoas que se sentem satisfeitas com o processo de patrimonialização, como pôde ser visto na fala do entrevistado de 70 anos, ao ser questionado se o Centro Histórico representa o reconhecimento da identidade cultural que faz parte da vida dele, ele diz:

Na vida de todos nós, só na minha vida não, de alguns amigos né. Desde pequeno eu me bato por esse centro histórico aqui entendeu? Inclusive quando a prefeitura criou o conselho de proteção ao patrimônio histórico e artístico e ambiental de Goiás, eu fui membro dele convidado (E8).³⁴

Outros sentem que precisam pagar um preço por ter o reconhecimento do Centro Histórico como patrimônio mundial, como relata o entrevistado:

É o seguinte muitas coisas que foi tombado eu concordo, muitas coisas eu não concordo sabe, porque tem vez que chega as pessoas que fica assim, perdido, sem saber o quê que pode fazer, se pode... até estacionamento, não pode estacionar aqui perto mais né, então eu fico achando ruim por causa dos comerciantes, não por mim, mas por causa dos comerciantes que, o estacionamento fica lá no lado do museu, não pode estacionar aqui perto do mercado mais. Pra você vê, o movimento aqui está até pouco, a não ser nos grandes dias de festa, não tem movimento, por isso que eu acho ruim, por causa do pessoal que tem seus empreendimentos aqui no mercado, 80% são meus amigos, e a gente é daqui da cidade né (E4).³⁵

Seu relato se aproxima da percepção do entrevistado 1, de 59 anos, comerciante de pequeno porte, que diz:

[...] tirar essa corrente aí, porque essa corrente está dando prejuízo pra nós, pra quê fechar? Não tem essa necessidade de fechar, não tem, gente, vem cá pra você ver se tem gente aqui mais tarde? Vai ter por que tem procissão, mas no dia que não tem evento não tem essa necessidade (de colocar as correntes), não tem esse fluxo, não tem ninguém, deixa o povo andar, deixa o povo entrar, isso que eu fico sentido, tenho sentimento, quando os fiscais vêm fechar, o meu coração fica a mil por hora, mas fazer o quê né? Isso aí eu tenho sentimento, meu coração dói quando eu vejo, mas Deus é mais viu. Essa revolta eu tenho (E1).³⁶

O morador de 53 anos expõe a sua indignação dizendo: “Lixo, tenho raiva desse trem, eu não posso pôr fibra ótica aqui no meu bar ó, pôr internet aqui porque

³³ Entrevista n° 46 concedida à Cristiane Alves de Carvalho para elaboração do Dossiê – Proposição da Cidade de Goiás na Lista do Patrimônio da Humanidade, no dia 09 de julho de 1999.

³⁴ Entrevista cedida à autora no dia 23 de março de 2024.

³⁵ Entrevista cedida à autora no dia 23 de março de 2024.

³⁶ Entrevista cedida à autora no dia 22 de março de 2024.

não pode passar o fio, tem que ser subterrâneo e eu tenho que quebrar lá, olha eu gastando de novo, é lixo... ou eu estou falando errado?" (E5)³⁷. Há uma diversidade na percepção e nos sentimentos relacionado a representação do Centro Histórico e há aqueles que se sentem representados, mas tem as suas ressalvas. Isso pode ser identificado na entrevista quando é dito que:

Apesar disso eu amo muito, então assim, é encantamento, é encantador, aqui é lindo, é amor, eu amo a minha cidade, não é porque eu percebo os problemas que a gente tem que eu não ame, eu só apaixonada por Goiás, eu ando aqui e eu não me acostumo com a beleza, eu acho lindo, perfeito, é amor. Eu amo a minha cidade, eu amo o centro histórico, mas eu enxergo os problemas (E22).³⁸

A gente vê muito falar que a cidade de Goiás é uma cidade ruim, que não evoluiu, que não melhora, que não cresce, que não prospera, só que eu vejo a cidade de Goiás como um lugar muito promissor, que infelizmente ainda não é como gostaríamos, mas é uma cidade onde temos acesso a paz, coisa que muitos lugares a gente não tem. Aqui é um lugar lindo, a cidade de Goiás como um todo é uma cidade maravilhosa, que tem tudo pra ser muito promissora e é preciosa (E15)³⁹.

Para Hall (1996) as identidades estão sujeitas a constante processo de transformação em sua historicidade. Elas estão relacionadas não só com quem as pessoas são, mas com quem elas se tornam e como são representadas.

[...] esta concepção de identidade não assinala aquele núcleo estável do eu que passa, do início ao fim, sem qualquer mudança, por todas as vicissitudes da história. Esta concepção não tem como referência aquele segmento do eu que permanece, sempre e já, "o mesmo", idêntico a si mesmo ao longo do tempo (Hall, 2014, p.108).

Hall (2014) emprega o termo "identidade" para significar o ponto de encontro, entre, por um lado, os discursos e práticas que tentam nos abordar, nos falar ou nos convocar para que assumamos nossos lugares como sujeitos sociais de discursos particulares e, por outro lado, os processos que produzem subjetividades, que nos constroem como sujeitos.

A identidade cultural é constituída por memórias que fundamentam a ligação entre sujeitos que compartilham de suas histórias e tradições, bem como evidencia as diferenças que compõem a diversidade essencial para o convívio em sociedade. As representações imagéticas e os símbolos constroem a memória do sujeito que são envolvidos em sentimentos e vivências e assim a memória coletiva e individual é desenvolvida, em uma dinâmica que desencadeia tensões entre memória e

³⁷ Entrevista cedida à autora no dia 23 de março de 2024.

³⁸ Entrevista cedida à autora no dia 03 de junho de 2024.

³⁹ Entrevista cedida à autora no dia 31 de maio de 2024

esquecimento em uma busca constante por fortalecimento entre os elos com o lugar de pertencimento (Pelegrini, 2007).

As identidades nunca são totalmente consolidadas, são construídas em sua multiplicidade ao longo de discursos, práticas e posições que podem se entrelaçar ou ser contraditórias, estão sujeitas a uma profunda historicização, estando constantemente em processo de mudança e transformação (Hall, 2014). Podemos compreendê-la como um contínuo processo de "produção" que nunca atinge um estado final, permanecendo constantemente em evolução. Essa construção identitária ocorre internamente e não é determinada por fatores externos à representação, a identidade cultural é definida pela cultura compartilhada (Hall, 1996).

É através da identificação que as pessoas se agrupam e se reconhecem, e pela diferenciação que os indivíduos selecionam o que é familiar e o que é estranho. Essas experiências compartilhadas de reconhecimento e estranhamento são o que criam conexões contínuas ao longo do tempo e do espaço, ligando passado e presente. Isso faz com que a tradição se torne um meio de estabelecer identidade, por meio da construção de espaços sociais (Leite, 2007).

As identidades emergem da narrativa do eu, e embora sua natureza seja simbólica, não diminui de forma alguma sua eficácia discursiva, material ou política. Mesmo que a sensação de pertencimento, ou seja, a conexão com a história que dá origem às identidades, esteja em parte no imaginário, e portanto, sempre seja construída em parte na imaginação. "As identidades são as posições que o sujeito é obrigado a assumir, embora "sabendo" sempre, que elas são representações, que a representação é sempre construída ao longo de uma "falta", ao longo de uma divisão, a partir do lugar do Outro" (Hall, 2014, p.112).

A cidade é uma representação, uma imagem. A percepção que os habitantes têm da cidade ou de partes dela é fundamental para a vivência urbana. Para que as representações deixem de ser apenas conceitos mentais ou psicológicos e passem a fazer parte da vida social, elas precisam interagir com o mundo sensorial e físico. O patrimônio ambiental urbano está enraizado na dimensão física da cidade, pois é através dos elementos empíricos do ambiente urbano que os significados são estabelecidos, criados, produzem efeitos, são renovados e, eventualmente, descartados (Menezes, 2006). "O patrimônio significa conhecer a minha história e de como foi formada a minha identidade. É um sentimento de amor e respeito a cultura e

patrimônio que faz parte da minha história e da história da comunidade Vilaboense” (E18)⁴⁰.

A cidade como bem cultural é marcada por sentidos e valores estabelecidos pelas práticas sociais que marcam a condição humana. A cidade culturalmente qualificada será reconhecida pelos turistas, pelos moradores, pela avaliação técnica e para os negócios, “[...] boa para ser contemplada, esteticamente fruída, analisada, apropriada pela memória, consumida afetiva e identitariamente, mas também, e acima de tudo, é boa para ser praticada, na plenitude de seu potencial” (Menezes, 2006, p.39). Ou seja, para que uma cidade seja culturalmente qualificada, o seu funcionamento deve contar com a viabilidade econômica, infraestrutura, adequadas políticas de habitação, além de acesso aos serviços básicos de transporte, saúde e educação.

Menezes (2009) define valor afetivo do bem cultural como aquilo que possui vínculos subjetivos, carga simbólica, sentimento de pertença ou identidade. Possui mecanismos complexos como as representações sociais e o imaginário. É esperado que o patrimônio e sua representatividade estejam associados a história e a vida destas pessoas, pois são elas que dão o valor simbólico e significação de acordo com o sentido que o objeto representa em sua cultura, de acordo com a noção de patrimônio bem compreendido citado por Veloso (2006). Ao predominar os valores fetichizados.

Veloso (2006) na predominância da fetichização do patrimônio, que o transforma em mercadoria, corre o risco da patrimonialização que é complexa em suas práticas e significados, tornar-se objeto "coisificado". O perigo é de transformar o patrimônio em objetos de consumo como qualquer outro que está disponível no mercado, com isso, o patrimônio material patrimônio e imaterial se torna uma expressão rasa da história.

Os interesses são associados a práticas sociais que envolvem conflitos, contradições, consensos e hierarquias. Quando os saberes e fazeres tradições se manifestam de forma genuína, é compartilhado conhecimentos que fazem parte do repertório cultural de um grupo. Espera-se neste caso, que a experiência coletiva possa partir dos próprios produtores culturais e que os nativos das cidades históricas possam construir os significados representativos para as igrejas, casas, palácios e

⁴⁰ Entrevista cedida à autora no dia 31 de maio de 2024.

outros bens culturais. A riqueza do patrimônio cultural deve estar relacionada ao reforço da ideia de pertencimento coletivo, que reforça a identidade social dos grupos de forma em que os fetiches possam ser afastados (Veloso, 2006).

O patrimônio cultural bem compreendido revela diversas representações coletivas que estabelecem múltiplas conexões entre si (Veloso, 2006). Segundo Menezes (2006) o principal sujeito da cultura é o habitante local, visto que o termo "habitar" expressa um grau de apropriação. É o que cria as condições para a posse do patrimônio urbano. “[...] eu gosto muito de tudo aqui, os museus, as igrejas, eu acho tudo muito lindo, eu sou apaixonada pela minha cidade, a única coisa que eu não gosto é das ruas de pedra, (risos) de moto é horrível” (E13)⁴¹.

Como dizem que é pra preservar né, a parte histórica de Goiás, as igrejas, as coisas antigas de Goiás e como eu gosto muito de Goiás, então é uma boa porque está preservando uma coisa que eu gosto demais aqui de Goiás, Goiás pra mim é tudo. Se está cuidando, então vale (E14)⁴².

Sim, muito, concordo demais, acho que a forma, é a única forma né, pra gente conseguir proteger mesmo a história da nossa cidade, por mais que muita gente acha que tombamento histórico foi ruim, foi um retrocesso, eu acredito que não, porque é uma forma de proteger a nossa cultura e nossos acervos arquitetônicos então eu sou muito feliz pelo tombamento. De fato, existe algumas coisas que são mais complexas né, questão de estrutura da cidade que não pode mexer, no caso por exemplo, o fato de não ter acessibilidade no centro, é uma coisa que eu acho bem ruim né (E17).

Sinto (representada), o mercado meu avô teve um ponto lá, então mesmo eles reformando o mercado, pra mim é uma referência, a minha família e minha origem começou lá, entendeu? Meu avô, meu pai, minha mãe (E13).

Eu amo as igrejas, são lindas, a praça do coreto também eu gosto muito de frequentar, tem um sorvete que é uma delícia, o sorvete de Bauru, tem um lugar que eu gosto que acho que está fechado, chama Canta Galo, faz parte da minha vida, eu conheci meu marido foi nesse clube, era muita festividade. As igrejas é um lugar muito lindo, um lugar que eu amo demais. Eu gosto da praça do Chafariz, mas a praça do Coreto é mais movimentada, eu cresci indo para a praça do Coreto (E11).

O patrimônio pode ser alvo de grande amorosidade, desejo de cuidado e preservação, como pode ser objeto de grande hostilidade (Gonçalves, 2015). Nas entrevistas pôde ser identificado que há o desejo de cuidado pelos bens culturais por muitos moradores, enquanto outros não se sentem confortáveis com as condições necessárias que a patrimonialização exige e demonstram a necessidade de mudanças, alteração nas estruturas e nas formas de gestão do patrimônio.

⁴¹ Entrevista cedida à autora no dia 30 de maio de 2024.

⁴² Entrevista cedida à autora no dia 31 de maio de 2024.

Segundo Tamaso (2007) na cidade há algumas referências a um grupo nomeado pelos moradores da cidade de Goiás como "panelinha" ou "prefeitura paralela". Se trata de um grupo de pessoas que atuou ativamente a favor da preservação do patrimônio da cidade por longos anos, incluindo processos de reformas e restauração no centro histórico. "A categoria *panelinha* aponta para um número pequeno de moradores que controla a gestão da cultura e do patrimônio locais" (Tamaso, 2007, p.361). Na composição dessa panelinha aparecem os nomes: "Élder Camargo de Passos, Hecival Alves de Castro, Antolinda Baía Borges, Marlene Gomes de Velasco, Héber da Rocha Rezende Júnior e Fernando Cupertino de Barros" (p.354).

A gestão do espaço urbano e a definição de políticas públicas envolvem conflitos vivenciados pelos grupos que dirigem as entidades culturais e os moradores da cidade, devido a tentativa de controlar e preservar o conjunto patrimonializado. Determinados agentes controlam os lugares de memória no processo de invenção das tradições e assim, produzem interpretações acerca do passado usando a estratégia da imposição dos signos (Delgado, 2005).

As entrevistadas ao descreverem as suas percepções, relatam: "Eu acho que um grupo decidiu né, precisava dar um "up" assim, organizou o negócio e fez, e aí cada um pegou um pedaço, e o povo não entende muito bem até hoje né, depois de tantos anos de tombamento, sabe?" (E21).⁴³ As entrevistadas não esclarecem quem são as pessoas que compõe esses grupos, ainda assim é viva a ideia de que existem agentes interessados na promoção comercial do patrimônio, demonstrando o conflito decorrentes das relações de poder.

Existe um nicho que é a turma que se beneficia diretamente por isso, entendeu? Existem pessoas aqui na cidade que são extremamente beneficiadas financeiramente por todos os projetos, por todos os investimentos que acontecem, porém a esmagadora maioria não se sente representada, muito pelo contrário, se sentem excluídos porque tudo que é feito aqui, é feito pra esse lugar, é como se fosse feito para um nicho de pessoas sabe, a esmagadora maioria vai ter a mesma opinião que eu estou te falando (E22).⁴⁴

De acordo com Silva (2021), nas propostas integradoras do patrimônio, deve ser considerado que pode haver graves desencontros e contradições entre o patrimônio que é tombado e o patrimônio que é vivido.

⁴³ Entrevista cedida à autora no dia 03 de junho de 2024.

⁴⁴ Entrevista cedida à autora no dia 03 de junho de 2024.

O que a gente tem são adaptados, são copiados, tipo a cavalhada, não é uma coisa nossa, é uma coisa espanhola, sei lá (risos), então tem toda essa história, então quando vem as coisas nossas, os tapuias, folia de reis, aí a gente vai, participa, que é interessante, capoeira, as coisas estão aí no cotidiano da cidade, não é uma coisa organizada porque o governador vai vir, entendeu? (E21).⁴⁵

Scifoni (2014) faz uma crítica a cultura brasileira por estar ligada às elites econômicas, evidenciando que há poucos bens culturais de caráter popular. A herança histórica de proteção ao patrimônio no país acompanhou o modelo francês. Isso fez com que a memória seja voltada para aquilo que é monumental. Desta forma, construiu-se uma invisibilidade de determinados sujeitos sociais e de suas memórias, o que reproduz a desigualdade social.

Eu vou falar um trem que eu gosto, eu sou religioso e sou da igreja católica, nós tem uma folia de santa Luzia que nós manda nela e ela não é reconhecida, não tem apoio de nada, inclusive agora eu sou festeiro no próximo... 2025, 2026 e 2027 para não deixar acabar eu peguei a festa, e é uma folia que dá comida pra todo mundo no dia 6, todo mundo vai comer na minha casa, satisfação minha, isso aí que devia de tomar, à dança do congo, é essas coisas, tapuia [...] (E5).⁴⁶

Concordo (com o tombamento), mas acredito que precisaria ter mais flexibilidade, porque com todas as pessoas que você conversa daqui da cidade de Goiás, vai dizer que acha legal ser patrimônio da humanidade, mas assim, a comunidade em si quase não teve muito autonomia, porque alguns são impedidos de pintar a casa com as cores que deseja, então é muito rígido mesmo né. Mas eu acho importantíssimo, porque se a gente não preserva a gente perde né [...] (E12).⁴⁷

A partir das análises, pôde ser percebido que na cidade de Goiás, como proposto por Hall (1996), compreende-se a identidade como um processo, cria-se cenários que não são estáticos, mas, revelam conflitos e rupturas, e também mantém conservações. Britto (2023) chama a atenção para uma contradição, que diz respeito a patrimonialização do centro histórico da Cidade de Goiás ser uma tentativa de minimizar o ressentimento ocasionado pela transferência da capital, no entanto, potencializou novos conflitos.

“[...] no caso de Goiás, ecoa discursos que denotaram uma lógica controversa já que, para os moradores e moradoras entrevistadas, a política do patrimônio se manifesta de modo excludente, privilegiando o “centro histórico e fomentando outros ressentimentos” (Britto, 2023, p.19).

Segundo Gomide (2005) é inquietante investigar o tema da cidade associado à categoria "patrimônio histórico, pois o senso comum compreende "cidade histórica"

⁴⁵ Entrevista cedida à autora no dia 03 de junho de 2024.

⁴⁶ Entrevista cedida à autora no dia 23 de março de 2024.

⁴⁷ Entrevista cedida à autora no dia 28 de maio de 2024.

como espaço que foi congelado no tempo. No entanto, para a autora não é exatamente isso que acontece, pois os espaços são sociais e carregados de vivências que estão constantemente em movimento. Portanto, mesmo havendo edificações que façam lembrar do passado, estão em processo, dessa forma nenhuma cidade poderá ser congelada no tempo, mesmo que esta seja uma cidade histórica. Sobre concordar com o processo de patrimonialização do centro histórico, a entrevistada relata:

Em parte sim e em parte não, porque deixar as coisas organizadas e não demolir e não destruir eu até concordo, mas acabou parando muito a cidade, não pegou o centro só como o Coreto, a praça do Chafariz ali e a igreja do Rosário, pegou outras partes da cidade e colocou como centro e acabou travando o desenvolvimento da cidade, de por exemplo, eu moro na praça do Asilo e eu tenho uma casa aqui na praça do Asilo, se eu quiser pintar tem que pedir o IPHAN a cor, não pode mudar nada, a praça do Asilo não é o centro histórico, que eu saiba aqui não é tombado, mas eles não permitem (E13)⁴⁸.

É evidente que a convivência com o patrimônio do centro histórico da Cidade de Goiás e suas representações culturais apresenta aspectos conflituosos. Ao analisar como as pessoas se sentem em relação a essas referências culturais, percebe-se que alguns moradores expressam satisfação, enquanto outros demonstram sentimentos intensos de negação e revolta. Apesar dessa divisão nas percepções, os discursos revelam certa uniformidade entre aqueles que compartilham a mesma opinião, com falas padronizadas e repetitivas, como se as respostas estivessem previamente formuladas, aguardando apenas o momento certo para serem apresentadas.

Ao longo da pesquisa pôde ser identificado que a forma com que os moradores da cidade de Goiás percebem a representatividade do patrimônio cultural do centro histórico e seus significados, podem ser divididos em três grupos: Há aqueles que se sentem representados, de maneira em que expressam a existência da identificação com o patrimônio que pode chamar de seu. Há aqueles que não se sentem representados e declaram suas insatisfações e críticas que justificam tal posicionamento diante do patrimônio preservado. E há aqueles que se sentem parcialmente representados, mencionando os motivos que os levam a pensar em concordâncias e discordâncias acerca da patrimonialização do Centro Histórico.

Houve pessoas que se recusaram a participar da pesquisa por acharem que poderia causar problemas, houve até mesmo aqueles que falaram que não gostava do assunto ou cederam a entrevista demonstrando desconfiança, questionando se a pesquisa estava relacionada a política, esclarecendo que se fosse “coisa de política”,

⁴⁸ Entrevista cedida à autora no dia 30 de maio de 2024.

preferia não participar. Houve pessoas que chegaram a falar sobre suas percepções e desgostos com relação ao patrimônio e as limitações causadas por ele, mas pediram para não serem identificados na pesquisa, pois, não queria se expor ou causar problemas com o IPHAN ou outras autoridades. Isso demonstra o quanto o diálogo entre as instituições oficiais e a população local ainda é precário, favorecendo a tensão na relação com o patrimônio e a necessidade de manter opiniões encobertas pelo receio em falar sobre o que pensam e sentem, apresentando os conflitos do “não dito”.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para Oliveira (2000) há três importantes momentos para pesquisadores das ciências humanas que aumentam a validade do trabalho acadêmico. São eles o olhar, o ouvir e a escrita. Segundo o autor, ao decidir investigar um objeto de estudo, o olhar diante da forma de visualizá-lo já foi modificado. "Seja qual for esse objeto, ele não escapa de ser apreendido pelo esquema conceitual da disciplina formadora de nossa maneira de ver a realidade" (Oliveira, 2000, p.19).

O olhar e o ouvir, de acordo com Oliveira (2000), são os passos preliminares no trabalho de campo e está diretamente associado ao ato da escrita. Sendo assim, o objeto não é percebido como uma mera curiosidade pois há uma sensibilização por parte da teoria. Passa a ser visto, portanto, como um objeto de investigação pelo qual o domínio teórico por parte do pesquisador é essencial. No entanto, apenas o olhar etnográfico não é suficiente para a realização da pesquisa, o ouvir complementa o olhar que proporciona interação com o objeto de estudo.

O ato da escrita, é o momento de textualizar o que foi visto e ouvido e essa é uma tarefa de alta complexidade e de produção de conhecimento. A fase da escrita é considerada um ato cognitivo que exige tanto do ponto de vista formal, como da descrição da narrativa coletada no campo que leva ao aprofundamento da análise e consolidação dos argumentos (Oliveira, 2000).

Inicialmente foi realizado uma pesquisa bibliográfica, artigos científicos, dissertações e livros foram consultados para explorar os temas: patrimônio cultural e a história da Cidade de Goiás, bem como o tema do patrimônio da cidade de Goiás e sua relação com a comunidade local. A revisão bibliográfica proporcionou uma

compreensão aprofundada do contexto histórico, social, cultural e arquitetônico da região, fornecendo uma base sólida para a condução da pesquisa empírica.

Para Bosi (1993) as pesquisas devem ter uma fundamentação que unido as informações que serão coletadas pelos entrevistados, constroem o resultado do estudo. A autora chama de “tendência teórica”, o que faz parte do método de um trabalho científico e guia a hipótese da pesquisa até a interpretação dos dados colhidos.

Partindo da perspectiva de que o patrimônio é, ou pelo menos deveria ser, fruto das relações, as fontes orais foram usadas para análise da representatividade do patrimônio do Centro Histórico na percepção das pessoas que convivem com o centro cultural. As entrevistas realizadas com moradores do centro e da periferia da Cidade de Goiás, juntamente com as informações contidas no Dossiê possibilitou explorar os processos de construção social, identitária e suas representações, que foram associados ao estudo do patrimônio cultural, especificamente ao centro histórico da cidade, que é o objeto de estudo da pesquisa.

Nesta etapa, foi explorado o vínculo entre as pessoas da região periférica e do centro da cidade, com o patrimônio que se encontra no centro histórico, avaliando se os bens patrimoniais do centro histórico são realmente uma referência cultural para elas, levando em consideração os aspectos atribuídos a formação da identidade. As perguntas contidas da entrevista semiestruturada, foram voltadas para a identificação da importância do patrimônio na vida dos moradores da região que residem no centro histórico e arredores, o que elas pensam sobre viver em uma cidade patrimônio, se existe a noção de pertencimento com o lugar e o sentido e significados designados a representações culturais do local.

A história oral permitiu conhecer mais sobre as relações afetivas que sustentam a memória da comunidade que se mantém vivas. Segundo Bosi (1993), a pergunta direciona para a origem da interpretação final. A história oral enriquece as pesquisas pois agrega valores a outras fontes como documentos, objetos e dados disponíveis nas referências bibliográficas. Há informações que estão disponíveis na memória das pessoas e são capazes de gerar novas perspectivas (Santos e Silva, 2002).

Este é um método muito usado nas pesquisas das ciências humanas e possibilita melhor compreensão do objeto de estudo. O uso de entrevistas é fundamental quando o objetivo da pesquisa é mapear práticas, identificar valores e

crenças no universo social específico e onde não há risco para a segurança daquele que fornece informações ao pesquisador. Quando a entrevista é bem estabelecida, é possível coletar informações acerca do modo como os sujeitos de um grupo percebem os significados da sua realidade, levantando dados que em geral não podem ser acessados por outros formatos de pesquisa (Duarte, 2004).

[...] um método inovador, capaz trazer à tona, fatos nem sempre abordados nos estudos da história acadêmica tradicional, detalhes que fazem diferença quando se quer demonstrar algo que precisa ir além do que as publicações, documentos, fotografias e quaisquer outros registros podem mostrar (Santos e Silva, 2022, p.45).

É uma forma de buscar informações que nem sempre estão disponíveis em outras fontes de estudos. A história oral como método de pesquisa favorece dados qualitativos e assim, o número de participantes pode ser reduzido em comparação com a pesquisa quantitativa, mas isso não implica necessariamente em prejuízos para o estudo e unidas a outras fontes de pesquisa, os dados são devidamente ancorados (Santos e Silva, 2002).

É importante que o entrevistador esteja preparado para acolher o entrevistado e não o induzir as respostas que seja de interesse do entrevistador, por isso, é coerente mais ouvir do que falar e nesta fase assumir um papel de receptor. Deve ser ressaltado a necessidade ética quanto a fidelidade da fala nas transcrições dos depoimentos, buscando expressar ao máximo do que o participante realmente compartilhou na sua participação. A pesquisa qualitativa permite maior envolvimento com o objeto de estudo, a partir daí, é possível se aproximar dos sentimentos, percepções e representações que o entrevistado tem acerca do objeto (Santos e Silva, 2002).

Foi respeitado a liberdade daqueles que não tiveram interesse em participar das entrevistas e da pesquisa. Foi tomado os cuidados devidos com a narrativa dos entrevistados, foi buscado ouvi-los na sua integralidade, acolhendo as emoções e angústias que se manifestaram durante a recordação das memórias e exposição das suas opiniões. Os entrevistados receberam esclarecimento quanto ao objetivo da pesquisa deixando claro sua a liberdade para aceitar ou negar a sua participação.

Foi apresentado o TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, contendo informações sobre o tema e os objetivos do estudo, que também foram verbalizadas pelo pesquisador. As pessoas abordadas puderam tirar todas as suas dúvidas sobre a pesquisa e sua participação. Como critério de inclusão, foi inserido

no processo, pessoas que residem no centro histórico e nas regiões periféricas da cidade, homens e mulheres.

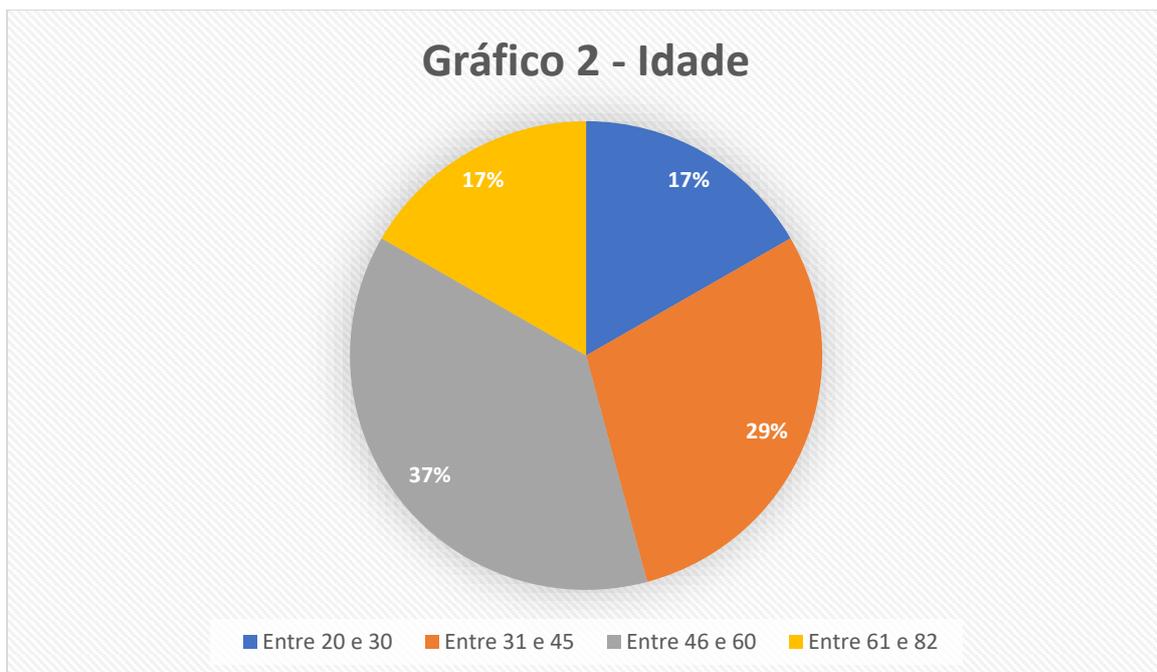
Com base em preocupações metodológicas foram selecionadas contribuições mais próximas com o recorte temático, dessa forma, foram incluídas na pesquisa, pessoas que moram a pelo menos 20 anos na cidade, pois essas viveram o momento histórico em que a cidade recebeu o título de Patrimônio Cultural da Humanidade pela Unesco – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, em 2001.

Assim, os entrevistados tinham melhores condições de responder perguntas sobre o sentido que o patrimônio estabelece na identidade das pessoas, considerando suas experiências na convivência com o espaço, o centro histórico. Foi coletado informações acerca do ponto de vista dessas pessoas com relação ao centro histórico da Cidade de Goiás, na perspectiva de quem mora e quem não mora na região, o que tornou possível comparar as percepções da comunidade sobre o mesmo espaço.

“Em suma, o conceito de referência cultural ressalta o processo de produção e reprodução de um determinado grupo social e aponta para a existência de um universo simbólico compartilhado” (Velooso, 2006, p. 444). Nesse sentido, entende-se que há importância em considerar o tempo de convivência e interação que o entrevistado possui com o centro histórico, constituindo a construção da memória acerca do lugar e suas significações frente ao ambiente e suas relações. Assim, a autora ressalta que “a memória, é sim um trabalho sobre o tempo, mas sobre o tempo vivido, conotado pela cultura e pelo indivíduo” (Bosi, 1993, p.281).

A pesquisa possui caráter qualitativo, ou seja, valorizou-se compreender os significados e representações que não podem ser quantificados. Esta metodologia “[...] corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização das variáveis” (Minayo, 2001, p.22). Na pesquisa qualitativa, o pesquisador busca explicações dos valores simbólicos diante dos fatos, de forma a compreender os significados das ações humanas e suas relações (Gerhardt e Silveira, 2009).

Foram realizadas entrevistas semiestruturadas que contou com 24 participantes, do sexo masculino e feminino (fig.43), entre 23 e 82 anos (fig.44), moradores do centro histórico e região periférica da cidade.



O emprego dessa ferramenta permitiu a flexibilidade para explorar percepções subjetivas sobre o tema, favorecendo uma análise abrangente e significativa da relação entre os moradores e o centro histórico da Cidade de Goiás. Segundo Duarte (2004) muito do que é dito em contextos de entrevistas é subjetivo, é levado em consideração o que o sujeito vivencia e analisa a partir do seu meio social e isso leva o pesquisador pensar a dimensão coletiva.

Em contrapartida, cabe ao pesquisador “desconfiar” dos entrevistados e reconhecer que há a possibilidade de o participante criar um personagem e responder as perguntas com base no que ele acredita que é mais coerente para ele ou com base no que ele acha que o entrevistador deseja ouvir. “Assim, nem tudo o que o informante diz deve ser tomado como “verdade”; trata-se da verdade dele, do ponto de vista dele, que precisa ser confrontado com outros olhares e com a prática observada no campo pelo pesquisador” (Duarte, 2004, p.223). Ou seja, se trata do que o interlocutor compreende acerca do objeto e suas representações, que é justamente o que esta pesquisa se propôs a investigar, portanto, cabe ao pesquisador fazer a leitura crítica que circunda o objeto de estudo.

A boa entrevista na pesquisa qualitativa irá envolver a habilidade com a comunicação verbal por parte do entrevistador, além de paciência para ouvir com atenção o entrevistado. Este recurso é eficiente para a obtenção de dados, que buscam referências diretas acerca do comportamento social, facilitando o estudo que compreende crenças, valores e sentimentos dos envolvidos.

Como critérios de exclusão, foram excluídas pessoas que habitam a cidade a menos de 20 anos. As informações disponibilizadas pelos entrevistados através da fala foram gravadas, após dada a autorização para tal. As entrevistas foram realizadas individualmente, com apoio de um roteiro. Em seguida, o áudio foi transcrito e utilizado para interpretação dos dados associando as referências bibliográficas escolhidas e documentos históricos, o que resultou na descrição dos resultados no relatório técnico.

Durante as entrevistas, os participantes foram encorajados a expressar livremente suas opiniões, experiências e percepções sobre o Centro Histórico, sem qualquer tipo de julgamento ou influência externa. Além disso, é importante ressaltar que as entrevistas foram realizadas em diversos contextos, visando proporcionar uma variedade de perspectivas sobre a relação dos moradores com o centro histórico. Algumas entrevistas foram conduzidas nas residências dos participantes, proporcionando um ambiente familiar e confortável para a troca de informações. Outras foram realizadas em locais públicos, como no Mercado Municipal e Praça do Coreto, locais de encontro e interação social na comunidade, permitindo uma abordagem mais dinâmica.

A disponibilidade e a disposição para participar do estudo foram levadas em consideração. Algumas pessoas não estavam disponíveis no momento em que foram abordadas, mas forneceram seus números de telefone, permitindo o agendamento de entrevistas por videochamada para uma data posterior. As entrevistas tiveram duração média de 25 a 30 minutos cada, incluindo a explicação do TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Para preservar a identidade dos entrevistados, seus nomes originais não foram utilizados ao longo do texto. Em vez disso, foi empregada a inicial "E" para se referir à palavra "entrevistado", seguida pelo número correspondente à ordem de realização das entrevistas. Por exemplo, o relato da primeira pessoa entrevistada é identificado como "E1". Assim, ao longo do texto, as referências aparecerão da seguinte forma: (E1), (E2), (E3) e assim sucessivamente.

Para a coleta de dados históricos, foi realizada uma análise documental do Dossiê Proposição de Inscrição da Cidade de Goiás na Lista do Patrimônio da Humanidade - 1999. Esse documento permitiu encontrar narrativas e séries discursivas que, conforme Delgado (2005) destaca, articulam o passado, o presente e o futuro no contexto do processo de patrimonialização do centro histórico da Cidade de Goiás.

Também conhecido como o Dossiê de Goiás, trata-se de um documento que foi construído e utilizado para a inscrição da Cidade de Goiás, na lista do Patrimônio Mundial da Humanidade. Assim, pôde ser observado os motivos que levaram a solicitação do reconhecimento do centro histórico como patrimônio cultural da humanidade. Além do Dossiê, foram consultados os volumes 1 ao 5 do Processo de Tombamento que descreve a trajetória do tombamento do centro histórico da Cidade de Goiás, disponíveis no IPHAN da unidade de Goiânia.

Veloso (2006) chama a atenção para a importância de pesquisas que relacionam o patrimônio cultural aos conflitos presentes na comunidade. Além disso, alerta o pesquisador da área do patrimônio para que não cometa o erro de focar a sua pesquisa apenas nas belezas atrativas que os bens culturais possuem ou nos eventos de manifestações patrimoniais, pois este está vinculado a um grupo social específico que merece o protagonismo.

4. PRODUTO FINAL

A elaboração de um produto é parte integrante do relatório técnico é pré-requisito para conclusão do Mestrado Profissional em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio – PROMEP. Visa a aplicação prática e direta do conhecimento científico, como forma de oferecer para a comunidade uma devolutiva de utilidade social. Sendo assim, criou-se um vídeo curto para representar o resultado desta pesquisa.

A produção do vídeo apresenta as diferentes percepções sobre o patrimônio cultural do Centro Histórico da Cidade de Goiás, a partir da perspectiva da comunidade local. Foram selecionadas quatro entrevistas que refletem os perfis de moradores identificados nesta pesquisa. São eles: aqueles que se sentem representados, os que não se sentem representados e os que se sentem parcialmente representados pelo patrimônio tombado do Centro Histórico da cidade.

Para a produção do vídeo, foi necessário a colaboração de um profissional que atua no campo do designer áudio visual e edição de vídeo, que possibilitou utilizar da sua prática para editar, associando filmagens dos entrevistados e imagens da cidade, com o apoio da autora que estruturou do conteúdo e a sequência de apresentação.

4.1 - O formato definido

A criação do vídeo teve a intenção de documentar o trabalho no formato audiovisual, para que pudesse ser compartilhado com facilidade através de aparelhos eletrônicos, como smartphones, computadores e tablets, tornando o conteúdo de fácil acesso, visto que o compartilhamento através das redes sociais pode ocorrer de forma instantânea. Além disso, imagens combinadas a áudios e vídeos tendem a chamar mais a atenção do público, podendo aumentar o alcance do vídeo.

O objetivo deste produto foi possibilitar a visualização da forma com que os moradores da Cidade de Goiás percebem o patrimônio do Centro Histórico da cidade com praticidade e autonomia para acessar o conteúdo sempre que desejar. O vídeo tem 17 minutos e 23 segundos de duração, foi legendado para facilitar a compreensão do conteúdo e foi postado no Youtube para simplificar o compartilhamento a partir do link gerado, ou por meio de buscas no Google.

4.2 - Público-alvo

Houve o intuito de alcançar um público diverso, desde a comunidade local da Cidade de Goiás, como ambientes escolares e acadêmicos, onde há pessoas interessadas em acessar conteúdos relacionados às representações sociais, ao patrimônio, à identidade e ao Centro Histórico da Cidade de Goiás. O objetivo foi que o vídeo pudesse expor o conteúdo com uma linguagem de fácil compreensão para atrair o interesse das pessoas de modo em que ficasse claro os resultados obtidos e descritos no relatório técnico. O vídeo pode ser acessado por qualquer pessoa que tenha em mãos um aparelho de reprodução de mídia e poderá ter ampla circulação visto que poderá ser compartilhado através da internet.

4.3 - O impacto sobre a comunidade

A apresentação do vídeo em formato de roda de conversa possibilitou uma reflexão aprofundada sobre a maneira como a comunidade se relaciona com o sítio patrimonializado da cidade e os significados a ele atribuídos. O material apresentou os resultados de uma pesquisa acadêmica que reuniu diferentes perspectivas e opiniões dos próprios moradores, destacando a diversidade de percepções sobre o patrimônio cultural. Além disso, o vídeo alcançou um público mais amplo através do compartilhamento na internet, incluindo moradores que não participaram diretamente da pesquisa, contribuindo para que mais pessoas não apenas conhecessem os diversos pontos de vista, mas também utilizassem o conteúdo como base para suas próprias reflexões acerca do tema discutido.

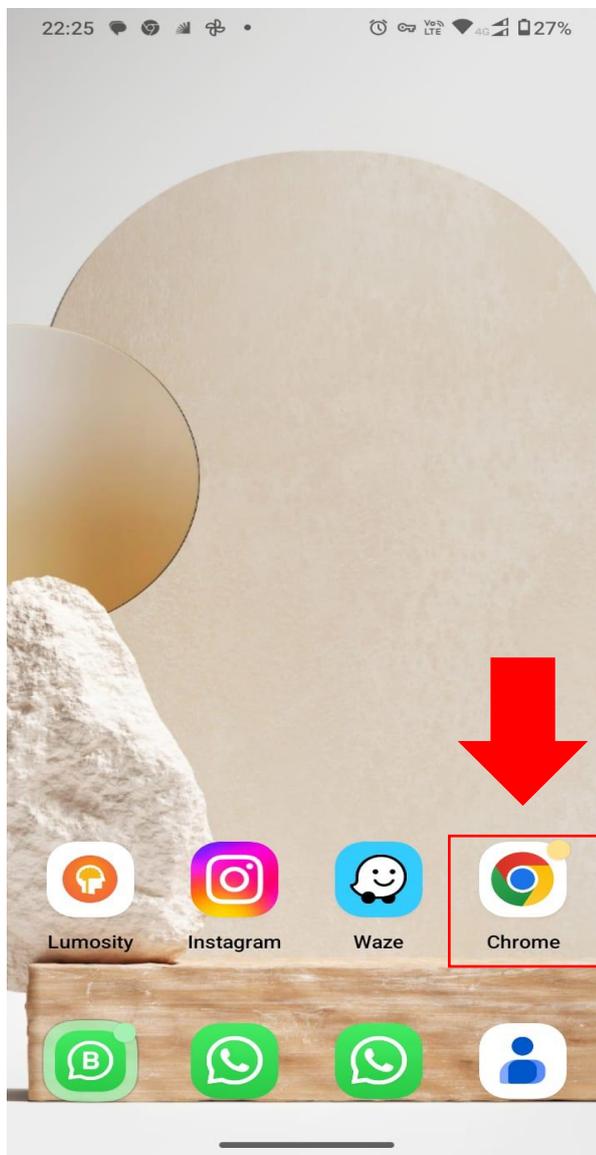
5. APLICAÇÃO DO PRODUTO

5.1 Manual de uso do Produto

O vídeo pode ser reproduzido em celulares, computadores e tablets. Por já estar armazenado no Youtube, o acesso torna-se mais prático e fácil. É necessário que o aparelho esteja devidamente carregado e conectado à internet para que possa ser acessado.

No celular:

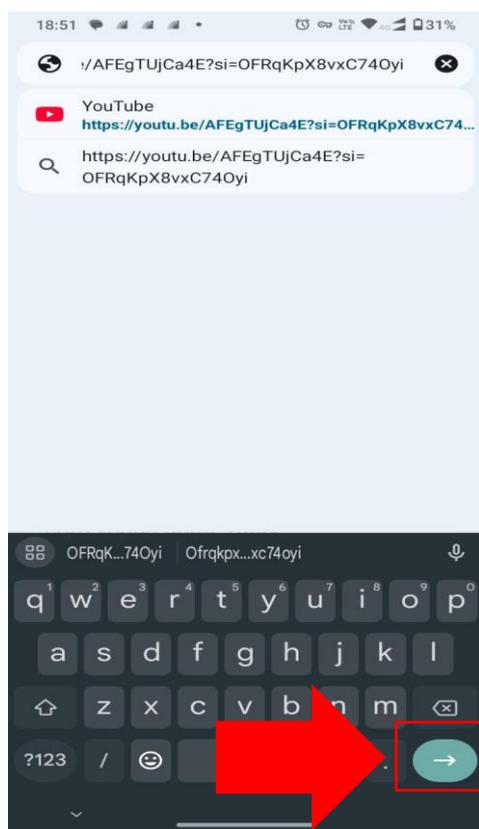
1° Copie o link: < <https://youtu.be/AFEgTUjCa4E?si=OFRqKpX8vxC74Oyi>> e clique no ícone do navegador do celular;



2° Ao abrir o navegador, cole o link copiado para que seja realizada a busca no Google;



3° Em seguida, clique na tecla *Enter*.



4° Você será direcionado (a) à uma página no YouTube, onde o vídeo será reproduzido;



18:52 31%

m.youtube.com/watch?v

YouTube

Descrição

**Patrimônio Cultural da Cidade de Goiás:
representações do Centro Histórico para os
moradores locais**

Lorrany Ribeiro

0 4 17 de nov.
Marcações "Gostei" Visualizações 2024

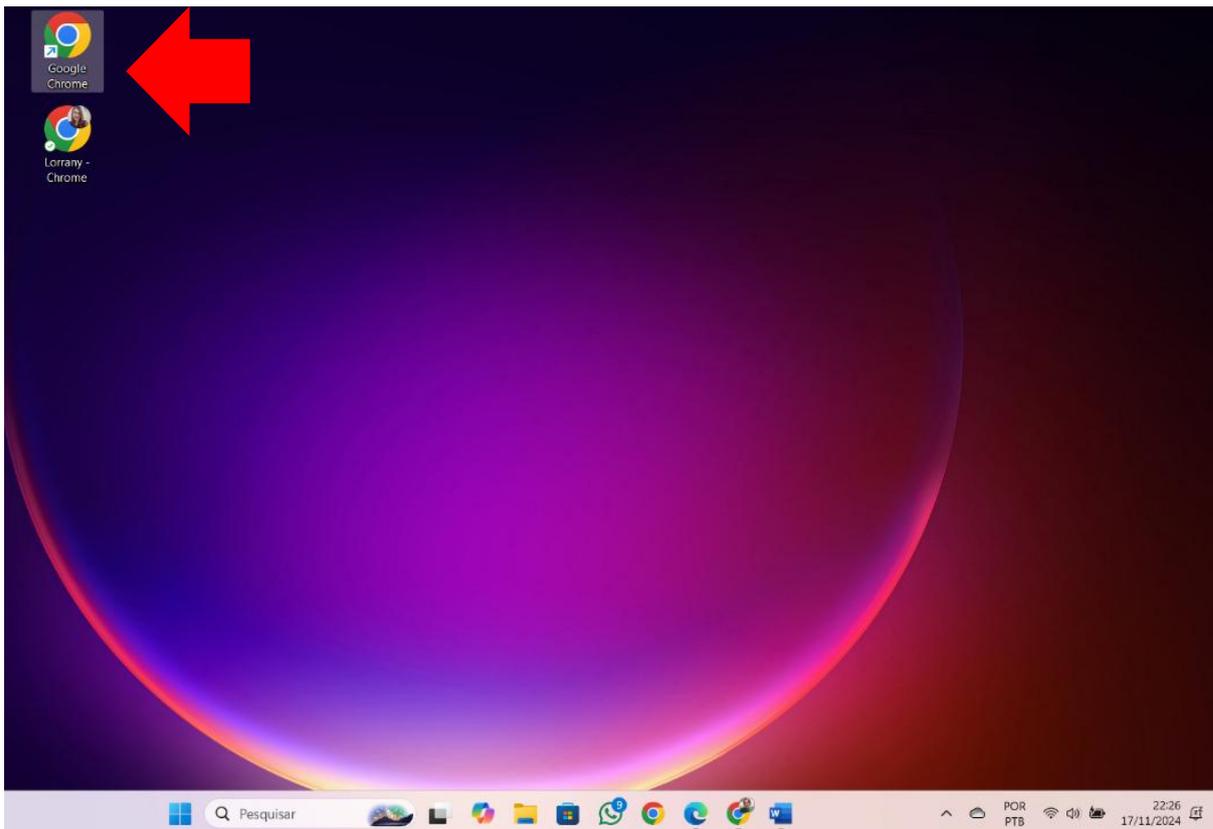
Este vídeo é o produto final do mestrado em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio pela Universidade Estadual de Goiás (UEG). Ele apresenta os resultados de uma pesquisa que explora as diversas percepções e representações dos moradores locais sobre o centro histórico da Cidade de Goiás, reconhecido como patrimônio mundial pela UNESCO. O objetivo foi de ...mais

Lorrany Ribeiro

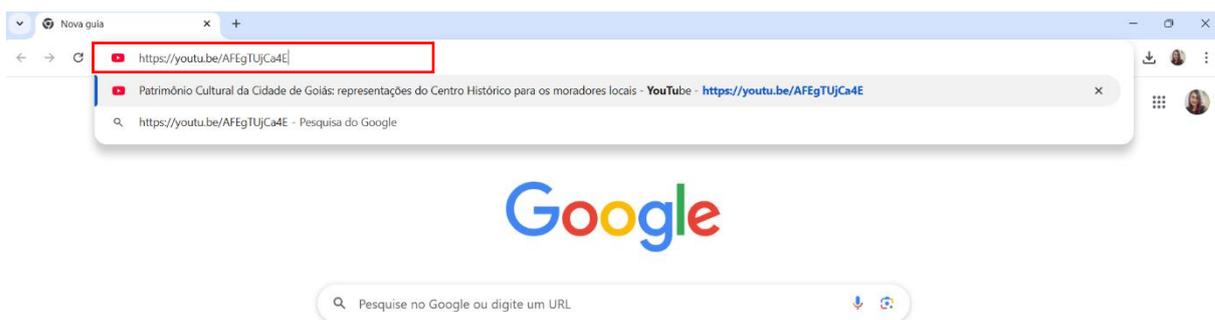
Vídeos Sobre

No computador:

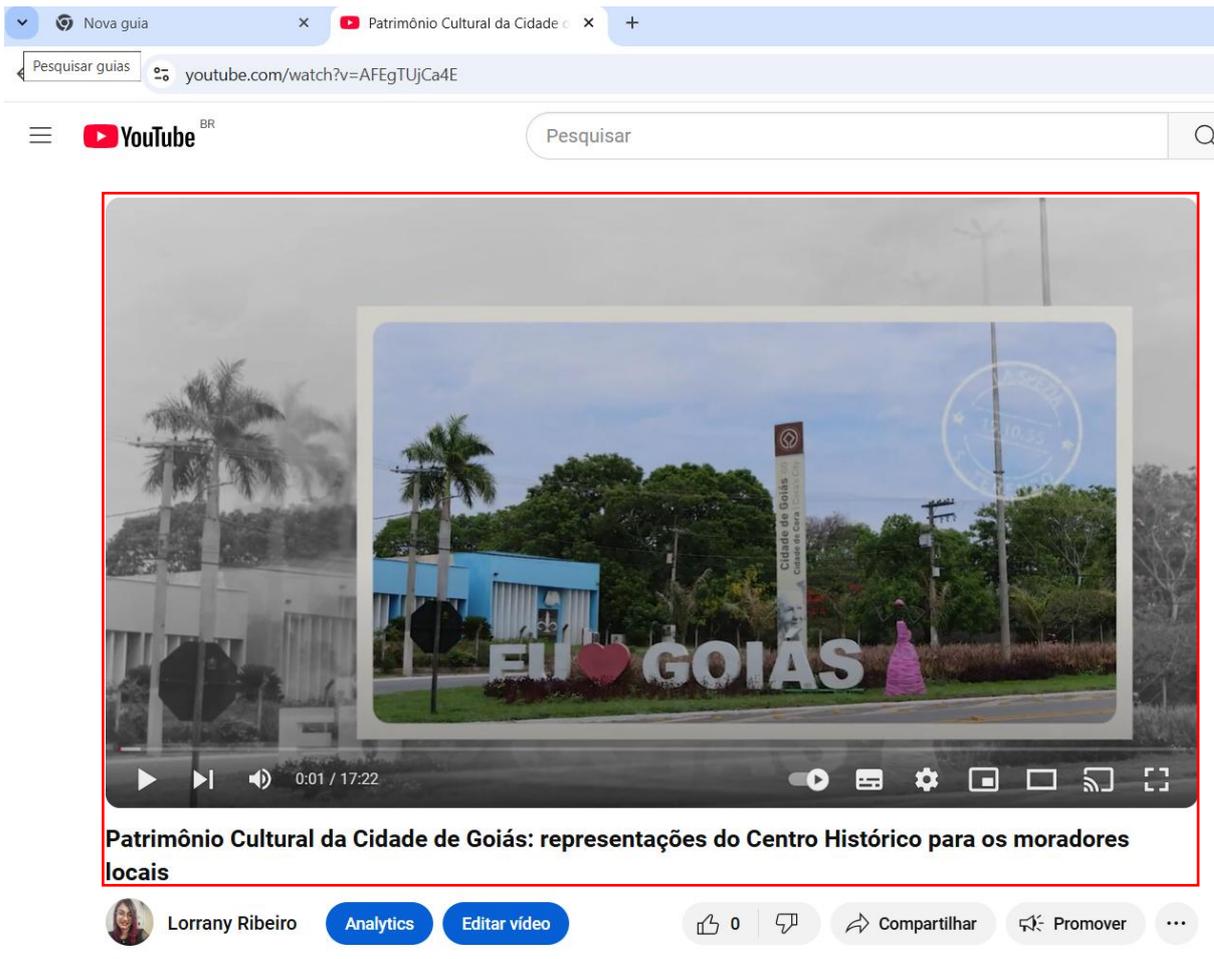
1º Copie o link: < <https://youtu.be/AFEgTUjCa4E?si=OFRqKpX8vxC74Oyi>> e clique no ícone do navegador do computador;



2º Ao abrir o navegador (Chrome/Edge/Firefox) e cole o link copiado para que seja realizada a busca no Google;



3º Em seguida, pressione a tecla *Enter* para ser redirecionado (a) a uma página do YouTube, onde o vídeo será reproduzido;



Nova guia x Patrimônio Cultural da Cidade de Goiás x +

Pesquisar guias youtube.com/watch?v=AFegTUjCa4E

Pesquisar

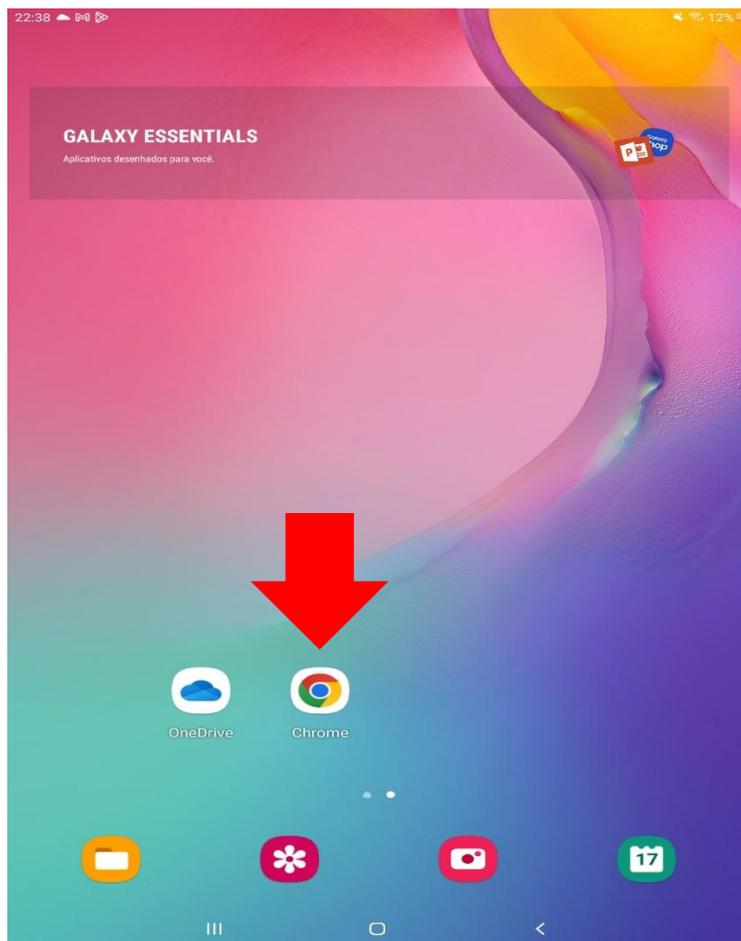
0:01 / 17:22

Patrimônio Cultural da Cidade de Goiás: representações do Centro Histórico para os moradores locais

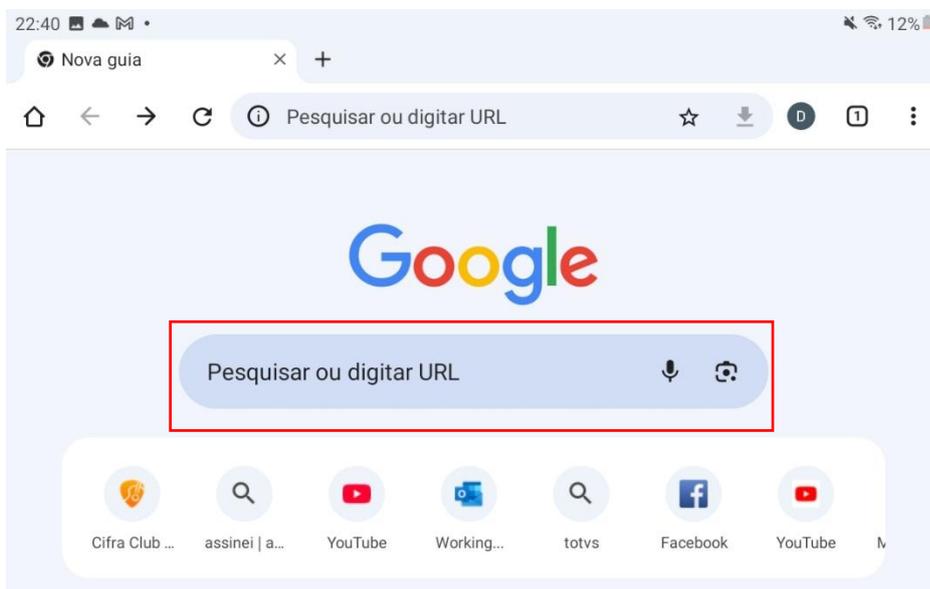
Lorrany Ribeiro Analytics Editar vídeo 0 Comentários Compartilhar Promover ...

No tablet:

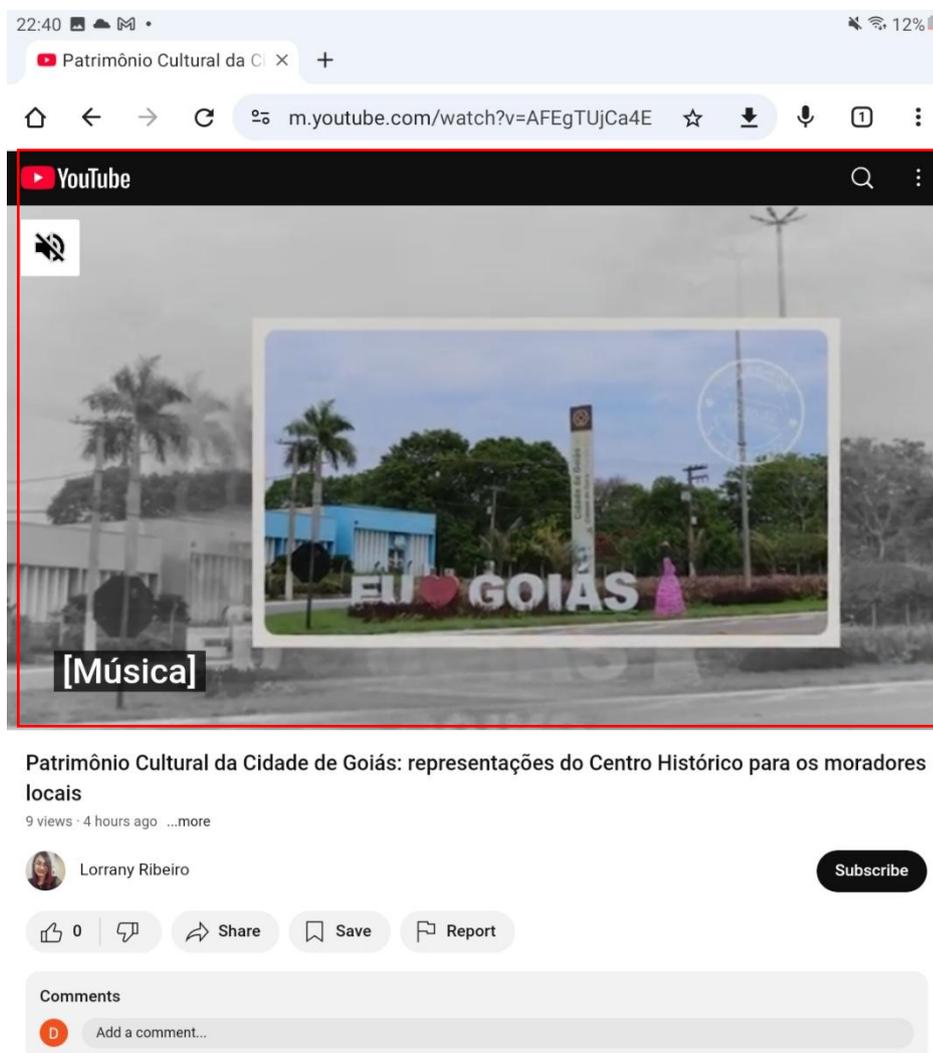
1º Copie o link: < <https://youtu.be/AFegTUjCa4E?si=OFRqKpX8vxC74Oyi> > e clique no ícone do navegador do tablet;



2º Ao abrir o navegador, cole o link copiado para que seja realizada a busca no Google;



3° Em seguida, você será direcionado (a) a uma página do YouTube, onde o vídeo será reproduzido;



5.2 Aplicação na comunidade participante e devolutiva

O vídeo foi apresentado a uma parte dos participantes da pesquisa, bem como a outros moradores da cidade, incluindo vizinhos, familiares e amigos, que foram convidados para assistir à exibição e participar de uma roda de conversa sobre os resultados da pesquisa. Para tanto, o local e o horário da apresentação foram previamente informados. A iniciativa buscou proporcionar um momento de reflexão sobre o significado do patrimônio cultural, as condições necessárias para que o centro histórico seja preservado como patrimônio e a importância da participação dos

moradores nas decisões relacionadas ao tema. Esse engajamento é essencial para fomentar o diálogo com as instituições oficiais, facilitar a mediação de conflitos e esclarecer dúvidas sobre como o patrimônio do centro histórico influencia a vida cotidiana das pessoas. Além disso, a apresentação também teve como objetivo ouvir as opiniões dos participantes sobre os resultados da pesquisa e o material produzido, promovendo um ambiente de troca de ideias e diálogo construtivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreender as representações e significados do patrimônio do Centro Histórico da Cidade de Goiás pela perspectiva dos moradores foi o objetivo desta pesquisa. Ao investigar sobre o que as pessoas que moram na região pensam e sentem com relação ao patrimônio, buscando identificar o que este representa para a comunidade, foi possível identificar implicações presentes nas construções sociais e significados comuns.

Diante do reconhecimento pelas instituições oficiais, foi questionado se os moradores da cidade percebem o centro histórico como representação da cultura e da história local. Foi percebido que a patrimonialização reflete grandes complexidades que envolvem o comércio local, a política e as relações de poder que lida com o patrimônio como um status que valoriza a identidade, paralelo a outro grupo que vive questões sociais que denunciam contradições.

A partir das noções de primeiridade, secundidade e terceiridade proposto por Pierce (2005), para a formação do sistema de signos, podemos associar a ideia e a construção da noção de patrimônio do Centro Histórico da Cidade de Goiás, como o primeiro, pois se trata do patrimônio em sua originalidade, o início. A estruturação física do monumento e as manifestações materiais ou imateriais, é o segundo, sua corporificação. Por fim, o terceiro, se trata dos efeitos que as representações do objeto podem causar no sujeito em função das interpretações dos significados.

As opiniões são divididas e muitos acreditam que a comunidade geral não é quem recebe os maiores benefícios e que o patrimônio favorece um grupo de pessoas da cidade ou até mesmo os turistas. A representatividade cultural da comunidade local se revela de forma conflituosa, na forma de apropriação e interação com este espaço. O ideal é que a relação com o patrimônio e sua representatividade estejam associados

a história e a vida destas pessoas, pois são elas que dão o valor simbólico e significação de acordo com o sentido que o objeto representa em sua cultura, de acordo com a noção de patrimônio bem compreendido (Veloso, 2006).

As representações devem ser entendidas como uma forma de compreender e comunicar aquilo que já existe, com o objetivo de abstrair sentido do mundo e inserir organização e percepções de modo em que seja dado significado as coisas. A representação está associada a imagem e ao significado do objeto, dito em outras palavras “[...] a representação iguala toda imagem a uma ideia e toda ideia a uma imagem” (Moscovici, 2007, p.46).

Segundo Moscovici (2007), as representações são resultadas das interpretações das sucessivas gerações que ao longo do tempo criam sequências de elaborações. Concluiu-se que o patrimônio do Centro Histórico da Cidade de Goiás carrega consigo representações repletas de controvérsias e não há um consenso entre os moradores quanto a se sentirem ou não representados, visto que foram exibidos conflitos representativos e identitários divergentes e que influenciaram na percepção dos significados do patrimônio.

REFERÊNCIAS

1. Listagem dos acervos e fontes

BRASIL. Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1937. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm>

Câmpus Cora Coralina – Sede: Cidade de Goiás. UEG. Disponível em: https://www.ueg.br/campuscoracoralina/conteudo/4689_apresentacao. Acesso em: 20 de julho de 2024.

DOSSIÊ – proposição de inscrição da cidade de Goiás na lista de patrimônio da humanidade. IPHAN E FUPEL. 1999.

Goiás. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. IPHAN. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/362/>. Acesso em: 20 de janeiro de 2024.

Processo de tombamento da Cidade de Goiás digitalizado, volume 1, processo nº 0345-T-42, disponível na Superintendência do Iphan em Goiás – Goiânia, 2016.

Processo de tombamento da Cidade de Goiás digitalizado, volume 4, processo nº 0345-T-42, disponível na Superintendência do Iphan em Goiás – Goiânia, 2016.

Processo de tombamento N° 0345-T-42. Anexo II. Disponibilizado pela superintendência do IPHAN de Goiás - Goiânia.

Processo de tombamento N° 0345-T-42. Anexo IV. Disponibilizado pela superintendência do IPHAN de Goiás - Goiânia.

Procissão do Fogaréu em Goiás atrai devotos. IPHAN, 2016. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/3517/procissao-do-fogareu-em-goias-atrai-devotos>. Acesso em: 22 de julho de 2024.

Monumentos. Secretaria do Estado de Goiás, 2012. Disponíveis em: <https://goias.gov.br/cultura/monumentos/>. Acesso em: 20 de junho de 2024.

2. Bibliográfica

AGUIAR, Leila Bianchi. Cidade morta, cidade monumento, cidade turística: a construção de memórias sobre Ouro Preto. In: CASTRO, C; MAGALHÃES, V E GUIMARÃES, A. História do turismo no Brasil. Rio de Janeiro : Editora FGV, 2013.

ALENCASTRE, J. M. P. de. Anais da província de Goiás. Goiânia: SUDECO, 1979.

ALMEIDA, A. M. de O; SANTOS, M. F. S. A Teoria das Representações Sociais. In: TORRES, Cláudio Vaz; NEIVA, Elaine Rabelo (Org.). **Psicologia Social**: principais temas e vertentes. Porto Alegre: Artmed, 2011.

ARANTES, O. Uma estratégia fatal: A cultura nas novas gestões urbanas. In: ARANTES, O; VAINER, C; MARICATO, E. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. 3° edição. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

ARAÚJO, S. C. Segregação socioespacial na cidade de goiás: uma análise a partir dos setores centro histórico e residencial tempo novo. Monografia apresentada à Universidade Estadual de Goiás como requisito parcial para obtenção de licenciatura em Geografia. UEG. Cidade de Goiás, 45p. 2009. Disponível em: <<http://www.btdtd.ueg.br/handle/tede/1309>>

ASSIS, W. R. Estudos de História de Goiás. Goiânia: Editora Vieira, 2° edição, 2009.

BERTONI, L. M; GALINKIN, A. L. Teoria e métodos em representações sociais. In: MORORÓ, L. P., C, M. E. S., ASSIS, R. A. M., orgs. Notas teórico-metodológicas de pesquisas em educação: concepções e trajetórias [online]. Ilhéus, BA: EDITUS, 2017, pp. 101-122. Disponível em: <10.7476/9788574554938.005>

BERTRAN, Paulo. História da terra e do homem no planalto central – Eco história do Distrito Federal: do indígena ao colonizador. Brasília: Verano, 2000.

BORBA, O. F. Cidade de Goiás – Formas urbanas de definições de usos. Goiânia, 1998.

BOSI, E. A pesquisa em memória social. **Psicologia USP**, vol.4, n° 1-2, p. 277–284, 1993. Disponível em:
<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-51771993000100012>

BRASIL, A. A. Pela História de Goiás. Goiânia: Editora UFG, 1980.

BRITTO, C. C. O “desencantamento das máscaras” ou uma cartografia precursora no campo do patrimônio em Goiás. In: CARNEIRO, Keley Cristina. Cartografias de Goiás: patrimônio, festas e memórias. Belo Horizonte: Letramento, 2023.

CARNEIRO, K. C. Cartografias de Goiás: patrimônio, festas e memória. 1° edição. Belo Horizonte: Letramentos, 2023.

CHAUL, N. F. A construção goiana e a transferência da capital. Goiânia, Centro Editorial e Gráfico da UFG, 1988.

CHUVA, M. Preservação do patrimônio cultural no Brasil: uma perspectiva histórica, ética e política. In: Patrimônio cultural: políticas e perspectivas de preservação no Brasil. Rio de Janeiro, Mauad, 2012.

_____. Por uma noção da história do patrimônio cultural no Brasil. **Revista do Patrimônio Histórico e artístico nacional**, n. 34, 2012, p. 147-165. Disponível em:
<<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Numero%2034.pdf>>

_____. SPHAN/IPHAN. In: Dicionário temático do patrimônio: debates contemporâneos. Campinas – SP, Editora Unicamp, 1° edição, 2020.

CAMPOS, F. I. Cidade, espaço e dominação. *Boletim Goiano de Geografia* 14(1):61-75, 1994.

_____. Mudança da capital: uma estratégia de poder. In: Cadernos do Indur, estudos urbanos e regionais, Goiânia, n° 2, 1980.

COSTAS, F. A; FERREIRA, L. S. Sentido, significado e mediação em Vygotsky: implicações para a constituição do processo de leitura. **Revista Iberoamericana de Educación**. N.º 55 (2011), pp. 205-223.

DELGADO, A. F. Goiás: A invenção da cidade “Patrimônio da Humanidade”. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 11, n. 23, p. 113-143, 2005. Acesso em: <<https://www.scielo.br/j/ha/a/nwWQ4BzjvFqbPpbFVv8K37s/?lang=pt>>

DELGADO, A. F. Cora Coralina: a poética do sabor. Florianópolis, v.4, n.1, julho de 2002, p. 59-83.

DUARTE, R. Entrevistas em pesquisas qualitativas. *Educar*, Curitiba, n. 24, p. 213-225, 2004. Editora UFPR.

FLORÊNCIO, S. Educação patrimonial: histórico, conceitos e processos.

Brasília: Iphan, 2014.

FONSECA, Maria Cecília Lourdes. Referências Culturais: Base para Novas Políticas de Patrimônio. In: O Registro do Patrimônio Imaterial: dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho do Patrimônio Imaterial, 2ª ed. Brasília: IPHAN, 2003.

GERHARDT, T. E; SILVEIRA, D. T. Métodos de pesquisa. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GOMIDE, C. H. Vazio e dor, patrimônio e revanche: algumas considerações sobre a história urbana a partir das narrativas orais. Cadernos CERU, série 2, nº 16, 2005.

GONÇALVES, J. R. S. O patrimônio como categoria do pensamento. In: Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro. Editora DP&A, 2003.

GONÇALVES, José Reginaldo. A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro; editora UFRJ: IPHAN, 1996.

_____. O mal-estar no patrimônio: identidade, tempo e destruição. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, v. 28, n. 55, p. 211-228, 2015.

HALL, S. Identidade cultural e diáspora. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Nº. 24. Brasília: Minc/IPHAN, 1996, pp. 68-76.

_____. Quem precisa de identidade? In: Identidade e diferença: A perspectiva dos Estudos Culturais. 15ª edição, Petrópolis – RJ: Vozes, 2014.

_____. Cultura e representação. Editora Puc Rio: Apicuri, Rio de Janeiro, 2016.

IPHAN, **Cartas patrimoniais**, 3ª ed. Rio de Janeiro: Iphan, 2004.

LEITE, R. P. Contra-usos da cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea. 2ª edição, Campinas - SP: editora da Unicamp; Aracaju, SE: Editora UFS, 2007.

_____. Patrimônio e consumo cultural em cidades enobrecidas. SOCIEDADE E CULTURA, V. 8, N. 2, JUL./DEZ. 2005.

MENESES. U, T, B. A cidade como bem cultural: Áreas envoltórias e outros dilemas, equívocos e alcance na preservação do patrimônio ambiental urbano. São Paulo: IPHAN, 2006.

_____. O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas. Ouro Preto: Conferência Magna, I Fórum nacional do patrimônio cultural, vol.1, 2009.

MINAYO, M. C. S. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 18ª edição, pretópolis: Vozes, 2001.

MONNET, J. O álibi do patrimônio: crise da cidade, gestão urbana e nostalgia do passado. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Nº. 24. Brasília: Minc/IPHAN, 1996, pp. 220- 228.

MORAES, P. R. M. et. al. A teoria das representações sociais. São Paulo: UNISEPE, 2014. Disponível em: < https://portal.unisepe.com.br/unifia/wp-content/uploads/sites/10001/2018/06/teoria_representacoes.pdf>

MOSCOVICI, S. Representações sociais: investigações em psicologia social. 5ª edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

MOTTA, L. A Sphan em Ouro Preto: uma história de conceitos e critérios. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, nº 22, p. 108-122, 1987.

NETO, E. W. T; BARBOSA, F. A. C; COLLAÇO, J. H. L. Patrimônio e identidade regional: tradições doceras em perspectiva. *Vivência Revista de Antropologia*, n.57. 2021. p121-147. Acesso em 15/06/2024. Disponível e: DOI: <https://doi.org/10.21680/2238-6009.2021v1n57ID27404>

OLIVEIRA, C. F. A cidade de Goiás como patrimônio cultural mundial: descompassos entre teorias, discursos e práticas de preservação. Tese apresentada como parte do requisito para obtenção do título de doutor em Arquitetura e Urbanismo. 2016. Disponível em: < <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16133/tde-20122016-142028/pt-br.php>>

OLIVEIRA, R. C. O trabalho do antropólogo. Brasília: São Paulo editora Unesp, 2000.

PALACIN, Luís. As minas dos Goyazes (1726-1749). In: *O século do ouro em Goiás: 1722-1822: Estrutura e conjuntura numa capitania de minas*. 4º edição, Editora UCG, Goiânia, 1994.

PEIRCE, C. S. Semiótica. São Paulo: Perspectiva, 2005.

PELEGRINI, S. C. A. O patrimônio cultural e a materialização das memórias individuais e coletivas. *Patrimônio e Memória*. v.3, n.1, 2007. Disponível em: <<https://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/33/0>>

PEREIRA, D. Projeto memórias urbanas de Iguape-SP: Uma experiência de educação patrimonial do laboratório de geografia urbana da Universidade de São Paulo. *Rev. CPC*, São Paulo, n.27 especial, 2019.

Pereira, D. C. Cidade, patrimônio e território: as políticas públicas federais de seleção no Brasil do século XXI. *Rev. CPC*, São Paulo, n. 21, p. 36-70, jan./jul. 2016.

QUADROS, E. G. Anhanguera: mito fundador de Goiás. *Goiás*, v. 1, nº 9, 2007. Disponível em: < <https://www.revista.ueg.br/index.php/temporisacao/article/view/5985/4099>>

RODRIGUES, M. A. C. A Modinha em Vila Boa de Goiás. Goiânia, Ed, da Universidade Federal de Goiás, 1982.

SANT'ANNA, M. A cidade-patrimônio no Brasil: Lições do passado e desafios contemporâneos. Salvador: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, nº 35, 2017.

SANTAELLA, Lúcia. O que é semiótica. São Paulo: Brasiliense, 1983.

_____. A teoria geral dos signos: semiose e autogeração. São Paulo: Ática, 1995.

_____. Semiótica aplicada. São Paulo: Pioneira Tomson Learning, 2005.

SANTOS E SILVA, R. "O futuro de Goiás é o passado": a organização vilaboense de artes e tradições e os itinerários da salvaguarda das referências culturais na cidade de Goiás-GO (1965-2015). Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização em Educação e Patrimônio Cultural e Artístico do Programa de Pós-graduação em Arte-PPG-Arte, Instituto de Artes da Universidade de Brasília. 2019. 159 p.

SANTOS, A. S; SILVA, D. R. História oral e história de vida: aspectos conceituais e históricos. Editora Científica Digital, Vol. 2, 2022.

SCIFONI, S. Para repensar a educação patrimonial. In: PINHEIRO, Adson Rodrigo S. (org.). Cadernos do patrimônio cultural: educação patrimonial. Fortaleza: Prefeitura Municipal de Fortaleza, 2014. p. 187-198. (Série Cadernos do Patrimônio Cultural; v. 1.

SILVA, J. F. O monumento dos bandeirantes em Goiânia e o mito fundador da nova capital. Revista Memória em Rede, Pelotas, v.12, n.23. 2019. Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/Memoria/article/view/15931>>

SILVA, P. A. Futuro do pretérito: Do patrimônio vivido ao patrimônio tombado na Cidade de Goiás 2000/2021. Relatório técnico para apresentação à banca do Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio, Mestrado Profissional da Universidade Estadual de Goiás - Campus Coralina. 2021. 94 p.

TAMASO, I. Em nome do patrimônio: representações e apropriações da cultura na Cidade de Goiás. Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) da Universidade de Brasília (UnB), como requisito para obtenção do título de Doutor. 2007. 787p. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/1995?locale=en>>

TOLENTINO, A. O que não é educação patrimonial: cinco falácias sobre seu conceito e sua prática. In: BRAGA, E. O.; TOLENTINO, A. (Org.). Educação patrimonial: políticas, relações de poder e ações afirmativas. IPHAN-PB: Casa do Patrimônio da

Paraíba, 2016, p. 38-48. Disponível em:

<http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/caderno_tematico_educacao_patrimonial_05.pdf>

TRINDADE, Z; SANTOS, M. F; ALMEIDA A. M. Ancoragem: notas sobre consensos e dissensos. In: ALMEIDA Angela Maria et al. Teoria das representações sociais. Brasília: Technopolitik, 2014.

VELOSO, M. O fetiche do patrimônio. **Habitus**, Goiânia, vol. 4, n. 1, p. 437-454, 2006. Acesso em: Disponível em:

<<https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/habitus/article/view/363>>

VYGOTSKY, L. S. Pensamento e linguagem. São Paulo: Martins Fontes, 1996.